

**A ESPERA DE MORAR FELIZ
ENTRE A REMOÇÃO E O REASSENTAMENTO DO PROGRAMA
HABITACIONAL MORAR FELIZ, UM TERRITÓRIO DA
ESPERA.**

DAIANA DE AZEVEDO FALCÃO

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Campos dos Goytacazes/RJ

2015

**A ESPERA DE MORAR FELIZ
ENTRE A REMOÇÃO E O REASSENTAMENTO DO PROGRAMA
HABITACIONAL MORAR FELIZ, UM TERRITÓRIO DA ESPERA.**

DAIANA DE AZEVEDO FALCÃO

Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Teresa de Jesus Peixoto Faria

Campos dos Goytacazes - RJ

2015

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do **CCH / UENF**

037/2015

F178 Falcão, Daiana de Azevedo.

A espera de morar feliz entre a remoção e o reassentamento do Programa Habitacional Morar Feliz, um território da espera / Daiana de Azevedo Falcão – Campos dos Goytacazes, RJ, 2015.

111 f. : il

Orientador: Teresa de Jesus Peixoto Faria

Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2015.

Bibliografia: f. 97 - 102

1. Política Habitacional. 2. Habitação Popular – Campos dos Goytacazes (RJ). 3. Favelas – Campos dos Goytacazes (RJ). I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD – 363.580981853

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e pelas oportunidades a mim concedidas, especialmente pelo acesso à educação, motor de mudanças de pensamento e ação humana.

Agradeço à minha família, especialmente minha filha, Maria Fernanda, e meu esposo, Luis Fernando, que sempre estiveram ao meu lado me incentivando e colaborando para que o caminhar fosse menos árduo e cansativo.

Meus sinceros agradecimentos vão ainda aos professores do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais, que compartilharam comigo e meus companheiros de classe os seus conhecimentos, especialmente à minha orientadora, Teresa de Jesus Peixoto Faria, pelos ensinamentos, orientação, parceria, compreensão e incentivo, fundamentais para que o trabalho fosse realizado com dedicação e qualidade.

Meu agradecimento especial à população da Favela Inferno Verde que, mesmo passando pelo delicado momento da espera pelas moradias, com todas as angústias e tensões cotidianas vivenciadas por eles, me acolheram tão bem, compartilhando de suas trajetórias de vida, possibilitando, assim, a realização da pesquisa, que culminaram na escrita deste trabalho. A todos lembrados aqui, meus sinceros agradecimentos!

A história do indivíduo é aquela que produziu o espaço e que a ele se imbrica, por isso que ela pode ser apropriada. Mas é também uma história contraditória de poder e de lutas, de resistências compostas por pequenas formas de apropriação.

(Ana Fani)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	1
CAPÍTULO I: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E REFERENCIAL TEÓRICO -----	7
1.1 A escolha do objeto e da área de estudo -----	7
1.2 Procedimentos metodológicos -----	10
1.3 Referencial teórico -----	13
1.3.1 As múltiplas dimensões do território-----	13
1.3.2 Territorialidade, desterritorialização e reterritorialização-----	17
1.3.3 Os Territórios da espera-----	20
1.3.4 O habitar no contexto dos assentamentos precários-----	23
1.3.5 O sentido de Lugar-----	25
CAPÍTULO II A PROBLEMÁTICA HABITACIONAL E AS AÇÕES DO ESTADO NA PROVISÃO DE MORADIAS -----	30
2.1 A questão moradia enquanto um problema social -----	30
2.2 A cidade como lócus da segregação socioespacial -----	34
2.3 Políticas públicas habitacionais no Brasil: remoção ou urbanização de favelas? -----	38
2.3.1 As Favelas como alvo das políticas de remoção-----	40
2.3.2 Urbanização de favelas no Brasil-----	43
2.4 Os programas municipais de habitação e seus impactos na oferta de moradias e na organização do espaço campista -----	46
2.4.1 As Políticas de habitação em Campos-----	46
2.4.2 O programa “Bairro Legal”-----	48
2.4.3 O programa “Aluguel Social”-----	50
2.4.4 O programa “Morar Feliz”-----	53

CAPÍTULO III: VIVER NO INTERSTÍCIO ENTRE A REMOÇÃO E O REASSENTAMENTO À ESPERA DE MORAR FELIZ: A TISSITURA DE UM "TERRITÓRIO DA ESPERA" -----	59
3.1 A ocupação da Favela Inferno Verde -----	59
3.2 A remoção: o programa “Bairro Legal” na favela Inferno Verde -----	62
3.2.1 O lançamento do programa-----	62
3.2.2 A demolição da favela e a remoção da população-----	63
3.3 A espera de Morar Feliz -----	70
3.3.1 O tempo como uma dimensão organizadora da espera-----	74
3.3.2 Os desafios da espera: econômicos, sociais, psíquicos-----	77
3.3.3 O habitar um lugar: dimensão fundamental para a territorialização e para a conformação de um território da espera-----	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	97
ANEXOS -----	103

LISTA DE FIGURAS:

Figura 1- Localização da área de estudos-----	08
Figura 2- Aumento anual médio aproximado da população total e da urbana 1940-1991- -----	32
Figura 3- Esquemas clássicos da segregação residencial-----	37
Figura 4- Obras do Bairro Legal realizadas no bairro da Lapa-----	50
Figura 5- Total de recursos investidos com o Aluguel Social entre os anos 2009-2014 na cidade de Campos dos Goytacazes-----	51
Figura 6- Localidades onde receberam os conjuntos habitacionais na primeira fase do programa Morar Feliz-----	54
Figura 7- Localidades onde recebem os conjuntos habitacionais na segunda fase do Programa Morar Feliz-----	55
Figura 8- Total de domicílios existentes na favela Inferno Verde entre os anos 1978- 2010-----	60
Figura 9- Área onde se localizava a Favela Inferno Verde antes do Programa Bairro Legal-----	61
Figura 10- Área onde se localizava a favela Inferno Verde depois do Programa Bairro Legal-----	61
Figura 11- Quadrilátero contemplado com o Programa Bairro Legal na Lapa-----	62
Figura 12- Lançamento do Programa Bairro Legal na Lapa-----	63
Figura 13- Casas e comércios da favela Inferno Verde marcados para demolição-----	64
Figura 14- Casas e comércios da favela Inferno Verde marcados para demolição-----	65
Figura 15- Casas e comércios da favela Inferno Verde sendo demolidos-----	66
Figura 16- Casas e comércios da favela Inferno Verde sendo demolidos-----	67
Figura 17- Casas e comércios da favela Inferno Verde sendo demolidos-----	67
Figura 18- Inauguração do Programa Bairro Legal na Lapa-----	69

Figura 19- Mapa esquemático com a localização de ex-moradores da favela Inferno Verde-----	73
Figura 20- Corredor de espera da Secretaria Municipal de Família e Assistência Social-- -----	81
Figura 21- Construção do conjunto habitacional em 03/12/13-----	83
Figura 22- Construção do conjunto habitacional em 09/07/2014-----	83
Figura 23- Construção do conjunto habitacional em 01/09/2014-----	84
Figura 24- Construção do conjunto habitacional em 01/11/2014-----	84
Figura 25- Localização da esquina de D. Selma-----	89
Figura 26- Moradores compartilhando a calçada de D. Selma-----	90
Figura 27: Quadro-síntese das considerações gerais dos territórios da espera e das observações no terreno de estudo-----	93

**A ESPERA DE MORAR FELIZ
ENTRE A REMOÇÃO E O REASSENTAMENTO DO PROGRAMA
HABITACIONAL MORAR FELIZ, UM TERRITÓRIO DA ESPERA.**

Daiana de Azevedo Falcão

Orientadora: Prof^a. Dr^a Teresa de Jesus Peixoto Faria

Resumo:

A produção de moradias por meio de políticas públicas habitacionais tem ganhado cada vez mais efetividade no contexto brasileiro, inclusive em cidades de porte médio, como Campos dos Goytacazes que, desde 2009, com a criação do programa habitacional “Morar Feliz”, se propôs a construir e ofertar 10.000 casas populares às famílias e indivíduos vivendo em áreas de risco e de vulnerabilidade social. Sua atuação engloba a demolição de favelas e a remoção da população para os conjuntos habitacionais construídos, quase sempre, em áreas distantes dos centros urbanos, desprovidos de serviços e infraestrutura essenciais. Em alguns casos, a entrega das “casinhas” não ocorre concomitante ao processo de remoção, forçando a população a vivenciar um período de incertezas e tensões, inserido na espera pela moradia. Assim, a presente pesquisa se propôs analisar a dimensão da espera no processo de remoção/reassentamento do programa “Morar Feliz” na favela Inferno Verde. A escolha da área se deve ao fato dessa população se encontrar nessa situação. O propósito deste estudo foi investigar os processos econômicos, sociais e espaciais que se desenvolvem, bem como identificar se essa situação de espera é passível de conformar “Territórios da espera”, espaços destinados voluntariamente ou servindo involuntariamente a por em espera populações deslocadas ou em deslocamento. As análises se orientam pelos conceitos de território, territorialidade, desterritorialização e reterritorialização (Raffestin, Santos, Haesbaert e Di Méo), e pelos estudos do TERRIAT (Vidal e Musset), acerca dos “Territórios da espera”. O trabalho se sustentou em pesquisas de campo, a partir de observação participante nas áreas adjacentes à antiga favela, onde está concentrada grande parte da população que vivencia a expectativa da construção e entregas das moradias, e por conversas e entrevistas realizadas com essa população e com representantes dos órgãos comprometidos com a execução do programa. Os dados apontaram que a política instituída pelo Morar Feliz na favela Inferno Verde, apesar de romper com a lógica até então predominante, de construção de casas populares em áreas periféricas da cidade, pois as moradias estão sendo erguidas no mesmo local das antigas habitações, tem impactado nas condições sociais e espaciais da população, como o aumento das despesas com moradia, perda das relações de vizinhança e de referenciais espaciais da comunidade. Apontaram ainda que, apesar dos efeitos citados, essa comunidade buscou construir novas identidades territoriais, viabilizando a conformação de um “território da espera” por moradia.

Palavras-chave: Políticas públicas de habitação; Campos dos Goytacazes; Remoção de favelas; Territórios da espera;

**WAITING TO LIVE HAPPY
BETWEEN THE REMOVAL AND THE HOUSING PROGRAM RESETTLEMENT
OF THE “TO LIVE HAPPY”, A WAITING REAL ESTATE**

Daiana de Azevedo Falcão

Advisor: Prof. Dr^a Teresa de Jesus Peixoto Faria

ABSTRACT:

The development of homes through the public housing has gained effectiveness in the Brazilian realm, even in medium-sized cities like Campos dos Goytacazes. Since 2009, the creation of the program “To Live Happy” was willing to develop and offer 10.000 popular homes to families and individuals that live in areas of risk and social vulnerability. Its implementation includes demolition of slums and relocation of people to the housing projects, often in remote areas of urban centers, deprived of essential services and infrastructure. In some cases, the delivery of the “houses” does not occur simultaneously with the removal process, forcing the people to experience a period of uncertainty and tensions while waiting for housing. Thus, the present study intended to analyze the extent of the waiting time in the process of removal/relocation of the “To Live Happy” in the “Green Hell” slum. The choice of the area is dependent on the population’s situation. The purpose of this study was to investigate the economic, social and spatial processes that develops, as well as identify if this situation is likely to conform with the “Waiting Land,” which are spaces for voluntarily or involuntarily serving for waiting the displaced or those on the move. The analyzes are guided by the concepts of territory, territoriality, deterritorialization and reterritorialization (Raffestin, Santos, Haesbaert and Di Méo), and the studies of TERRIAT (Vidal and Musset), about the “Waiting Land.” The work was supported by field research and from participant observation in the areas adjacent to the old slum, which concentrates much of the population that experiences the expectation of the construction and delivery of houses. Conversations and interviews were also conducted with this population by representatives of agencies committed to the program. The data showed that the policy established by “To Live Happy” in the “Hell Green” slum has impacted the social and spatial conditions of the population, such as increased living expenses and the loss of neighborly relations and spatial references with the community. The data however, diverge from the predominant logic of building affordable housing in outlying areas of the city, as the villas are being built on the same site of the old houses. Nevertheless, despite the effects mentioned, this community sought to build new territorial identities, thus enabling the formation of a “Waiting Land” for future housing.

Key Words: public housing; Campos dos Goytacazes; slum’s removal; waiting land.

INTRODUÇÃO

A produção de moradias por meio de políticas públicas habitacionais tem ganhado cada vez mais efetividade no contexto brasileiro, tendo sido propagados diversos programas habitacionais, nos diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal).

Destaca-se, em âmbito Federal, o programa “Minha Casa Minha Vida”, direcionado a diversas camadas sociais, com variadas estratégias de intervenção, desde a oferta de financiamento, concessão de créditos e subsídios para aquisição de casas, até a construção e concessão de moradias populares, por meio de parcerias estabelecidas entre estados e municípios com o Governo Federal¹.

O município de Campos dos Goytacazes, situado na mesorregião norte do estado do Rio de Janeiro, também tem se destacado nesse setor, através do programa habitacional Morar Feliz. Criado em 2009, o referido programa construiu e concedeu, até 2012, 5.426 casas populares, com previsão de construir mais 4.574 até 2016, totalizando 10.000 unidades habitacionais². Desse modo, o programa tem sido propagandeado como o maior programa habitacional já desenvolvido por um município no Brasil (AZEVEDO et al, 2013: 2), ganhando, inclusive, em 2013, o prêmio Selo de Mérito nas categorias Relevância Social e Grande Impacto Regional, da Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação (Jornal Folha da Manhã *on line*, de 14/07/2013)³.

Os vultosos investimentos públicos no setor de habitação se devem a diferentes fatores, que vão desde sua importância, enquanto estratégica política, às questões econômicas e sociais. Assim, algumas políticas são implementadas no intuito de conter a insatisfação da classe dominada, que vive sob a égide de um modelo econômico desigual e excludente (OLIVEIRA, 2009).

¹ Segundo a Secretaria Nacional de Habitação (2010), em 2009, foram investidos cerca de R\$ 56 bilhões em habitação, beneficiando mais de 4,6 milhões de famílias brasileiras.

² O programa foi o “carro-chefe” da campanha eleitoral da senhora Rosinha Garotinho, então candidata à prefeita. A previsão era de que as 10.000 casas fossem construídas e entregues na sua primeira gestão (2009-2012). Entretanto, no final do mandato, foram entregues 5.426 unidades habitacionais. Ao ser reeleita, em 2012, prometeu construir as 4574 casas restantes, até o final de 2016, quando termina o segundo mandato da prefeita.

³ Disponível em: <http://www.fmanha.com.br/geral/morar-feliz-obra-por-agora-so-em-ururai>. Consulta em: 18/02/2014.

Outras políticas são implementadas como forma de inserir o país no circuito globalizado, através da construção de grandes projetos de infraestrutura urbana, onde essas obras alimentam o mercado interno, favorecendo indústrias do setor, gerando empregos e dinamizando a economia, conforme tem sido uma constante no contexto brasileiro, especialmente com as ações do Programa Aceleração do Crescimento (PAC)⁴, que se apresenta como um plano estratégico de investimentos no planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o aumento da oferta de empregos e na geração de renda, bem como na elevação do investimento público e privado em obras fundamentais (Ministério de Planejamento).

São também, muitas vezes, criadas como forma de conquistar votos, a partir de práticas clientelistas. O Morar Feliz, como mencionado anteriormente, fora lançado no período de campanha política da então candidata à prefeita, a senhora Rosinha Garotinho, assentada numa forte publicidade de programas estratégicos de grande impacto social e político, como o Morar Feliz.

As políticas no setor de habitação podem ainda serem implementadas como uma tentativa de “amenizar” a crítica situação urbana atual, caracterizada por expansão e adensamento desordenados, déficit habitacional e favelização.

Independente dos interesses que as motivam, a forma como essas políticas vêm sendo implantadas, em muitos casos, não condiz com uma política de ordenamento territorial que permita à população alvo do processo de intervenção usufruir dos serviços que a cidade dispõe, pois constroem conjuntos habitacionais em áreas distantes dos centros urbanos, desprovidas de infraestrutura básica. Soma-se a isto, o fato de que essas políticas, quase sempre, optam pela remoção, em detrimento da elaboração de projetos e obras de urbanização de favelas, por vezes, fazendo uso da violência e repressão, não deixando outra opção para a população, senão abandonar suas casas, seus referenciais espaciais e simbólicos.

O processo de remoção envolve muitas questões, que vão desde o enfrentamento entre o poder público municipal e os moradores da comunidade a ser removida, a partir da resistência a deixar suas casas, à perda da relação de vizinhança, à ruptura entre o homem e seu habitat, seus referenciais sociais, espaciais e simbólicos, seu sentido de

⁴ Mais informações sobre o PAC encontram-se disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.pac.gov.br/>

lugar. Este refere-se aos locais onde se constrói referenciais afetivos, a partir da convivência com o lugar e com as pessoas que também o habita (CARLOS, 2007). Ele se define pelas funções e práticas, ao mesmo tempo, individuais e sociais (VIDAL e MUSSET, 2011).

Remoções forçadas constituem violação a uma série de direitos humanos, e possuem efeitos profundos e duradouros. Provocam grandes transformações no modo de vida das pessoas que sofreram esse processo; interferem na continuidade de uma dinâmica específica até então existente entre os moradores e seu território, lócus onde se tecem as relações sociais e onde se desenvolvem as interações (VIDAL; MUSSET, 2011). Desse modo, as remoções não afetam somente a vida cotidiana das pessoas, mas também as relações sociais e comunitárias existentes nas áreas de intervenção.

Essa forma intervencionista sobre o espaço e seus habitantes tem sido uma constante nas atuações do Morar Feliz, onde moradores de diversas favelas têm sido obrigados, pelo poder público municipal, a abandonarem suas casas e a viverem em conjuntos habitacionais populares, construídos em bairros já segregados social e economicamente, marcados pela carência de serviços e equipamentos urbanos (AZEVEDO et al, 2013: 7). Conforme concluem Faria & Pohlmann (2013), o programa habitacional Morar Feliz está longe de promover a justiça espacial, pois os seus moradores são deslocados para áreas mais distantes e periféricas e longe dos recursos urbanos, principalmente do emprego, de escolas, serviços de saúde e sem transporte adequado (FARIA & POHLMANN, 2013: 17).

Ademais, em casos particulares, a entrega das moradias não ocorreu concomitante ao processo de remoção, forçando a população removida a vivenciar um período de incertezas e tensões, inserido na espera pela moradia. Neste período, os indivíduos ou famílias removidas recebem o “Aluguel Social” que é um programa da Diretoria de Políticas Habitacionais, da Secretaria da Família e Assistência Social da prefeitura de Campos, cujo objetivo é a transferência temporária de renda às pessoas que foram removidas de suas casas, ou que não as possuem, até que seja providenciada uma moradia em um dos conjuntos habitacionais do Morar Feliz.

Ocorre que a espera pode ser longa e sofrida, e nesse período, muitos processos sociais, geográficos, econômicos, culturais, políticos inesperados podem se desenvolver, passíveis de modificar os projetos e as ações dos indivíduos que vivenciam a espera,

bem como as práticas concretas dos órgãos comprometidos com a execução dessa política pública.

O período de espera abrange dois sentidos distintos: a imobilidade, de um lado, e a esperança, do outro (VIDAL; MUSSET, 2011). Essa espera abrange o passado, que guarda a identidade perdida, no momento da remoção, no distanciamento entre os laços afetivos, os referenciais simbólicos e espaciais, e, ao mesmo tempo, o futuro que cria as projeções de um destino, a esperança da conquista do lugar desejado, a casa.

A situação de espera possui também uma dimensão espacial, pois congrega os espaços destinados a abrigar, provisoriamente, indivíduos ou grupos em deslocamento. Estes podem assim, serem definidos como “territórios de espera”, que “designam especificamente os espaços destinados voluntariamente ou servindo involuntariamente a por em espera populações deslocadas ou em deslocamentos” (VIDAL; MUSSET, 2011), sendo por isso, vivenciados de modo transitório.

É exatamente o período e situação de espera que os moradores removidos da antiga favela Inferno Verde estão vivenciando, o interstício temporal e espacial, entre a remoção e o reassentamento nas novas moradias do programa Morar Feliz prometidas pela prefeitura, que a presente dissertação se propôs a analisar. Nesta dissertação gostaríamos de chamar a atenção sobre a dramática situação de espera pela moradia, a qual algumas famílias e indivíduos foram submetidos pelo programa Morar Feliz, interrogando se essa situação de espera pela moradia vivenciada pelos moradores removidos inesperadamente, frente à imposição de uma política implementada e a esperança da conquista da casa própria, é passível de conformar um “território da espera” (conforme concepção elaborada pelo TERRIAT⁵). O trabalho apresenta uma reflexão sobre as práticas, interações, os usos experimentados pelos atores sociais, que deram origem a essa nova configuração social e espacial produzida pela espera a qual assumimos como um verdadeiro “território da espera”.

Como objetivos específicos, a presente pesquisa se propôs: I) Investigar onde e em que condições os indivíduos e famílias que foram removidos da Favela Inferno Verde e que se beneficiam do programa Aluguel Social estão morando enquanto esperam pelas casas prometidas; II Aprender como essas pessoas vivenciaram o

⁵ TERRIAT, grupo que desenvolveu, entre 2010-2014, a pesquisa Territoires de l'Attente, da ANR (Agência Nacional de Pesquisa francesa), a qual Teresa Peixoto Faria passou a integrar, a partir de seu estágio de Pós doutoramento, na EHESS, em 2012. Para maiores informações sobre o grupo, consultar o endereço eletrônico <http://terriat.hypotheses.org/>

processo de remoção e vivenciam a espera pela moradia, identificando a partir dos seus próprios relatos os possíveis impactos sociais, econômicos e espaciais causados por esses processos na vida dos atingidos por essa política; III) Examinar se a política remocionista adotada pelo Morar Feliz provocou um processo de desterritorialização (HAESBAERT, 2010: 127), a partir do deslocamento forçado da população, que se viu obrigada a abandonar suas casas, deixando para trás seus referenciais socioespaciais; IV) Identificar as práticas, interações, usos, as formas de apropriação dos novos espaços de moradia criados pela situação de espera que concorreram para a reterritorialização (HAESBAERT, 2010: 127) e, por conseguinte, para a conformação de um “território da espera”.

Ao analisar a política pública habitacional no Município de Campos, enfatizando a situação de espera pela moradia, a partir da noção de territórios da espera como chave de análise dos processos dela decorrentes, este estudo espera contribuir para identificar os problemas gerados por políticas de planejamento e gestão urbanas que não prezam pelo desenvolvimento das funções sociais da cidade, além de contribuir para as discussões teóricas acerca de políticas públicas habitacionais implantadas no Brasil.

No intuito de facilitar a compreensão do conteúdo desta dissertação, o presente estudo foi organizado em três capítulos.

O primeiro tem, por objetivo, descrever os procedimentos metodológicos utilizados ao longo da pesquisa, justificando a escolha do objeto e da área de estudos, além de apresentar o referencial teórico que orientou o trabalho. Com isso, ele busca realizar um levantamento acerca das múltiplas concepções do conceito de território, bem como discutir sobre os conceitos de territorialidade, desterritorialização e reterritorialização, culminando na análise teórica acerca do conceito de “território da espera”.

O segundo capítulo visa apresentar os principais marcos teóricos acerca da problemática habitacional no Brasil, bem como as ações adotadas pelo Estado brasileiro na provisão de moradias sociais. Busca também apresentar e caracterizar os principais programas de habitação implementados no município de Campos, tratando especificamente dos programas “Bairro Legal”, “Aluguel Social” e “Morar Feliz”, e seus impactos na oferta de moradias e na organização do espaço campista. Para tanto, a pesquisa contou com entrevistas semi-estruturadas com os representantes da Secretaria

Municipal de Assistência Social, comprometidos com a execução da política pública habitacional do município.

O terceiro capítulo, por sua vez, volta-se para apresentação e análise dos dados obtidos durante a pesquisa empírica com a população da antiga favela Inverno Verde, embasada no referencial teórico que orienta o trabalho. Assim, recorrendo à pesquisa qualitativa, utilizando-se de observação participante na área da antiga favela e seu entorno, entrevistas semi-estruturadas e conversas com os antigos moradores que foram removidos, procurou-se compreender como eles tem vivenciado a espera pelas moradias prometidas, a fim de desvelar os principais processos econômicos, espaciais e sociais dela decorrentes, além de desenvolver uma reflexão sobre a possível formação de uma configuração espacial proveniente das práticas desenvolvidas durante essa espera, um “território da espera”.

CAPÍTULO I:

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 A escolha do objeto e da área de estudo

Desde o lançamento do programa habitacional “Morar Feliz”, em 2009, muito se especulou sobre seu planejamento e execução, principalmente após os diversos problemas que se apresentaram ao longo desses anos, em diversos conjuntos habitacionais construídos pelo programa, transformando-o, por diversas vezes, em objeto de matérias jornalísticas⁶.

Foi exatamente dessa forma que o tema chegou ao meu conhecimento. Ao saber das mazelas que afetavam a população moradora dos diversos conjuntos do Morar Feliz (falta de infraestrutura básica, remoções forçadas, casas entregues com rachaduras, forte presença do tráfico de drogas, expulsão de moradores de suas casas por traficantes de drogas, confrontos entre facções criminosas rivais, que foram alocados no mesmo conjunto e passaram a disputar território, são alguns dos problemas enfrentados), muitas questões passaram a me intrigar, a ponto de se tornar meu objeto de pesquisa, um campo rico e complexo.

O projeto inicial, intitulado *O sentido de lugar no contexto das políticas públicas de habitação em Campos dos Goytacazes*, tinha por objetivo analisar a política pública habitacional no Município de Campos, procurando identificar se as formas pelas quais as políticas públicas habitacionais executadas no município em questão vêm contribuindo para o processo de segregação socioespacial.

Contudo, à medida que a pesquisa começou a se desenvolver, diversas abordagens sobre o objeto começaram a se delinear, modificando a ideia original do trabalho. Dentre as diversas abordagens, um caso particular despertou meu interesse de investigar. Trata-se da intervenção realizada pelos programas Bairro Legal e Morar Feliz na favela Inferno Verde, no bairro da Lapa (ver mapa, a seguir), onde, além da

⁶ Para saber mais sobre algumas matérias, consultar os seguintes endereços e referência:

<http://www.fmanha.com.br/geral/quando-nem-o-lar-garante-seguranca>

<http://ralphbraz.blogspot.com.br/2012/10/mega-operacao-em-campos-do-mpe-prf-pm-e.html>

<http://www.fmanha.com.br/geral/novo-joquei-carece-de-infraestrutura>

<http://www.fmanha.com.br/geral/casas-do-morar-feliz-da-penha-já-estao-rachadas>

NETTO, Dulcides. Morar Feliz próximo da favelização. Jornal folha da manhã de 09 de junho de 2013.

população ter passado pelo difícil processo de remoção, de verem suas casas serem completamente demolidas, ainda fora colocada em situação que identifiquei como de "espera" pela construção e entrega das casas prometidas, isso porque elas seriam erguidas no mesmo local de suas antigas habitações, um conjunto habitacional multifamiliar.

Figura 1: Localização da área de estudos



Entroncamento entre a Av. Adão Manoel Pereira Nunes e a Rua Miguel Herédia. Lapa, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil.

Fonte: Google Maps. Adaptado por Daiana Falcão. Acesso em: 21/10/2013

Este caso chegou a meu conhecimento por intermédio de uma colega do mestrado. Conforme conversávamos sobre nossos objetos de pesquisa, relatei sobre minha área de interesse para o trabalho e sobre a política remocionista implementada

pelo “Morar Feliz”. Rapidamente ela identificou que meu projeto tratava da realidade vivenciada pela Damiana⁷, ex-moradora da Inferno Verde, que, naquele momento, dividia a república com ela. Após a remoção, sua família se mudou para outro município (São João da Barra), onde foi morar subsidiada pelo Programa Aluguel Social da prefeitura de Campos. Como ela trabalhava em Campos, preferiu não acompanhar sua família, por achar inviáveis as idas e vindas de um município a outro, todos os dias. Assim, por intermédio de amigos, recebeu indicação de residir nessa república, nas proximidades da UENF.

A referida colega intermediou meu encontro com a Damiana, que acabou se tornando uma importante colaboradora para a pesquisa, não apenas contribuindo decisivamente para a localização de parte da população removida, mas também como um dos atores que vivenciava a espera.

Em uma das entrevistas⁸, Damiana me informou que muitos dos moradores removidos da Inferno Verde estavam residindo nas áreas adjacentes à antiga favela. Este fato fora constatado logo no primeiro campo exploratório realizado na área de estudo. Lá, encontrei muitos casos semelhantes à situação vivenciada pela entrevistada, que tiveram sido removidos e estavam aguardando a construção do conjunto e entrega das moradias prometidas pela prefeitura de Campos. Em especial, destaco uma ex-moradora, senhora Shaiene, colaboradora essencial na pesquisa empírica, me apresentando à comunidade, colaborando para a localização de pessoas que pudessem compor minha amostra e no mapeamento da área onde residem atualmente. Enfim, ela foi minha referência durante a realização dos trabalhos de campo.

Esses dados colocaram por terra a hipótese inicial da pesquisa, que partia do pressuposto de que a remoção levaria os moradores a residirem em bairros periféricos, contribuindo com o processo de segregação socioespacial. Por outro lado, confirmou a possibilidade de uma nova e inédita abordagem e análise das Políticas Públicas de Habitação, no caso o Programa municipal Morar Feliz orientadas pela noção de "territórios da espera".

O trabalho de campo realizado nas áreas adjacentes à antiga favela teve o propósito de realizar observação participante, coletar fontes iconográficas, localizar e

⁷ Os nomes dos moradores citados nesta dissertação são fictícios.

⁸ A entrevista foi realizada no dia 09/10/2013, no local que até então ela estava residindo, numa república de estudantes.

mapear a população, conversar com os atores envolvidos e entrevistar alguns deles. Através desses trabalhos, pude conhecer indivíduos com histórias variadas, cada um com um percurso de vida e experiências diferentes, mas que tinham um fragmento particular de uma realidade sócio-histórica (LALANDA, 1998: 876) em comum: a difícil espera por uma moradia, um período de incertezas e tensões para quem a vivencia, mas, ao mesmo tempo, um campo rico para análise, transformando-se no objeto da presente pesquisa, destinada a analisar a dimensão da espera no processo de remoção/reassentamento do Morar Feliz na Favela Inferno Verde e como esta espera é passível de conformar um território da espera (VIDAL; MUSSET, 2011).

1.2 Procedimentos metodológicos

A fim de cumprir com os objetivos propostos e responder as indagações norteadoras do presente projeto, a pesquisa se estruturou a partir da metodologia qualitativa, que busca a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com o objeto de estudo, procurando entender os fenômenos segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada (NEVES, 1996: 1). A escolha dessa metodologia se deveu ao fato de que a pesquisa se norteia por um estudo de caso, “que visa a um exame detalhado de um ambiente, de um sujeito, ou de uma situação particular” (NEVES, 1996: 3).

Os procedimentos metodológicos constaram de observações participantes, conversas e entrevistas com a população que aguarda a construção e entrega das moradias prometidas, além de entrevistas semi-estruturada com representantes da Secretaria de Família e Assistência Social, órgão responsável pela execução da política habitacional no Município de Campos dos Goytacazes.

As observações participantes foram realizadas nas áreas adjacentes da antiga Favela Inferno Verde, no bairro da Lapa, onde se concentra parte da população que foi removida da favela e que aguarda pela construção do conjunto habitacional, em alguns locais onde estão residindo alguns indivíduos, bem como na sede da Secretaria de Promoção Social, onde se realiza o cadastramento da população no programa Aluguel Social e Morar Feliz, e também onde a população recorre para buscar informações sobre o andamento do processo de entrega das casas.

As observações tiveram por finalidade investigar onde e em que condições essas pessoas estão morando enquanto esperam pelas casas prometidas; observar ainda as interações sociais e espaciais produzidas por esses moradores nos novos espaços de vivência, tomando notas no diário de campo para análise, que foi correlacionada à literatura vigente sobre territórios e territorialidades.

As conversas e entrevistas com os indivíduos removidos seguiram um roteiro pré-estabelecido⁹ e tiveram, por objetivo, buscar a opinião e o sentimento da população sobre a forma como foi conduzida a remoção, as mudanças ocorridas no cotidiano deles, o significado por eles atribuídos aos espaços onde eles estão morando provisoriamente, as relações sociais estabelecidas nesses espaços, as expectativas pelo recebimento das moradias prometidas, enfim, como vivenciaram a remoção e vivenciam as incertezas e tensões da espera, procurando identificar os possíveis impactos causados na vida dessas pessoas, bem como para identificar se a espera pela moradia a qual foram colocados é passível de conformar um “território da espera”.

A seleção da amostra para a aplicação dos instrumentos de coleta de dados citados foi do tipo não-probabilístico bola de neve, o qual o pesquisador seleciona certo número de participantes que possuem as características equivalentes ao estudo proposto, e pedem a estes para fornecerem o nome de outros indivíduos que possuem tais características, passando então a compor a amostra. A escolha se deveu a falta de alternativa viável, pois os dados sobre a população em estudo não foram disponibilizados pela Secretaria de Promoção Social.

Outra estratégia adotada na pesquisa foi a realização de entrevistas com os representantes da Secretaria Municipal de Família e Assistência Social, tendo em vista a necessidade de levantar dados referentes à execução da política habitacional no município, considerando os programas Morar Feliz e Aluguel, tanto de forma geral, como o caso específico da favela Inferno Verde, área de estudos da presente pesquisa.

Cabe ressaltar aqui a dificuldade encontrada durante a pesquisa na obtenção de dados sobre os referidos programas, uma vez que não há disponibilidade de informações por parte da prefeitura, tanto de modo impresso quanto de modo eletrônico. É possível encontrar apenas assuntos pontuais a respeito, por meio de matérias jornalísticas ou no site da própria prefeitura.

⁹ O roteiro consta em anexo neste trabalho.

Essas dificuldades foram sentidas mesmo quando as informações foram solicitadas junto ao órgão competente. Em primeiro momento, quando foram pedidos os dados referentes ao programa Morar Feliz na Inferno Verde, a então Diretora de Transferência de Renda da Secretaria da Família e Assistência Social (SMFAS), a Senhora Roberta Moura, se recusou a repassar, alegando ferir com o código de ética.

Com a recusa na prestação das informações e minha insistência, ela se propôs a marcar um horário para a concessão de uma entrevista, o que, de fato, não aconteceu, tendo em vistas as incansáveis desculpas dadas para que ela não ocorresse, bem como sua saída do cargo.

Com mudanças no setor, a direção de habitação da SMFAS passou a cargo do senhor Ubiraci Serafim Moraes. Este, quando procurado pela pesquisa se propôs a colaborar, desde que tivesse autorização do Secretário Municipal de Assistência Social, o senhor Geraldo Venâncio, que, após diversas solicitações, concedeu tanto a autorização necessária, quanto uma entrevista. Ela foi realizada no dia 23/09/2014, seguindo um roteiro pré-estabelecido, sendo também possível a inserção de perguntas complementares, à medida que foi se desenrolando a entrevista.

Através dela, buscou-se compreender o objetivo do programa Morar Feliz e suas estratégias de atuação; como são efetuadas as escolhas das áreas de intervenção, dos grupos a serem removidos, dos locais onde serão construídos os conjuntos habitacionais e para onde serão realocadas as famílias; como lhe dão com as resistências dos moradores a saírem de suas casas; quais os impactos espaciais, sociais e econômicos esperados pelo poder público municipal com a extinção das favelas e construção de conjuntos habitacionais; as ações realizadas pelo programa enquanto a população espera por uma casa; os critérios adotados para concessão e diferenciação de valores do Aluguel social.

Quanto à entrevista com o diretor de habitação, este informou no dia marcado que não se sentia apto a prestar informações sobre o assunto, pois havia assumido o cargo recentemente. Desse modo, pediu para que a entrevista fosse realizada com a Chefe de Apoio e Assistência as Comunidades, Senhora Raquel Almeida Gonçalves Santos, por ela ter maior conhecimento sobre o assunto e estar diretamente envolvida com o caso. Esta aceitou realizar a entrevista, mas todas as vezes que fora procurada,

mesmo com dias e horas marcadas¹⁰ não estava disponível, quase sempre justificando estar em reunião.

Depois de todas as tentativas e desculpas dadas, ela pediu que as perguntas fossem enviadas por e-mail. Apesar da insistência em realizar a entrevista pessoalmente, ela informou que não havia como realizá-la, pela dificuldade de tempo hábil. Não tendo alternativa viável, a entrevista foi realizada dessa forma (via e-mail), sendo o roteiro encaminhado dia 11/11/2014, e seu retorno ocorrido no dia 18/11/2014.

A entrevista com ela objetivou levantar dados referentes à execução do Morar Feliz na Favela Inferno Verde, buscando informações sobre o número de moradias removidas, de unidades construídas, famílias cadastradas; quais os critérios adotados para considerar que a família/indivíduo tenha direito a casa; quantas pessoas estão no Aluguel Social e os critérios para a diferenciação dos valores; número de comércios demolidos e de comerciantes que recebem auxílio; se a prefeitura se interessa em saber onde está localizada a população e se é importantes saber; como lidam com os conflitos e tensões dos moradores durante a espera pelas casas; e o prazo para o reassentamento definitivo da população da favela Inferno Verde.

Os dados coletados nas duas entrevistas serviram de base para análise de conteúdo, o qual deu subsídio para examinar a ótica dos entrevistados sobre a forma pela qual a política pública habitacional tem sido executada em Campos, e de modo particular na Inferno Verde, procurando analisar se as informações prestadas conflitam, ou não, com a realidade encontrada na área de estudos.

1.3 Referencial teórico

1.3.1 As múltiplas dimensões do território

Como território é uma categoria de análise importante para compreensão do espaço geográfico que elegemos para o desenvolvimento da pesquisa, é fundamental discutir suas diferentes abordagens e definições para a construção do objeto e sustentação teórica da pesquisa.

¹⁰ As entrevistas foram marcadas inicialmente através de visitas à SMFAS, realizadas nos dias 11/02/2014, 06/05/2014 e 19/08/2014. Após essas tentativas, a pedido da Raquel, as entrevistas passaram a ser marcadas via mensagem eletrônica, para os dias 02/10/2014 e 06/10/2014, sendo essas também desmarcadas.

Discutir sobre o conceito de território implica, antes, em distinguí-lo do conceito de espaço, tendo em vista que ambos, conforme indica Claude Raffestin (1993: 143), têm sido alvo de confusões teóricas em suas análises, isso porque há uma forte associação entre eles. No entanto, não são termos equivalentes, pois cada qual possui sua definição no campo analítico das correntes de pensamento.

Henri Lefebvre compreende o espaço enquanto um “espaço social” (LEFEBVRE, 2006: 4), produto das relações sociais. Para o autor, o espaço não é um fato da natureza, mas sim um produto, “efeito da ação das sociedades sobre a “primeira natureza” sobre os dados sensíveis, a matéria e as energias” (LEFEBVRE, 2006: 4). Nesse sentido, a natureza passa a ser apenas uma matéria-prima, sobre a qual operam as forças produtivas de diferentes sociedades para produzir seu espaço (LEFEBVRE, 2006: 34).

Entender a noção de espaço como um produto, segundo o referido autor, não é compreendê-lo como uma coisa ou objeto, algo sem significância, mas sim como um conjunto de relações. Ele contém as relações sociais de produção (as relações biofisiológicas) e as relações de produção (as funções sociais hierarquizadas) (LEFEBVRE, 2006: 35).

Para o geógrafo Milton Santos (1978), a análise acerca do espaço deve abarcar quatro categorias que, tomadas em conjunto, possibilita compreender os fenômenos espaciais em sua totalidade. São elas a forma, a função, a estrutura e o processo. A primeira compreende o aspecto visível, o conjunto dos objetos que compõem o espaço, tais como uma casa, um bairro, uma rede urbana. Função designa o papel desempenhado pelo objeto; são as funções associadas a uma determinada forma, como habitar (função) a casa (forma) e comprar (função) numa loja (forma). A estrutura, por sua vez, indica a “natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento do tempo” (CORRÊA, 2000: 29); é a base na qual as formas e funções acontecem. Por fim, o processo diz respeito a uma ação que se realiza no espaço, a partir de uma estrutura social e econômica.

O geógrafo francês Claude Raffestin (1993: 143) compreende o espaço como

local de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será objeto, a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar”.

Nesse sentido, o espaço é a base indispensável para a vida do homem, uma vez que ele expressa as relações sociais e de produção. Como tal, seu domínio torna-se elemento crucial, sendo apropriado por um determinado grupo, estabelecendo, assim, relações de poder. E é exatamente essa apropriação que transforma o espaço em território, ou seja, “o território se forma a partir do espaço (...). Ao apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço” (RAFFESTIN, 1993: 143). Nesse sentido, o território pode ser definido como

um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas por poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993: 143).

Friedrich Ratzel, ao propor o conceito de espaço vital¹¹, evidenciara a importância do território para um grupo social. Para este autor, “o território representa as condições de trabalho e existência de uma sociedade. A perda de território seria a maior prova de decadência de uma sociedade” (MORAES, 2005: 19).

Rogério Haesbaert (2010: 40) enfatiza que o conceito de território pode ser compreendido a partir de três vertentes básicas, a saber: jurídico-política, simbólico-cultural e econômica. A primeira vê o território como “um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder”, geralmente associado ao Estado-Nação. A segunda abordagem entende o território como “produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”. A terceira, por sua vez, “ênfatisa a dimensão espacial das relações econômicas, como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e nas relações capital-trabalho”.

O referido autor também apresenta uma dimensão analítica acerca do território fundamentada numa interpretação naturalista, “com base nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento “natural” dos homens em relação ao seu ambiente físico” (HAESBAERT, 2010: 74). Ressalta ainda a interpretação do conceito de território, a partir de uma visão integradora, “que envolve a leitura do território como um espaço que não pode ser considerado nem estritamente

¹¹ O conceito de espaço vital significa “uma proporção de equilíbrio, entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades, definindo assim suas potencialidades de progredir e suas premências territoriais” (MORAES, 2005, p. 19).

natural, nem unicamente político, econômico e cultural” (HAESBAERT, 2010: 74). Esta dimensão concebe o território através das diferentes dimensões sociais.

Apesar das diferentes noções de território apresentadas, Haesbaert enfatiza que o território, “define-se, antes de tudo, com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e o contexto histórico em que está inserido” (HAESBAERT, 2010: 78). Assim, ele evidencia que a conceituação de território irá depender, sobretudo, da posição filosófica adotada pelo pesquisador. Contudo, o autor enfatiza que o território, em qualquer acepção, tem a ver com poder, tanto ao sentido mais concreto, de dominação, quanto ao seu sentido mais simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2005: 6774).

Outra análise acerca do conceito de território é elaborada pelo geógrafo Milton Santos. Para o autor “é o uso do território e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social” (SANTOS, 2005: 255), pois, segundo ele, “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 2005: 255). Por território usado compreende-se “um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes” (SANTOS et al 2000: 2 apud HAESBAERT, 2010: 59).

É o território usado que interessa ao campo analítico da dimensão da espera, tendo em vista que este é o espaço vivido, onde se tecem as relações, onde se desenvolve as interações sócio-espaciais.

Para Guy Di Méo (1999: 76), o território reúne as noções de espaço social e espaço de vida, associado a quatro adjuntos. Em primeiro lugar, o território descreve, com base em dados espaciais, a inserção de cada sujeito num grupo de referência, onde, a partir de trajetórias pessoais, constrói uma identidade coletiva. Em segundo, o território reflete um modo de corte e controle do espaço para assegurar a especificidade e reprodução dos grupos humanos, daqueles que o edificam. Em terceiro lugar, compreende o campo simbólico notável de certos elementos, tais como lugares, paisagens, monumentos, histórias, introduzidos em valores patrimoniais que contribuem para reforçar o sentimento de identidade coletiva dos homens que o ocupam. Em quarto, o território é empreendido como “uma ferramenta poderosa de mobilização social” (DI MÉO, 1999: 76).

Segundo o referido autor, o território pode ser também definido pelos contatos sociais e materiais, promovidos a partir da interação entre os atores de um dado lugar, em suma, por uma experiência concreta do lugar. Nesse sentido, são as práticas dos espaços, as interações sociais que os acompanham, que contribuem para a construção cotidiana dos territórios e territorialidades (DI MÉO, 1999:79).

1.3.2 Territorialidade, desterritorialização e reterritorialização

O conceito de território, como vimos, pode ser abordado a partir de diferentes perspectivas, sob variadas óticas, entretanto, em sua construção, a territorialidade é uma “qualidade necessária” (Sack, apud Haesbaert, 2010: 86).

Uma das definições de territorialidade é expressa por Raffestin (1993: 160) designando “um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema”. Assim, para o referido autor, o sentido de territorialidade abarca mais do que a relação homem-natureza, pois congrega também as relações sociais estabelecidas entre os homens.

Haesbaert (2010), ao propor uma discussão sobre as diferentes concepções de território, apresenta a visão de Robert Sack sobre a questão da territorialidade. Segundo Haesbaert, a concepção de territorialidade proposta por Sack é baseada numa visão eminentemente humana, compreendida a partir de dois atributos fundamentais: a fronteira e controle de acesso (HAESBAERT, 2010: 86). Assim, ela pode ser definida como “a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica. Esta área será chamada território” (SACK, 1986: 6 apud HAESBAERT, 2010: 86).

Ainda de acordo Haesbaert (2010), em sua abordagem acerca da territorialidade, Sack reconhece também a dimensão econômica e cultural da territorialidade, estando ligados ao modo como as pessoas utilizam a terra, como se organizam e como dão sentido ao lugar (HAESBAERT, 2010: 86).

Para Soja (1971: 19 apud SANTOS, 2009), a territorialidade é entendida como

um fenômeno comportamental associado com a organização do espaço em esferas de influência ou de territórios claramente

demarcados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou por agentes outros que assim os definam.

Santos (2009) evidencia que a territorialidade é o controle, enquanto o território é a delimitação. Nesse sentido, o território se expressa pelo espaço delimitado, onde é exercido um controle, a territorialidade.

Para Haesbaert (2010), a delimitação de um território tende a criar um tipo de padronização e classificação, à medida que

todos os que vivem dentro de seus limites tendem assim, em determinado sentido, a ser vistos como “iguais”, tanto pelo fato de estarem subordinados a um mesmo tipo de controle (interno ao território) quanto pela relação de diferença que, de alguma forma, se estabelece entre os que se encontram no interior e os que se encontram fora de seus limites (HAESBAERT, 2010: 89).

Nesse contexto, os indivíduos pertencentes a um território tendem a estabelecer uma relação de identidade, a partir do instante em que fazem parte de uma dinâmica social e espacial específica, dentro de um território, ou seja, criam territorialidades.

Para Guy Di Méo (1999: 78), a territorialidade é identificada parcialmente para relatar, a priori, o humano emocional e pré-social do homem à terra; ela representa as ordens de representação coletivas, sociais e culturais, conferindo um contato com o universo simbólico à base de referência. Nesse sentido, a territorialidade assume a consagração simbólica dos processos objetivos da produção territorial. Por este motivo, segundo o autor, pode-se supor que não existe territorialidade sem um mínimo de práticas espaciais repetitivas.

A crescente mobilidade de pessoas, bens, capital e informações (mobilidade material e imaterial), propiciado pelo avanço nos transportes e das comunicações, tem levantado questionamentos acerca de processos de desterritorialização, caracterizados como “o movimento pelo qual se abandona o território” (HAESBAERT, 2010: 127).

O conceito de desterritorialização, assim como o de território, pode ser abordado sob diferentes perspectivas. Haesbaert (2010) apresenta três dimensões, a partir das quais a desterritorialização é tratada. São elas a dimensão econômica, política e simbólica ou cultural.

A primeira compreende os processos voltados para as relações econômicas, enfatizando a globalização, que propicia a destruição das barreiras ou a fixação dos territórios, através da formação de um mercado mundial, cada vez menos dependentes de bases territoriais, do caráter multilocal das empresas (forte tendências das multinacionais) e da instantaneidade das transações financeiras (HAESBAERT, 2010: 173).

A dimensão política aborda a desterritorialização a partir da diminuição ou enfraquecimento do controle das fronteiras nacionais, dado o crescente fluxo de mercadorias, informações e pessoas no espaço geográfico. Essa dimensão propaga a discurso do “fim do Estado”, em detrimento do “mundo sem fronteiras” (HAESBAERT, 2010: 200).

A dimensão simbólica ou cultural compreende o processo de desterritorialização a partir da “desvinculação cultural de espaços específicos e a mescla de identidades ou o hibridismo como norma cultural dominante” (HAESBAERT, 2010: 221), ou seja, seria o hibridismo cultural a base da desterritorialização, uma vez que este tende a dissolver os elos entre um determinado território e sua identidade cultural.

Apesar da distinção apresentada por Haesbaert acerca das dimensões da desterritorialização, o referido autor compreende que este processo apresenta-se enquanto mito, tendo em vista que, para ele, é possível criar territorialidades na mobilidade.

Talvez seja essa a grande novidade de nossa experiência espaço-temporal dita pós-moderna, onde controlar o espaço indispensável à nossa reprodução social não significa (apenas) controlar áreas e definir “fronteiras”, mas, sobretudo, viver em redes, onde nossas próprias identificações e referências espaço-simbólicas são feitas não apenas no enraizamento e na (sempre relativa) estabilidade, mas na própria mobilidade – uma parcela expressiva da humanidade identifica-se no e com o espaço em movimento, podemos dizer (HAESBAERT, 2010: 279).

Assim, o autor compreende que mesmo na mobilidade é possível criar territorialidades, a partir da criação de referenciais simbólicos, pois, para o autor, tratar do território, hoje, é falar de movimento, de fluxo, de rede. Um movimento “dotado de significado, de expressividade, isto é, quem tem um significado determinado para quem o constrói e/ou para quem dele usufrui” (HAESBAERT, 2010: 281).

Segundo Haesbaert, “muito mais do que uma coisa ou objeto, o território é um ato, uma ação, uma rel-ação, um movimento (de territorialização e desterritorialização), um ritmo, um movimento que se repete e sobre o qual se exerce um controle” (idem, p. 127). Nesse sentido, depreende-se que a mobilidade não necessariamente transforma os sujeitos em seres desterritorializados, à medida que os indivíduos tendem a criar e recriar relações simbólicas com espaços que ocupam, podendo, com isso, se reterritorializarem.

Assim, desterritorialização e a reterritorialização são processos indissociáveis. Haesbaert argumenta que “toda desterritorialização é acompanhada de uma reterritorialização” (HAESBAERT, 2010: 131). Para o referido autor:

“a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios, fundando novos. A escala espacial e a temporalidade é que são distintas” (HAESBAERT, 2010: 138).

É exatamente essa reterritorialização que nos permite empreender uma análise acerca de “territórios da espera”, uma vez que este conceito se materializa a partir das práticas cotidianas dos indivíduos, das interrelações que se formam no espaço enquanto se aguarda por algo.

1.3.3 Os “Territórios da espera”

Com efeito, conforme apresentado na seção anterior deste trabalho, o conceito de território na geografia, na maioria das vezes, refere-se a uma discussão centrada no poder, sendo este estabelecido e exercido através de um controle espacial. No entanto, a noção adotada para compreender os territórios de espera é baseada na concepção elaborada pelo TERRIAT, entendido a partir de um espaço produzido, materializado no campo da ação, estando associado a um espaço percebido, representado, mas também condicionado para as modalidades da existência humana e de um conjunto de práticas socioespaciais (GOMES; MUSSET, 2013).

Sua base de pensamento centra-se nos estudos do autor Guy Di Méo, que considera três dimensões que interessam diretamente na compreensão dos territórios da espera. São eles: os lugares frequentados pelos indivíduos (espaço vital); as interdependências sociais que se formam (espaço social); e os valores que são

projetados e percebidos pelos indivíduos (espaço vivido) (GOMES; MUSSET, 2013: 39). Nesse contexto, depreende-se que o conceito de território aqui empreendido é elucidado a partir das interações sociais estabelecidas nos espaço geográficos, é onde se tecem as relações e se desenvolvem as interações sociais (VIDAL; MUSSET, 2011).

A partir desta compreensão, cabe agora elucidar sobre o conceito de territórios da espera. Estes designam especificamente “os espaços destinados voluntariamente ou servindo involuntariamente a por em espera populações deslocadas ou em deslocamentos” (VIDAL; MUSSET, 2011), sendo, por excelência, vivenciados provisoriamente.

Os territórios da espera nascem da mobilidade, que se desenrola por diferentes motivos; Conformam-se a partir do uso inesperado do espaço, por uma circunstância particular imposta; é um espaço de transição, onde populações habitam enquanto aguardam por algum motivo, por alguma limitação. Por este modo, são áreas dominadas de expectativas, onde o espaço se reconfigura ou é organizado de acordo com a espera.

Assim, quando uma tensão é apresentada em um dado local e introduz uma nova forma de funcionamento do espaço, alterando sua natureza e seu uso, uma nova dinâmica se estabelece, novas regras são impostas, solidariedades inéditas se tecem, limites, margens e fronteiras anteriormente inexistentes aparecem, é possível empreender o conceito de território numa análise acerca da espera (GOMES; MUSSET, 2013: 40).

Os territórios da espera não devem ser confundidos com lugares de espera. Os lugares são projetados desde o início para acomodar situações de espera, onde a função é dada e a espera é mantida no momento, reguladora e normativa. São projetados para permitir a implementação de tarefas específicas, com base no tipo de espera e os modos de comando ou de funcionamento foram concebidos com antecedência (GOMES; MUSSET, 2013: 37).

Os territórios da espera, por outro lado, não são originalmente marcados por intencionalidades e funcionalidades de espera, como um dispositivo e como regime. Eles são, de alguma forma, infectados pela espera por diferentes razões e por períodos, às vezes muito curto, e muitas vezes descontínuas (GOMES; MUSSET, 2013: 37)

Os territórios da espera podem ser caracterizados como espaços abertos ou fechados. O primeiro tem uma finalidade exclusiva, pensado para por em espera os

indivíduos ou grupos em deslocamentos, como as hospedarias de imigrantes e os campos de refugiados. O segundo, por sua vez, é marcado por um uso inesperado, de maneira imprevista, colocando o indivíduo ou grupo em situação de espera, como as estações rodoviárias e os aeroportos (VIDAL; MUSSET, 2011).

A noção de espera abarca a ideia de uma pausa, um tempo em suspensão, marcado pela imobilidade, frente a um dispositivo jurídico específico, e a projeção de um destino, um fim. A espera cria a expectativa, a esperança; representa “um conjunto de práticas e comportamentos impostos por uma situação particular” (VIDAL; MUSSET, 2011). Quando a espera é concebida e materializada no espaço, pode configurar os territórios da espera.

Apesar da espera designar um tempo de pausa, ela não pode ser concebida como um tempo morto, posto que, durante a espera, atividades sociais se desenvolvem, e identidades sociais e espaciais podem ser construídas. Por esse motivo, os territórios de espera não se enquadram na categoria de não-lugares, elaborada pelo autor Marc Augé para representar os espaços de vivência provisória, constituídos para atender a certos fins (transporte, comércio, lazer, trânsito), mas incapazes de construir relações identitárias; aquele espaço que “não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar” (AUGÉ, 2007: 73).

As identidades construídas nos territórios de espera, não apagam necessariamente as identidades anteriores. “Elas são um recurso suplementar do qual os indivíduos se apoderam em função das suas necessidades, e das estratégias sociais que definem para fazer face à este tempo incerto” (VIDAL; MUSSET, 2011). Nesse contexto, os indivíduos ou grupos em situação de espera são capazes de tornar os espaços provisórios em familiares, de se apropriarem dele, criar identidades sócio-espaciais, produzir territorialidades, as quais refletem “a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral” (RAFFESTIN, 1993: 158).

Segundo Vidal e Musset (2011), a definição de territorialidade que melhor poderia dar conta da noção de espera é apresentada por Raffestin e Bresso (1982), entendida como “a estrutura latente do cotidiano, a estrutura relacional, pouco percebida ou não percebida, da cotidianidade”, uma vez que os territórios de espera se configuram, a partir das práticas sociais produzidas, da utilização social do espaço pelos grupos

sociais em deslocamento. Nesse contexto, a noção do habitar é fundamental para compreendê-lo.

1.3.4 O habitar no contexto dos assentamentos precários

O direito à habitação, mesmo constituído enquanto um direito social¹², ainda não é uma realidade para muitos brasileiros. Isso porque, no contexto capitalista, o acesso à moradia é viabilizado de acordo com as condições econômicas dos indivíduos. Assim, diante da necessidade de habitação e na falta de recursos financeiros suficientes para suprir essa necessidade, muitos indivíduos recorrem à suas próprias soluções, habitando áreas consideradas irregulares, muitas vezes, em construções precárias.

Essa medida provisória de moradia acaba, em muitos casos, tornando-se uma forma permanente de abrigo e vivência para muitas famílias. Estas, ao se apropriarem desses espaços, o conferem sentido e significado, através de suas práticas cotidianas, suas relações com o espaço vivido e com aqueles que compartilham dele. Constroem, assim, um sentido de habitar.

Consideramos que a noção de habitar parte de uma visão mais ampla, para além de um teto onde se abrigar. De acordo com Breviglieri (2006: 9), o habitar deve ser primeiro compreendido em sua dimensão pragmática, como uma forma pessoal e íntima de se envolver no mundo. Nesse sentido, o habitar não pode ser resumido à construção empírica, a casa especificamente, mas deve compreender as coisas familiares (humanas e não humanas) que formam um núcleo de identificação para a pessoa, na medida em que ela se reconhece nelas (BREVIGLIERI, 2006).

Para Stock (2004), habitar significa possuir uma relação com o espaço, que se expressa a partir das práticas dos indivíduos. Essas práticas são mobilizadas pelos indivíduos através de atos, situações, num projeto. Segundo o autor, os lugares de referência não existem em si mesmos, de forma independente, mas são concretizados pelas práticas dos indivíduos. Assim, “a questão do habitar é fundamentalmente uma questão de prática, associada a representações, valores, símbolos, fantasias que tem referência aos lugares geográficos” (STOCK, 2004).

¹² No Brasil, o direito à habitação passou a ser garantido enquanto um direito social a partir da Emenda Constitucional 26/2000, que alterou a Constituição de 1988, no artigo 6º.

Habitar é, assim, envolver-se emocionalmente com um determinado espaço; significa construir uma história de vida, produzir interações, criar identidade.

Habitar significa deixar que a vida tome seu curso, de modo a guiar cada gesto do homem em seu cotidiano – gestos que nascem da simplicidade das relações que esse estabelece com as coisas dentro do mundo” (JESUS; RIBEIRO, 2007: 7).

O ato de habitar “produz a “pequena história”, aquela construída nos lugares comuns, por sujeitos comuns, na vida diária” (ARRUDA, 2009: 22). Nesse contexto, ele cria a noção de pertencimento no indivíduo, de se sentir parte integrante de uma dinâmica social e espacial específica, expressa pela forma de viver de uma comunidade.

De acordo com Lima (2007), o ato de habitar tem uma dimensão que funda coletividades, “que coloca homens e mulheres em um mesmo espaço organizado, o qual vai ser denominado de comunidade. E, desta forma, o habitar instaura uma dimensão de comunidade no sentido em que é comum a todos” (LIMA, 2007).

Evidencia-se cada vez mais no contexto brasileiro que o sentido de habitar tem sido negligenciado pelos formuladores de políticas públicas habitacionais, isso porque a política remocionista é, quase sempre, a opção adotada no tratamento das questões habitacionais urbanas no Brasil. Assim, muitos programas implantados demolem as favelas e efetuam a remoção da população para conjuntos habitacionais, quase sempre, distantes dos locais onde residiam, desconsiderando as relações espaciais existentes, a questão da identidade do grupo social, as características da população, seus hábitos de vida, a relação de vizinhança, a proximidade de parentes e amigos, enfim, as práticas cotidianas dos indivíduos que existiam nas áreas de intervenção.

Com isso, além da população sofrer com a perda de suas moradias, muitas construídas com o trabalho de uma vida inteira, ainda tem seus referenciais espaciais, sociais e simbólicos afetados. Rompe-se, assim, com um “sistema mínimo de assistência social e de bem-estar familiar patrocinado pela comunidade” (PERLMAN, 1977: 237) que habita as favelas.

Lefebvre (1991), ao propor uma discussão acerca dos níveis e dimensões do fenômeno urbano, evidencia a importância de se repensar o habitar. Segundo este autor, no final do século XIX, este termo foi posto de lado pelo pensamento urbanístico, concebendo em seu lugar, o conceito de habitat, que, possui uma “função simplificada,

restringindo o “ser humano” a alguns atos elementares: comer, dormir, reproduzir-se” (LEFEBVRE, 1991:78).

Lefebvre (1991) entende que o uso do termo habitat acaba por reprimir as características elementares da vida urbana, as diversidades da maneira de viver, os modelos culturais e os valores da vida cotidiana (LEFEBVRE, 1991: 78). Por este motivo, o autor enfatiza que é preciso reencontrar o sentido de habitar, uma vez que “a relação do “ser humano” com a natureza e com sua própria natureza, com o “ser” e seu próprio ser, reside no habitar, nele se realiza e nele se lê” (LEFEBVRE, 1991: 79).

Nesse contexto, num processo de intervenção habitacional, a noção de habitar não deveria ser negligenciada pelos formuladores da política pública. Ao contrário, deveria ser parte fundamental do processo, tendo em vista que o homem é um ser que age e interage com o espaço onde vive (TEIXEIRA, 2007: 23). Para tanto, é necessário modificar os estereótipos vigentes sobre as favelas e seus moradores, bem como as ações governamentais no tratamento das questões habitacionais urbanas.

Desse modo, caminharemos para proposição e execução de políticas públicas habitacionais que presam pela valorização das questões identitárias dos grupos sociais, as relações com seus espaços de vida, suas dimensões sociais, simbólicas, culturais. Políticas que possibilitem a integração da comunidade, a manutenção das práticas cotidianas dos indivíduos, o apego da população à sua casa, seus vizinhos, seus lugares de referências, seu sentido de lugar.

1.3.5 O Sentido de Lugar

O conceito de lugar tem sofrido amplas reflexões acerca de seu significado, entre os mais variados campos do conhecimento, sendo este um conceito chave para a geografia e um importante elemento para a compreensão deste estudo. Trata-se de um conceito que remete à reflexão da relação das pessoas com o mundo, mas que em sua definição mais antiga, apresentada por Aristóteles, é entendido como o “espaço que circunda o corpo” (LEITE, 1998: 9) e que, reelaborado por Descartes, deveria obedecer à relação da posição do corpo com a posição dos outros corpos (RIBEIRO apud LEITE, 1998: 9).

No que se refere ao pensamento geográfico, o lugar pode ser analisado com base em duas correntes: a Geografia humanística e a Geografia marxista, que, embora

possuam fundamentações filosóficas diferenciadas, ambas surgiram com o mesmo propósito, como reação ao positivismo (LEITE, 1998), corrente filosófica surgida na primeira metade do século XIX através do filósofo Augusto Comte, na qual baseava-se “na redução da realidade ao mundo dos sentidos, isto é, em circunscrever todo trabalho científico ao domínio das aparências” (MORAES, 2005: 21).

A corrente geográfica humanista ganhou força enquanto corrente filosófica a partir de 1960, com a renovação da chamada geografia cultural, “na qual a natureza, a sociedade e a cultura são refletidas como fenômenos complexos, sobre os quais só se obtém repostas a partir de experiências” (ROCHA, 2007: 21). Nesse sentido, ela procura entender o mundo através do estudo das relações dos homens com a natureza, considerando suas experiências. Suas bases teóricas valorizam os sentimentos, a intenção, a intersubjetividade e a compreensão das pessoas sobre o meio ambiente que habitam, buscando compreender e valorizar esses aspectos (ROCHA, 2007: 21).

No bojo dessa acepção geográfica, o conceito de lugar é analisado a partir das experiências diretas do ambiente em que vivemos. Constitui-se como “a base da própria existência humana através de uma experiência profunda e imediata do mundo ocupado com significados” (RELPH, 1980 apud FERREIRA, 2000: 66). Nesse sentido, o lugar “não se refere a objetos e atributos das localizações, mas a tipos de experiência e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança” (RELPH apud LEITE, 1998: 10).

Nessa mesma linha, Tuan afirma que “lugar é um centro de significados construídos pela experiência” (TUAN apud LEITE, 1998: 10). Refere-se, assim, aos locais onde construímos referenciais afetivos que desenvolvemos ao longo de nossa vida, de nossa convivência com o espaço e seus habitantes. Logo, ele é fruto da construção de um elo entre o sujeito e o ambiente em que vive, onde se articulam as experiências e vivências dos homens no espaço. Seria, assim, “um centro de significações insubstituível para a fundação de nossa identidade como indivíduos e como membros de uma comunidade, associando-se, desta forma, ao conceito de lar” (FERREIRA, 2000: 68).

Para tal acepção geográfica, o processo de globalização tende a destruir e desconsiderar a importância dos lugares, uma vez que esta tende a diminuir o número dos lugares significantes e a homogeneizar as paisagens, levando a proposição, por

Relph, de um novo conceito, a deslugaridade (FERREIRA, 2000: 69), associado ao mundo moderno, onde “a comunicação de massa, a cultura de massa, as grandes empresas, o processo de autoridade central e o próprio sistema econômico são os principais responsáveis por todo esse processo” (FERREIRA, 2000: 69).

A outra acepção geográfica que trata do conceito de lugar é a marxista, também conhecida como geografia crítica ou radical. Iniciada na década de 1970, ela surge em busca de uma transformação da realidade social, fundamentada no materialismo histórico e dialético. Tem como fator ideológico o uso do conhecimento geográfico como instrumento de “libertação do homem” (MORAES, 2005:119) e a necessidade de se construir na sociedade uma visão integrada e articulada do espaço, como forma de resistência social.

Essa acepção entende o lugar como resultado da relação entre o que é singular com o que é homogeneizado pela globalidade, possibilitado pelo advento das redes de transporte e comunicação. Ele se apresenta como “o ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento” (CARLOS, 2007: 22). É onde se estabelece a relação entre o de fora (o global), com o de dentro (o local).

Nesse sentido, o lugar pode ser compreendido como o espaço onde se estabelecem as relações local-global. Eles tendem a ser vulneráveis às influências externas, no entanto, isso não elimina as peculiaridades dos lugares, pois cada sociedade produz seu espaço; cada lugar responde de um jeito aos estímulos gerados externamente, de acordo com a capacidade de organização dos grupos que ali habitam (CALLAI, 2004). De acordo com Santos, “quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos” (SANTOS apud LEITE, 1998: 18).

E, à medida que se dá a integração dos lugares, intensificam-se as singularidades destes, pois cada lugar reage de uma forma às influências do global, o que permite com que cada lugar possua sua identidade.

Hoje já podemos falar num hibridismo entre as dimensões global e local. Assim, os fenômenos globais tanto podem sobrepor-se aos fenômenos locais, modificando toda a sua estrutura, como os fenômenos locais podem se expandir a nível mundial, por intermédio dos meios técnico-científicos. Seria o que alguns autores estão chamando de

glocal, “definido como a interação de relações de globalização e de localização” (HAESBAERT, 2002: 140).

Diferente da acepção humanista, para a corrente marxista, o conceito de lugar, frente à globalização, parece ganhar ainda mais destaque, pois apresenta-se como “ a forma mais clara de explicar o todo na parte e a parte no todo” (CAVALCANTE, 2011: 94). Nele, se instalam a densidade técnica e informacional, um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas e instituições.

O lugar é a porção do espaço que nos traz segurança, onde nos constituímos enquanto seres pertencentes de uma sociedade, uma vez que ninguém vivencia o espaço como todo. Vivemos apenas numa parte dele, e é essa parte que compõe nosso lugar, onde se tecem as relações sociais, realizadas no cotidiano, “o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida” (CARLOS, 2007: 22).

A partir do exposto, depreende-se que, o sentido de lugar, considerando as acepções aqui apresentadas, possui variadas definições, entretanto corroboram com a ideia que o lugar é carregado de sentido e significado para os que o habita constituindo-se, assim, numa importante categoria de análise para a formulação de políticas públicas habitacionais.

Quando se trata de remoções de favelas, pensar a questão do lugar tornar-se fundamental, tendo em vista que as pessoas tendem a estabelecer uma estreita relação com os espaços onde habitam. Suas casas, por mais simples que sejam, e mesmo sendo consideradas irregulares, um problema público a ser erradicado, possuem um simbolismo de grande relevância para os indivíduos. Envolvem práticas individuais e sociais, formados por lugares de referência, onde os habitantes se identificam; Evocam a sensação de pertencimento e segurança, construída a partir da convivência com o lugar e com as pessoas que também o habita (CARLOS, 2007).

De acordo com Carlos (2007: 17), o lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela *tríade habitante - identidade - lugar*. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso e ocupação do espaço, passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo. Nesse sentido, compreendemos que as ações do estado, em todos os âmbitos

(federal, estadual e municipal), no que tange à provisão de moradias populares devem, além de prezarem pelas funções sociais da cidade, garantindo à população o acesso aos serviços de infraestrutura básica, devem também considerar a questão do lugar, respeitando as relações identitárias estabelecidas entre a população com os locais ocupados.

CAPÍTULO II:

A PROBLEMÁTICA HABITACIONAL BRASILEIRA E AS AÇÕES DO ESTADO NA PROVISÃO DE MORADIAS

2.1 A questão moradia enquanto um problema social

A falta de moradia e o intenso crescimento de ocupações irregulares, em áreas consideradas impróprias à habitação são problemas urbanos que afetam muitas sociedades nesse início do século XXI. Esses problemas urbanos se intensificam quando se considera ainda a precariedade (quando não, ausência) de serviços públicos e infraestrutura essenciais, principalmente nas periferias dos centros urbanos.

Na sociedade capitalista, o problema habitacional urbano data ainda de meados do século XVIII, fruto do processo de industrialização, que marcou a transferência de poder econômico do campo para a cidade. Antes desse período, o campo era o responsável pela produção de riqueza dos países. Com o nascimento das indústrias, a cidade passa a oferecer as condições necessárias para o desenvolvimento econômico, transformando-se, assim, em locus de reprodução do capital e um elemento fundamental na divisão social e espacial da sociedade.

Um dos estudos que melhor desvelou a precária situação habitacional vivida pelas sociedades capitalistas pós-industrial foi realizado por Friederich Engels, em 1845, na obra *Situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Nele, o referido autor analisou as condições de vida e habitação dos trabalhadores das fábricas, criadas a partir do desenvolvimento da revolução industrial, descrevendo as degradáveis condições em que essa classe se integrava ao ambiente urbano. Segundo o autor, “os londrinos tiveram de sacrificar a melhor parte de sua condição de homens para realizar todos esses milagres da civilização de que é pródiga a cidade” (2008: 67).

Vivendo em bairros miseráveis, em condições de trabalho e vida deploráveis, uma massa de trabalhadores eram amontoados em diminutos espaços, em sua grande maioria, impróprios à habitação, sem ter o que comer nem o que vestir. Encontravam-se em condições indignas de seres humanos, expulsos da sociedade e atolados na sujeira, passando por fome, doenças e na mais absoluta miséria. Era uma degradação humana nunca antes vista e vivida, denominada por Engels de “assassinato social” (ENGELS, 2008: 69). Estes viviam em bairros excluídos do contexto urbano, localizados de modo

que não interferisse na organização espacial das cidades capitalistas industriais, configurando, assim, uma dualidade entre centro e periferia.

Nesse sentido, a cidade industrial promovia uma espécie de segregação imposta à classe trabalhadora, à medida que era empurrada para espaços já destinados à sua habitação, os bairros operários, excluindo grandes parcelas da população de serviços urbanos. Esta segregação ainda é sentida nas cidades capitalistas atuais, inclusive no Brasil, onde seguimentos sociais vivem em condições precárias, desprovidas de bens e infraestrutura mínima à manutenção da vida diária.

Nas cidades brasileiras, os problemas de moradia foram ocasionados por uma série de condicionantes, dentre eles destacam-se a extrema desigualdade de acesso à terra, justificada pela má distribuição de renda no contexto do sistema produtivo capitalista em que o país se assenta, e o acelerado crescimento urbano, ocorrido no Brasil após a década de 1940, em função das políticas industrializantes, que foram sendo realizadas pelos diversos Governos brasileiros, sem a adequação de um planejamento urbano eficiente.

De acordo com Santos (1994), o Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago econômico, formado por subespaços que evoluíram segundo lógicas próprias, em função de suas relações com o mundo exterior. O país era, assim, composto por polos dinâmicos internos, existindo pouca relação entre eles. Esse quadro passa a ser quebrado a partir da segunda metade do século XIX, com a produção do café, onde o estado de São Paulo passa a se tornar o polo dinâmico do país, abrangendo também os estados do Sul e timidamente o Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Com o crescimento econômico, diversas mudanças começaram a se delinear tanto nos sistemas de engenharia, quanto no sistema social. A implantação dos sistemas de transportes e a criação de meios de comunicação atribuíram uma fluidez potencial a essa parte do território brasileiro (SANTOS, 1994: 26). Começam a se instalar, em parte do país, as formas capitalistas de produção, sob os influxos do comércio internacional. O processo de industrialização se desenvolve, permitindo que o mercado interno também ganhasse um papel crescente, instaurando assim, uma nova lógica econômica e territorial (SANTOS, 1994: 27).

A partir de 1940, a industrialização prevalece, com a formação de um mercado nacional, expansão do consumo, e o crescente esforço governamental para a integração

do território, fatores que impulsionaram uma urbanização cada vez mais intensa, com o crescimento demográfico sustentado nas cidades, tanto que, entre 1940 e 1980, dá-se uma verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira (SANTOS, 1994: 29).

Santos (1994) evidencia que, somente entre 1970 e 1980, incorpora-se ao contingente demográfico urbano uma massa de pessoas comparável à população total urbana de 1960 (conforme apresentado na figura 2). Nesse sentido, o processo de urbanização brasileiro conheceu uma aceleração desenfreada, decorrente, sobretudo das políticas industrializantes promovidas pelos governos brasileiros.

Figura 2: aumento anual médio aproximado da população total e da urbana

Anos	Aumento médio anual da população total (A)	Aumento médio anual da população urbana (B)	B:A
1940-50	1.060.000	800.000	75,47
1950-60	1.820.000	1.320.000	72,52
1960-70	2.300.000	2.100.000	91,30
1970-80	2.600.000	2.900.000	111,53
1980-91	3.130.000	3.370.000	107,66

Fonte: SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1994. 2.ed. Adaptado.

O rápido crescimento urbano instaurado no país foi uma mola propulsora para o agravamento das questões habitacionais e produziu expressivos reflexos no espaço urbano brasileiro. Para Ribeiro (1997), as grandes cidades sempre foram apresentadas como expressões vivas do progresso rápido, lócus da produção e distribuição da riqueza.

Esse processo de urbanização desenfreado, sem a adequação de um planejamento urbano eficiente, construiu as bases para as ocupações irregulares e assentamentos precários em áreas impróprias à habitação, e contribuiu para o agravamento da problemática habitacional das cidades brasileiras.

Para Valladares (2005), os primeiros espaços a chamarem a atenção das autoridades governamentais para a deplorável cena urbana brasileira foram os cortiços. Estes eram considerados o lócus da pobreza no século XIX. Configurados para atender a

demanda de moradia da classe trabalhadora, os cortiços acabaram também por abrigar a massa de vagabundos e malandros, a chamada “classe perigosa” (VALLADARES, 2005: 24). Esses espaços eram a representação do abandono, da miséria e da propagação de epidemias e doenças, constituindo-se, aos olhos das autoridades, uma ameaça social, mas também moral para a sociedade capitalista brasileira em vias de ascensão, uma vez que a cidade do Rio de Janeiro tinha a pretensão de se equiparar às cidades industriais europeias, representando seu desenvolvimento na organização do espaço e na contenção de doenças por meio de políticas médico-higienistas.

Já as favelas, de acordo com Valladares (2005), teve o seu primeiro registro oficial de existência elaborado pelo engenheiro civil Everardo Backheuser, em função da reforma Pereira Passos¹³, ocorrida na Cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, sendo também sinalizadas nos estudos como habitações anti-higiênicas, necessitando de intervenção. Por este motivo, a autora entende que o “problema” favela precedeu a extensão do fenômeno ao conjunto da cidade, quando o processo de favelização ainda não havia se generalizado (VALLADARES, 2005: 39).

O diagnóstico desses estudos acabou por transformar as favelas em objetos de intervenções urbanísticas, justificando que era um ambiente anti-higiênico, fonte direta de males físicos e morais dos seres humanos (VALLADARES, 2005: 41) sendo, por isso, necessário definir soluções técnicas para o tratamento desses males urbanos que atrapalhavam o bom funcionamento da cidade. Eram, assim, as favelas “elementos que tanto se opunham a racionalidade técnica quanto à regulação do conjunto da cidade. Acabar com elas seria, então, uma consequência natural” (VALLADARES, 2005: 41).

Segundo Valladares (2005), a campanha instituída por Mattos Pimenta¹⁴ contra as favelas, nos anos 1926 e 1927 contribuiu decisivamente para transformá-las em problema. Seu discurso partia de pressupostos reformistas e sanitaristas, conforme apontavam os estudos já elaborados nas reformas de Pereira Passos, contudo ele acrescenta preocupações estéticas e de cunho arquitetônico à cidade do Rio de Janeiro, baseada nas concepções urbanísticas implantadas em Paris. Difundia a ideia de as

¹³ Foi o plano de reforma urbana ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos 1902 e 1906. Efetuado pelo prefeito Francisco Pereira Passos, sob incentivo do presidente Rodrigues Alves, o projeto foi inspirado na famosa reforma urbana de Paris, do Barão de Haussmann, onde diversos cortiços foram colocados abaixo, a fim do alargamento de ruas, construção de avenidas, praças e novos edifícios.

¹⁴ Membro importante do Rotary Club do Rio de Janeiro, onde funcionou como local de debates e grupo de pressão dos meios econômicos sobre os problemas urbanos da cidade. Atuando como médico especialista em questões sanitárias, engenheiro, jornalista e construtor imobiliário, alavancou uma forte campanha contra as favelas na cidade do Rio de Janeiro (VALLADARES, 2005, p. 41).

favelas eram ambientes desencadeadores de doença, mau contágio, “patologia social a ser combatida” (VALLADARES, 2005: 40).

Suas ideias e propostas acerca do urbanismo e das favelas influenciaram sobremaneira a forma de ver as favelas, bem como as políticas que lhes foram impostas, ao longo dos anos. Os diversos discursos e projetos dirigidos a esses espaços preocupavam-se em caracterizá-los, contudo pouco dirigiram-se às causas do nascimento e expansão desses aglomerados, entendendo as favelas como uma maneira de as classes excluídas, despossuídas de recursos financeiros, satisfazerem suas necessidades de moradia, ter acesso aos serviços e infraestruturas existentes nas cidades.

A dívida social acumulada no Brasil em relação à carência habitacional é enorme, variando em cerca de seis milhões de famílias que precisam de moradia (BRASIL, 2010). E, segundo dados do último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, 11.425.644 milhões de pessoas viviam em favelas no Brasil. Destes, 49,8% de domicílios se concentra na Região Sudeste, com destaque para o Estado de São Paulo, que congrega 23,2% dos domicílios do país, e o Estado do Rio de Janeiro, com 19,1% (IBGE, 2010). Estes estados foram lócus do processo de industrialização no Brasil e, por conseguinte os que mais sofreram com o desordenado processo de urbanização.

Esses índices de carência habitacional estão no cerne da problemática urbana brasileira, e se deve, em grande medida, à exclusão social das camadas mais pobres da população, que, desprovidos de recursos financeiros suficientes para ter acesso à terra no mercado formal, pelo pagamento dela, são empurrados para as áreas periféricas das cidades, ou ainda, para áreas consideradas de risco ambiental e social, desprovidos de qualquer infraestrutura, constituindo, assim, um processo de segregação socioespacial.

A falta de políticas públicas eficientes, atrelada ao aumento da especulação imobiliária e às ações do Estado, atuando na distribuição desigual de investimentos públicos no fornecimento de infraestrutura básica, também contribui para um processo de diferenciação socioespacial, que há muito está arraigado no contexto brasileiro.

2.2 A cidade como lócus da segregação socioespacial

O uso e ocupação do espaço urbano não ocorrem de maneira harmoniosa no Brasil. Ao contrário, ele é palco de disputas pelos diversos setores (industrial, comercial

e residencial), e segmentos sociais (diferentes classes sociais), que criam o espaço da produção da mais-valia, da venda e do consumo, da habitação, da circulação de pessoas e mercadorias, da força de trabalho, dos serviços, enfim, é o espaço de vida e vivência.

Nesse contexto de disputas, a renda é fator determinante, uma vez que o acesso a um pedaço de terra depende do preço que se paga por ele, em função de seu valor no mercado. De acordo com Carlos (2008), o uso da cidade remete à análise das relações sociais de produção, onde o mercado determina a garantia de acesso à propriedade privada, pela possibilidade de pagamento da terra.

Como muitos não possuem recursos financeiros suficientes para suprir suas necessidades de moradia, acabam excluídos do espaço urbano, assentando-se em áreas periféricas, ou ainda em áreas consideradas de risco ambiental e de vulnerabilidade social, em habitações precárias, irregulares aos olhos do poder público.

Essa desigualdade de acesso a terra se expressa na configuração espacial das cidades, no uso e ocupação do solo urbano. Segundo Santos (1987) os indivíduos se distribuem territorialmente segundo a classe social a que pertencem e o poder aquisitivo que possuem. Nesse contexto, é inegável que as condições de acesso ao espaço urbano ocorrem de maneira diferenciada para os indivíduos, em função de suas condições sociais.

Faria (2005) afirma que o espaço urbano é definido por um sistema de atratividade entre locais de oferta e demanda de facilidades urbanas. Assim, a distribuição desigual de investimentos públicos no fornecimento de infraestrutura básica também contribui para um processo de diferenciação socioespacial. Com isso, as cidades apresentam uma divisão espacial relacionada, dentre outros fatores, às condições sociais da população, potencializando os problemas gerados pelas diferenças nas formas de produção e apropriação do solo urbano, e pelas ações implementadas pelo Estado, dotando certos espaços de infraestrutura urbana e deixando à margem tantas outras porções.

De acordo com Faria (2012) as desigualdades e o processo de divisão e diferenciação do espaço urbano, segundo o seu conteúdo material, social ou simbólico, são definidos, como segregação socioespacial.

Villaça (2001) define a segregação socioespacial enquanto um processo de concentração dos segmentos sociais em diferentes regiões gerais ou conjunto de

bairros da metrópole. Segundo o autor, a segregação não impede a presença nem o crescimento de outras classes no mesmo espaço, no entanto, “o que determina, em uma região, a segregação de uma classe é a concentração significativa dessa classe mais do que em qualquer outra região da metrópole” (VILLAÇA, 2001: 143).

Conforme explicita Villaça (2005), o mais conhecido padrão de segregação da metrópole brasileira é o do centro X periferia, sendo o primeiro dotado da maioria dos serviços urbanos, públicos e privados e ocupados pela classe de alta renda. O segundo, por sua vez, pouco servida dos serviços é ocupado pela classe de menor renda.

Marques (2005) entende o processo de segregação socioespacial a partir dos processos de desigualdade de acesso a políticas públicas ou de condições de vida de uma forma geral, e de separação na distribuição dos grupos no espaço.

Corrêa (1995) utiliza-se do conceito de segregação residencial para expressar a distribuição espacial das classes sociais e suas frações nas cidades. Segundo o autor, a separação residencial implica necessariamente em separação espacial das diferentes classes sociais fragmentada, o qual origina padrões espaciais, áreas sociais que emergem da segregação, que se encontram dispostas espacialmente segundo certa lógica (CORRÊA, 1995: 66).

Esses padrões espaciais de segregação são organizados em três esquemas clássicos (figura 4), a saber: modelo de Kohl, de Burgess e Hoyt. Neles, a concepção de segregação ocorre pela distinção centro X periferia e se diferenciam em função da organização interna das cidades e da localização das camadas sociais que se distribuem pelo espaço urbano.

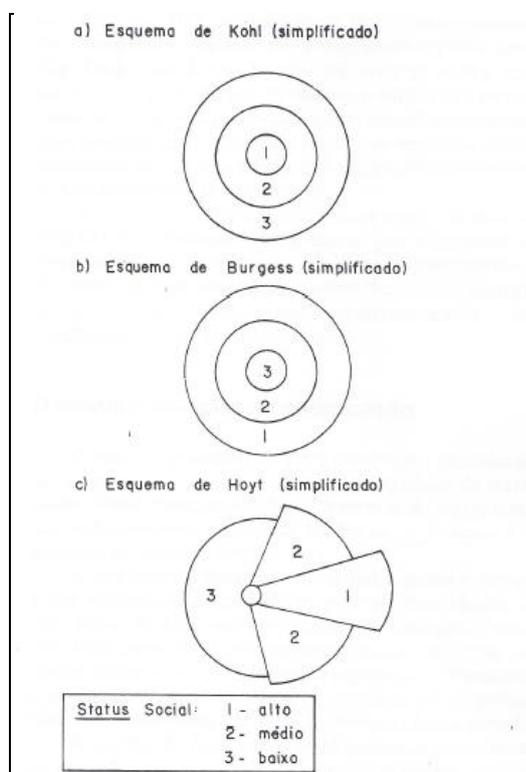
O modelo de Kohl, formulado em 1841 pelo geógrafo alemão J. G. Kohl generalizou a maneira como os grupos sociais estavam distribuídos nas cidades pré-industriais da Europa continental. Segundo este esquema, a elite localiza-se no centro, enquanto os pobres residem nas periferias das cidades, num momento em que a mobilidade intra-urbana era muito limitada (CORRÊA, 1995: 67) e a área central concentrava as mais importantes instituições urbanas.

O modelo instituído por E. W. Burgess, em contrapartida, generaliza um padrão de segregação onde os pobres residem no centro e a elite na periferia das cidades. Baseada nas cidades americanas de 1920, as áreas centrais são desvalorizadas e

fortemente deterioradas, não exercendo nenhuma atração à elite. Seria este modelo, uma sequência evolutiva da organização espacial da cidade (CORRÊA, 1995: 68).

Já o modelo instituído por Hoyt, em 1939, assumiria uma tendência de auto-segregação da elite, que se localiza nas melhores áreas da cidade, “de onde então pode exercer um efetivo controle de seu território. A partir de sua ação estabelecem-se os demais grupos sociais em outros setores” (CORRÊA, 1995: 69), a classe de médio e baixo status.

Figura 3: esquemas clássicos de segregação residencial



Fonte: CORRÊA, R. L.O espaço urbano.São Paulo: Editora Ática, 1995.

O processo de segregação socioespacial é muito marcante no Brasil, sendo cada vez mais, objeto de estudos e pesquisas. No entanto é consenso que esse processo tende a se intensificar, à medida que a lógica do capital, baseada na valorização de espaços pelo mercado de terras e na especulação imobiliária é reforçada pelas ações do Estado, que privilegia áreas, dotando-as de infraestrutura e serviços, em detrimento de outras.

Assim, a segregação socioespacial sentida nos centros urbanos brasileiros é criada pelo mercado de terras e fortalecida e institucionalizada pelas ações do Estado,

que produz o espaço regulador e ordenador. Carlos (2007) afirma que o Estado exerce o controle organizacional, e reproduz a divisão centro-periferia com estratégias de poder, gerando assim espaços de confrontos e conflitos.

Nesse sentido, pode-se tomar o espaço urbano como uma arena de confrontos e conflitos de interesses entre os agentes sociais, evidenciando o papel do Estado nesse contexto, uma vez que ele, tanto pode fortalecer a ordem social vigente, onde a cidade é pensada para atender aos interesses de um determinado grupo social e aos anseios do grande capital, quanto ser o agente responsável pelos serviços coletivos, o provedor de melhorias sociais, atuando para diminuir o fosso existente entre classes, e assim reduzir as desigualdades socioespaciais, de modo a pensar na cidade para todos, sem distinção de classe.

2.3 Políticas públicas habitacionais no Brasil: remoção ou urbanização de favelas?

No que se tange à discussão acerca de políticas públicas de habitação no Brasil, merece destaque o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), por ser responsável pelo significativo aumento na provisão de moradias sociais, e por romper com uma lacuna de mais de 20 anos no campo da política habitacional de âmbito nacional¹⁵.

Lançado em 2009, durante gestão de Luis Inácio Lula da Silva, o referido programa é parte da Política Nacional de Habitação, que tem por objetivo promover as condições de acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente o de baixa renda, a partir de um conjunto de ações, como a integração urbana de assentamento precários, a produção de habitações sociais e a integração da política habitacional à política de desenvolvimento urbano (BRASIL, 2004).

Regulamentado pela Lei Nº 11.977, de 7 de Julho de 2009, o PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos, além da produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (Art. 1º).

Ele atua em diversas camadas sociais, com variadas estratégias de intervenção, desde a oferta de financiamento, concessão de créditos e subsídios, até a de construção de casas populares às camadas mais pobres, a partir de parcerias estabelecidas entre

¹⁵ Desde a extinção do BNH, em 1986, que o Brasil não possuía uma política federal voltada para o setor de habitação.

estados e municípios com o governo federal. Segundo a Secretaria Nacional de Habitação (2013), em quatro anos (até outubro de 2013), o programa contratou mais de 2,9 milhões de unidades habitacionais e entregou mais de 1,4 milhão de unidades habitacionais a famílias de baixa renda, totalizando um investimento de mais de R\$ 192 bilhões.

Para além da justificativa social, ligada aos investimentos realizados e aos resultados apresentados na resolução do déficit habitacional brasileiro, o PMCMV tem atuado também no sentido de atender aos anseios do setor privado. Segundo Cardoso (2013: 2), além de uma política habitacional, o PMCMV foi pensado enquanto estratégia de enfrentamento à crise econômica internacional que estava em curso, enquanto estímulo ao setor empresarial envolvido com a construção civil, a ponto de delegar à iniciativa privada, a responsabilidade de definir e implantar os empreendimentos que deverão ser construídos.

Ocorre que as áreas escolhidas para implantação dos empreendimentos, especialmente dos de baixa renda, são localizados, quase sempre, fora dos centros urbanos, conforme elucidado por Cardoso (2013: 8). Segundo o autor, há uma tendência a direcionar as unidades do PMCMV, voltadas para as faixas de renda mais baixa, para algumas áreas específicas da cidade, neste caso significativamente mais distantes dos núcleos consolidados.

Destaca-se ainda o fato de que o PMCMV tem direcionado fortemente suas ações no sentido de remover favelas, deslocando as famílias para condomínios do programa, muitos destes desprovidos de infraestrutura, como transporte, educação, saúde e serviços de comércio. Isso tem ocorrido especialmente na cidade do Rio de Janeiro, que vem sofrendo uma série de intervenções urbanísticas, inclusive atuando na remoção de favelas, uma espécie de “limpeza urbana”, a fim de preparar a cidade para receber os megaeventos (Copa do Mundo de 2014, já ocorrida, e Olimpíadas de 2016).

Esta realidade atua no sentido contrário aos objetivos propostos na Política Habitacional Nacional, quando esta se refere à promoção da urbanização e inserção dos assentamentos precários à cidade, à democratização do acesso à terra urbanizada (BRASIL, 2004: 31), bem como a produção habitacional dentro do perímetro urbano, apoiando o adensamento de áreas centrais desocupadas, com habitação de interesse social, de forma a otimizar a infraestrutura instalada (BRASIL, 2004: 42).

Assim, apesar do PMCMV representar um avanço no que tange à política habitacional no Brasil, rompendo com um período de inércia política no setor, ele ainda tem atuado de maneira ineficiente, pois seus resultados ainda são muito pontuais, além de estar reproduzindo um padrão intervencionista assentado na remoção de favelas, em contraposição à urbanização destas, muito presente no histórico das políticas de habitação no país, conforme elucidado na seção seguinte.

2.3.1 As Favelas como alvo das políticas de remoção

Atualmente observa-se no espaço urbano brasileiro uma atuação do Estado no que tange à remoção de habitações consideradas irregulares e impróprias às moradias, especialmente as favelas, que desde sempre foi marcada pelo preconceito, decorrente, dentre outros fatores, das condições sociais de seus habitantes.

As favelas se configuram fisicamente no espaço urbano de maneiras diferenciadas, ainda que apresentem características semelhantes, principalmente a falta de atendimento governamental na provisão de serviços essenciais, tais como saneamento, luz, água, etc. No entanto, o que define a favela é a ocupação ilegal da terra (PERLMAN, 1977: 40).

Consolidam-se, quase sempre, em áreas de grande valorização imobiliária, por sediarem a maior parte dos equipamentos públicos, os serviços básicos ao bem viver (saúde, educação, lazer, transportes), a infraestrutura urbana e, em muitos casos, a proximidade do trabalho. Desse modo, são encaradas como um problema urbano a ser resolvido, devendo ser erradicadas ou, ao menos, removidas para áreas “invisíveis” no espaço, onde não interfiram na lógica espacial das cidades.

O processo de remoção de favelas não é novo, e marcou fortemente as políticas urbanistas das cidades brasileiras, principalmente após ascensão do regime militar no poder. De acordo com Brum (2012: 359), a centralização política e administrativa do período ditatorial traduziu-se numa maior disponibilidade de recursos técnicos e financeiros, propiciando as condições para a execução do propósito de ordenar o território urbano numa escala jamais vista. Esse ordenamento urbano configurou-se, sobretudo, numa forte erradicação de favelas.

A criação do Banco Nacional de Habitação¹⁶ (BNH), em 1964, traduziu a disposição do governo para efetuar as erradicações. Este órgão, que se propunha a “dirigir, disciplinar e controlar o financiamento de um sistema habitacional destinado a promover a casa própria para as famílias brasileiras, especialmente entre os grupos de renda inferiores” (PERLMAN, 1997: 241) tinha na lista de prioridades a que o banco deveria obedecer, “a construção de conjuntos habitacionais com a finalidade de erradicar favelas e outros aglomerados subumanos” (PERLMAN, 1997: 241).

Na cidade do Rio de Janeiro, esse modelo de ordenamento urbano efetivou-se com a criação da CHISAM, (Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana), em 1968. A partir deste órgão, houve uma mudança significativa na postura do Estado diante das favelas, no sentido de eliminá-las da paisagem urbana, alegando que “a remoção serviria para regenerar os favelados em novos ambientes e localização na cidade que, segundo esta linha de pensamento, seriam mais adequados a ele” (BRUM, 2012: 184).

As ações do BNH, além de atender mais aos anseios da classe média e alta da população, em detrimento das camadas mais pobres, ainda foram responsáveis pela construção de conjuntos habitacionais populares desprovidos de infraestrutura necessária e promovendo uma segregação socioespacial, à medida que eram construídos em áreas afastadas dos centros urbanos. Segundo Cardoso (2006) a política desenvolvida pelo BNH revelou-se incapaz de atender os setores mais carentes, e foi responsável por remover parcelas da população das favelas, alocando-as em conjuntos habitacionais mal equipados de infraestrutura, e nas periferias.

A política remocionista implementada pelas ações do BNH, utilizava-se da justificativa de que a remoção representava a integração do favelado na sociedade (PERLMAN, 1977: 243). Contudo, algumas de suas motivações mais relevantes era a liberação de lotes para o mercado de terras, em áreas valorizadas nos centros urbanos, o estímulo às indústrias do setor de construção civil e o desenvolvimento econômico do país (PERLMAN, 1977: 243).

Esta forma de enfrentamento do “problema” favela perdeu força nos anos 1980, especialmente após a instituição da Constituição Federal de 1988, destacando-se o

¹⁶ Órgão criado pela Lei 4380, de 21/08/1964, que instituiu a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.

artigo 182, em que se estabelecem os princípios da função social da cidade e da propriedade. De acordo com Azevedo e Andrade (2007: 228), a importância maior da Constituição talvez tenha sido instituir a função social da propriedade como direito subjetivo, ao criar o usucapião especial urbana, o qual possibilitou a permanência da população em áreas ocupadas. Para os referidos autores, o texto foi “verdadeiro divisor de águas na forma de representação e de enfrentamento concreto do problema das favelas do país” (AZEVEDO; ANDRADE, 2007: 229).

Todavia, atualmente a remoção voltou a ser encarado pelo Estado como solução para resolver a questão habitacional das favelas, principalmente após a entrada do Brasil no circuito dos megaeventos (sediando a Copa do mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016). Segundo Rolnik (2012), a liberação de terra bem localizada para empreendimentos e grandes negócios tem levado a um aumento exponencial de remoções forçadas de assentamentos populares, muitos com décadas de existência, vários destes, já regularizados.

Como resultando dessa política remocionista tem-se a expulsão dos moradores da cidade, que acabam geograficamente isolados das oportunidades que a vida urbana pode oferecer (ARRUDA, 2009: 20), e seus drásticos efeitos sobre a população que a vivencia (rupturas sociais, espaciais e simbólicas são alguns desses efeitos).

De acordo com Leal e Costa (2012) a remoção deveria ser uma opção somente para casos em que a melhoria das condições do espaço já ocupado não é possível, entretanto, observa-se que a realidade política brasileira tem caminhado no sentido oposto.

É consensual que esse processo tende a se intensificar, à medida que a lógica do capital, baseada na valorização de espaços pelo mercado de terras e na especulação imobiliária é reforçada pelas ações do Estado, que formula políticas públicas habitacionais sem um planejamento adequado, que considerem as particularidades de cada grupo social, suas relações sócio-espaciais, suas práticas cotidianas, seu sentido de habitar.

Consideramos que a remoção de favelas não é a melhor forma de enfrentamento das questões habitacionais, principalmente pelo fato de que este processo, quase sempre, é marcado por forte arbitrariedade e produzir muitos impactos na vida daqueles que vivenciaram a remoção, conforme evidenciado em diversos estudos elaborados sobre a

temática¹⁷. Ademais, experiências de urbanização de favelas já ocorridos no Brasil demonstram que esse tipo de intervenção pode ser efetivado, obtendo resultados bem mais satisfatórios para a população alvo.

2.3.2 Urbanização de favelas no Brasil

Apesar das políticas públicas voltadas para as favelas no Brasil optarem, quase sempre, pela erradicação dos assentamentos e remoção da população para conjuntos habitacionais sociais, especialmente pelo fato dessa alternativa possibilitar uma espécie “limpeza urbana”, há exemplos de processos de urbanização de favelas que impactaram de forma significativa no desenvolvimento urbano de algumas áreas.

Diversos pesquisadores¹⁸ defendem a regularização e melhoria das comunidades informais, justamente pelo fato de que esta forma de intervenção possibilita a preservação da comunidade, a manutenção dos laços de vizinhança, a proximidade dos moradores em relação ao emprego, a maior facilidade de acesso aos serviços oferecidos na cidade.

Uma das experiências mais significantes de urbanização de favelas no Brasil fora realizada pela CODESCO (Companhia de Desenvolvimento de Comunidades), no Rio de Janeiro, pouco antes da criação da CHISAM. Criada em 1968, e utilizando-se dos recursos do BNH, suas diretrizes pautaram-se na legalização e melhoria de favelas, atuando na concessão de posse legal das terras, na provisão de pavimentação, iluminação pública, instalação de água e esgoto, ajuda financeira e técnica à população para a reforma ou construção de suas casas e revenda dos lotes aos seus próprios ocupantes por um preço acessível (GONÇALVES, 2006: 6).

A fim de estabelecer experiências-modelo de urbanização, a CODESCO atuou nas favelas Brás de Pina, Morro União e Mata Machado. Para Mendes (2006: 88), as bases conceituais que apoiavam a metodologia das ações da CODESO ampliaram os objetivos perseguidos na proposta de intervenção em favelas. Nessa lógica, buscava transformar as favelas em áreas de acesso a serviços públicos básicos, a busca de integração ao entorno e a transformação do espaço físico das favelas, a fim de promover

¹⁷ Os trabalhos de PERLMAN (1977), VALLADARES (1978) e ARRUDA (2009) são alguns exemplos.

¹⁸ PERLMAN (1977); VALLADARES (1978);

a valorização do conjunto urbano e a ascensão social da população moradora das favelas.

Segundo Perlman (1977: 280), os três projetos-piloto realizados pela CODESO tiveram bastante êxito, mostrando uma significativa melhora nas casas, como ocorreu na favela de Brás de Pina, apenas dois anos após a implementação do projeto, onde “o tijolo substituiu as tábuas em muitas delas, que também tinham dobrado de tamanho (reduzindo substancialmente o amontoamento). As pessoas sentiam-se seguras e entusiasmadas a respeito de sua terra e sua comunidade” (PERLMAN, 1977: 280).

Para Gonçalves (2006), a experiência da CODESCO provou que nem todas as favelas são irrecuperáveis, e que a urbanização é uma política economicamente e socialmente mais viável do que a remoção.

No tocante à urbanização de favelas, cabe ressaltar ainda as ações realizadas pelo programa Favela-bairro. Parte do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro¹⁹, de 1995, o referido programa teve, por objetivo, construir ou complementar a estrutura urbana principal das favelas consolidadas, e oferecer condições sociais e ambientais de transformação e integração de favelas como bairro da cidade (GONÇALVES, 2006: 117).

Segundo Mendes (2006), o programa pretendia se firmar como um ponto de avanço no histórico de processos de intervenção das favelas cariocas, através do reconhecimento dessas áreas como novos bairros, atuando na recuperação do ambiente e equilíbrio ecológico das favelas e a promoção da qualidade de vida para os moradores das favelas (MENDES, 2006: 120).

Inicialmente foram selecionadas 15 favelas a serem intervidas. As principais intervenções realizadas voltaram-se à instalação de sistemas de drenagem, saneamento básico, canalização de rios, iluminação pública, coleta de lixo, construção de creches, praças, parques e outros equipamentos coletivos.

De fato, o programa alcançou resultados bem significativos nas favelas onde foram implantados, sendo, inclusive premiado na Expo 2000, em Hannover, Alemanha,

¹⁹ O Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro surge em 1993, no primeiro ano de gestão municipal do prefeito César Maia, com a criação do Rio Sempre Rio. Sua gestão foi marcada pela realização de grandes projetos de reestruturação urbana, como o Rio- Cidade e o Favela- Bairro. O plano foi elaborado com base numa metodologia participativa e sua versão final foi entregue em 1995 (GUANAIS; FISCHER, 1999).

e considerado projeto modelo pelas Nações Unidas (CABRAL, 2014). Sua visibilidade ampliou seus investimentos e possibilitou a continuidade do projeto e a ampliação das áreas de intervenção, atuando em 140 favelas e loteamentos. Contudo, com o passar dos anos, ele foi apresentando uma queda nos investimentos, atuando de maneira mais limitada. As favelas continuaram crescendo, as obras sofreram atrasos, o programa perdeu investidores, e outras prioridades urbanas foram se delineando, culminando em seu fim, em 2008 (CABRAL, 2014).

No campo das políticas de urbanização de favelas, pode-se citar ainda outras experiências, como a do município de Diadema, na região metropolitana de estado de São Paulo, que vem desenvolvendo experiências de melhorias habitacionais em assentamentos precários desde 2005 (COELHO, 2014: 6).

Com o aporte de recursos do governo Federal, investiu-se na urbanização e regularização de assentamentos precários, através de algumas estratégias, como o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), Programa de Arrendamento Residencial (PAR), Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) e linhas de financiamento do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

Além disso, parcerias com o governo estadual resultou na implantação de empreendimentos habitacionais, através da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) e aplicação de recursos do Programa Habitar Brasil²⁰. Segundo Coelho (2014: 17) o município de Diadema apresenta um universo de 223 núcleos habitacionais, sendo que 68% desses núcleos encontram-se totalmente urbanizados.

Destaca-se ainda, nesse sentido, o exemplo da favela Brasília Teimosa, em Recife, que acabou por se tornar um marco referencial para a criação do PREZEIS - Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social de Recife, criado no final dos anos 1950. Segundo Botler e Marinho (1997:33) o referido programa tornou-se um marco na história de mobilização social urbana, por enfatizar aspectos políticos de participação e descentralização, tendo em foco uma ampla representatividade social.

²⁰ O programa Habitar Brasil (BID) incentiva a geração de renda e o desenvolvimento em assentamentos de risco ou favelas para melhorar as condições habitacionais. São promovidas, por exemplo, as seguintes ações: construção de novas moradias, implantação de infraestrutura urbana e saneamento básico, e recuperadas áreas ambientalmente degradadas. A Caixa Econômica Federal é o agente financeiro, técnico, operacional e responsável pela implementação do programa.

O PREZEIS foi resultado de um projeto de entidades e organização da sociedade civil, num sistema de gestão participativa, a fim de recuperar áreas faveladas, viabilizando a regularização da posse da terra em favor dos ocupantes, evitando a expulsão compulsória, e a urbanização da área, com programas de saneamento e habitação (BOTLER; MARINHO, 1997:34).

O projeto de Brasília Teimosa, pautado em ações de urbanização, transformou a referida favela em bairro popular, e dotou a área com infraestrutura urbana. Segundo Botler e Marinho (1997: 41), a área apresenta padrões urbanísticos próprios e um caráter de bairro popular, com atividade imobiliária emergente e diversificação de atividades econômicas, associadas à conservação do perfil social de sua população de origem. E, como toda cidade, apresenta também desigualdades espaciais, marcadas por áreas consideradas mais nobres e áreas e espaços de miséria.

Apesar dos exemplos aqui apresentados, que pautaram-se na urbanização de favelas, o histórico das políticas de habitação no Brasil e o alto déficit habitacional que o país apresenta mostra que o caminho a ser percorrido é longo. A questão das favelas ainda é extremamente complexa, principalmente diante das ações governamentais no tratamento dessa questão, atuando na exclusão territorial de uma grande parcela da população brasileira, quando não, realizando ações de urbanização de favelas bem pontuais, quase sempre descontínuas.

As políticas voltadas a esse setor acabam por delinear a maneira pela qual o poder público as enxergam. Assim, a lógica das políticas urbanas no Brasil tratou os assentamentos precários como um mero problema urbano, procurando resolvê-los por meio de ações de cunho meramente físico. Nesta ótica, muitos aglomerados foram demolidos e a população reassentada em conjuntos novos na periferia distante, destituídos do direito à cidade, dos serviços e infraestrutura presente nos centros urbanos. Timidamente esse quadro vem se modificando, com ações bem pontuais em determinadas áreas urbanas.

2.4 Os programas municipais de habitação e seus impactos na oferta de moradias e na organização do espaço campista

2.4.1 As políticas de habitação em Campos

Com a promulgação da constituição Federal de 1988, as políticas públicas brasileiras passaram a ser descentralizadas, o que significa dizer que o poder decisório sobre as esferas financeira, administrativa e programática foi transferido aos municípios ou entidades e órgãos locais (MELO, 1996), delegando, assim, maior autonomia, poder de decisão e responsabilidade com as questões sociais.

Nesse contexto, a questão habitacional passou a cargo de Estados e Municípios, sendo estes responsáveis em criar e gerir seus próprios programas habitacionais. Assim, o processo de descentralização política foi uma mola propulsora para o surgimento de diversos programas municipais de habitação social no Brasil, inclusive em Campos dos Goytacazes, que, desde então, vem elaborando ações para o enfrentamento da problemática habitacional, por meio de programas, dentre os quais se destaca o Morar Feliz, objeto de análise do presente trabalho.

Até a criação do Morar Feliz, diversos programas habitacionais foram instituídos pelo poder público local. São esses: “Pode entrar que a casa é sua” (1989); “Vale construção” (1991); “Cada família tem seu lote” (1991); “SOS habitação” (1993); “Comunidade Legal” (2000) e “Casa Nova” (2007).

O “Pode entrar que a casa é sua” foi instituído em 1989, a fim de atuar na construção de moradias para famílias que viviam em situação crítica, e tinham renda mínima de três salários mínimos, por meio de recursos próprios e de parcerias com Estado e a União. O programa entregou 1839 casas, entre os anos de 1990 e 2008 (DUARTE, 2008: 61), período em que atuou.

Os Programas “Vale Construção” e “Cada família tem seu lote” foram lançados em 1991. O primeiro tinha, por objetivo, atender a casos emergenciais, doando materiais de construção às famílias com renda de até 1 salário mínimo. A partir de 1998, o programa teve sua atuação ampliada, pois passou a contar com a parceria da Caixa Econômica Federal, no financiamento de materiais de construção para reformas e ampliação de casas. Entre 1998 e 2001 cerca de 550 famílias foram atendidas pelo programa. (CORDEIRO, 2004: 57). Já o programa “Cada família tem seu lote” esteve voltado à doação de lotes urbanizados para famílias com até três salários mínimos. Sua atuação se restringiu ao projeto Terra Prometida, onde 80 casas foram construídas, em regime de mutirão. De acordo com Duarte (2008: 68), o local, desprovido de qualquer

assistência e infraestrutura básica, rapidamente passou a ser conhecido como favela, representando um fracasso do programa.

Em 1993, o Município de Campos lança o programa “SOS Habitação”, um auxílio financeiro concedido por um período de seis meses às famílias que fossem atingidas por catástrofes naturais, e estiverem suas casas condenadas pela defesa civil. Atualmente, o município adotou a política do Aluguel Social (que será mais detalhado mais adiante), o qual concede auxílio financeiro para pessoas que foram removidas de áreas de risco, de vulnerabilidade social ou que tiveram suas casas condenadas pela Defesa Civil Municipal. As famílias são assistidas com este programa até que seja providenciada a reforma da casa, ou ainda beneficiadas com uma moradia do programa Morar Feliz.

Em 2000, o programa “Comunidade Legal” atuou na construção, reforma e ampliação de casas, além da implantação de infraestrutura em áreas de favelização, como na Favela Tamarindo e na Favela do Matadouro. Esta última, além das obras de infraestrutura, teve também a construção de um conjunto habitacional para abrigar as famílias que estavam vivendo em situação crítica no prédio do antigo matadouro existente na favela.

O programa “Casa Nova”, instituído em 2007, foi uma ação implementada pelo poder público municipal, a fim de recuperar as casas atingidas pelas enchentes que afetara a cidade nesse período.

Merecem destaque neste trabalho os programas “Bairro Legal”, “Aluguel Social” e “Morar Feliz”, pelo fato destes estarem atuando no município em diversas frentes, tanto na urbanização de bairros, que, em alguns casos, culminou na demolição de favela e remoção de populações, quanto na concessão de recursos financeiros para aluguel de casas e na construção de conjuntos habitacionais sociais. Esses programas serão detalhados nas seções seguintes, por estarem diretamente envolvidos na temática da presente pesquisa.

2.4.2 O programa “Bairro Legal”

Lançado em 2009, o programa “Bairro Legal” se destina a urbanizar os bairros da cidade, o que inclui a pavimentação de ruas, tratamento de água e esgoto, construção de calçadas, iluminação e sinalização de trânsito. Em alguns casos, ele atua na remoção

de favelas, sendo a população removida para conjuntos habitacionais construídos pelo programa “Morar Feliz” (como na favela inferno Verde, que será detalhado no capítulo III).

O financiamento do programa é proveniente de recursos da Prefeitura, via royalties do petróleo, e do Governo Federal, pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2009 com o propósito de incentivar o crescimento econômico e prover obras de infraestrutura e equipamentos públicos, como a construção de portos, rodovias, geração de energia, construção de casas populares e urbanização de favelas (BRASIL, 2010).

O Bairro Legal atuou em 18 bairros da cidade, como Donana, Ururá, Residencial Santo Antônio, Penha, Parque Eldorado, Jardim Ceasa, Novo Eldorado e Lapa. O programa está em andamento em Goitacazes, Estância e Solar da Penha, e já tem aprovação orçamentária para atender mais 5 bairros: Vila Manhães, Vila Menezes, Parques Bela Vista, do Prado e Porto Belo. A figura 4 mostra parte das obras realizadas pelo programa no Bairro da Lapa. Cabe lembrar aqui que, neste caso específico de intervenção realizado pelo referido programa, ocorreu também a demolição da favela Inferno Verde, área de estudos da presente pesquisa.

O termo *legal*, utilizado para denominar o programa, pode ter uma duplicidade de sentido. Segundo o dicionário da língua portuguesa (FERREIRA, 2008: 510), o termo pode ser caracterizado como: 1) Referente ou conforme à lei; legítimo; certo; em ordem. 2) Exprime ideias apreciativas: ótimo, perfeito, legal, digno, bacana, etc.

Considerando às melhorias estruturais dos bairros, provenientes das obras de urbanização, o termo *legal* denota a ideia de transformação dos bairros em lugares bons, “legais” para se viver, assumindo, assim, uma forma apreciativa do termo. Contudo, conforme já mencionado, na Lapa, o programa atuou também na demolição da favela Inferno Verde, encarada como área irregular; um assentamento ilegal aos olhos da prefeitura, que fazia parte do bairro. Neste caso, pode-se considerar que o sentido de legitimidade referente ao termo *legal* também pode ser denotado ao programa “Bairro Legal”.

Figura 4: Obras do Bairro Legal realizadas no bairro da Lapa



As obras de pavimentação, urbanização e drenagem do Bairro Legal da Lapa já atingiram 50% do total. A informação é do secretário de Obras e Urbanismo de Campos, Edilson Peixoto, que afirmou ainda que "pelo cronograma, a previsão é que as ruas Miguel Herédia, Gonçalves Dias e Adão Pereira Nunes fiquem prontas no início do segundo semestre. E que, até o final do ano, a obra termine como um todo", afirmou o secretário.

Fonte: site da prefeitura municipal de Campos dos Goytacazes, de 18/05/2012.

2.4.3 O programa “Aluguel Social”

O “Aluguel Social” é um programa da Diretoria de Políticas Habitacionais, da Secretaria da Família e Assistência Social da prefeitura de Campos, cujo objetivo é a transferência temporária de renda às pessoas que foram removidas de suas casas, ou que não as possuem, até que seja providenciada uma moradia em um dos conjuntos habitacionais do “Morar Feliz”.

Derivado do programa “SOS Habitação”, o Aluguel Social é, segundo o poder público municipal, totalmente custeado com recursos dos royalties do petróleo. Ele prevê o pagamento de aluguel emergencial por um prazo de seis meses, que pode ser prorrogado por igual período. O valor do benefício concedido é fixado no valor de 350 reais, sendo o pagamento efetuado diretamente na conta do proprietário do imóvel.

Segundo dados da prefeitura de Campos, o município investiu R\$ 5.139.213,63 no período compreendido entre 2009 e 2014 com a concessão dos benefícios (S.O.S.

Habitação/Aluguel Social), para as pessoas que se enquadravam nos critérios definidos pelo programa. A figura 5 apresenta o total de recursos investidos por ano com o benefício.

Figura 5: Total de recursos investidos com o Aluguel Social entre os anos 2009-2014 na cidade de Campos dos Goytacazes

Recursos investidos no Aluguel Social (2009-2014)	
Ano	Valor
2009	R\$ 869.120,00
2010	R\$ 1.074.795,00
2011	R\$ 895.995,83
2012	R\$ 392.610,00
2013	R\$ 849.940,00
2014	1.056.752,80
Total	R\$ 5.139.213,63

Fonte: site prefeitura municipal de Campos dos Goytacazes, de 16/01/2015. Adaptado.

Durante a espera pela moradia, a população da favela Inferno Verde está subsidiado pelo Aluguel Social. Lá, 72 usuários estão recebendo este recurso, contudo, ele tem sido alvo de grande insatisfação popular, por diversos fatores. Um deles diz respeito à divergência de valores pagos aos moradores removidos da favela. Os primeiros que saíram recebem um valor fixado em R\$ 350 reais. Os que mais resistiram à remoção, no entanto, estão recebendo o valor de R\$ 450. Quando interrogada sobre a divergência nos valores do aluguel da população da Inferno Verde, a Chefe de Apoio e Assistência as Comunidades, senhora Raquel Almeida Gonçalves Santos informou o seguinte:

No primeiro momento foram atendidas as famílias que desejavam sair, um bom tempo depois às famílias que se mostraram resistente a saída resolveram aceitar a remoção, com isso, foi aberta uma exceção a estas famílias, pois, por se tratar da localização (centro da cidade), não encontrava mais imóveis para alugar pelo mesmo valor em que foram contratados os primeiros imóveis (Raquel Almeida Gonçalves, em 18/11/2014).

Por este fato, a população tem sofrido bastante pressão por parte dos proprietários dos imóveis, que anseiam receber a mesma quantia que os proprietários que ganham mais. Inclusive, alguns proprietários estão reajustando os preços dos

aluguéis, mesmo que o valor do benefício não esteja acompanhando esses reajustes. Segundo um proprietário:

a prefeitura está fazendo uma sacanagem com a gente. Tem dono de casa que recebe mais e a gente recebe menos. Minhas casas são melhores que muitas por aqui. Tem casa velha que o povo tá pagando R\$ 450 reais. As minhas, a prefeitura está pagando R\$ 350. Não pode isso. Todo mundo tem que receber igual. Eu vou aumentar o valor das minhas (Luis, proprietário de imóveis na área, em 11/02/2014).

Alguns moradores foram até a SFAS reivindicar a equiparação dos valores, mas não conseguiram obter resultado satisfatório, sendo informados de que é inviável o aumento dos valores. Alguns chegaram até incitar a elaboração de um abaixo assinado, contudo preferiram não levar adiante, por receio de perder o benefício.

Outro motivo de insatisfação da população quanto ao benefício refere-se ao fato de o dinheiro concedido pelo programa não ser suficiente para arcar com o valor da locação dos imóveis na área²¹, nas adjacências da antiga favela, no bairro da Lapa, onde grande parte da população está residindo. Com isso, muitos moradores estão complementando o restante do aluguel, mesmo não tendo condições financeiras para tal.

O dinheiro que a prefeitura está dando não é suficiente para pagar o aluguel. Eu estou tendo que tirar um dinheirão do bolso para completar o aluguel. Eu tenho uma família grande, por isso preciso de uma casa grande, e isso está saindo caro. Minha outra casa, a que destruíram, ela era boa, tinha espaço. Lá eu não tinha problema com isso, não precisava gastar com aluguel. (Seu João, ex-morador da Inferno Verde, em 01/09/2014).

Além dos problemas citados, a população ainda tem sofrido com constantes atrasos no pagamento do benefício, sendo, por isso ameaçada de despejos pelos proprietários, que já chegaram a ficar mais de dois meses sem receber o dinheiro. Indignados com os atrasos e ameaçados de ficarem sem casa, os moradores fizeram uma manifestação²² na praça do bairro, quando o filho da prefeita, Vladimir Garotinho foi ao local entregar presentes de natal às crianças da localidade. Segundo ele, os atrasos no pagamento dos aluguéis foram decorrentes da falta de dinheiro no caixa da prefeitura, que já estava buscando solucionar o problema recorrendo a empréstimos no banco.

²¹ O valor varia entre R\$ 400 e 700 reais, segundo informado pelos moradores na pesquisa

²² O vídeo da manifestação realizada pela população pode ser visto acessando o endereço eletrônico <http://www.jornalterceiravia.com.br/noticias/campos-dos-goytacazes/61903/>

Cabe ressaltar aqui que Campos foi o município que mais recebeu royalties do petróleo no país em 2014, arrecadando R\$ 632 milhões (jornal *O Globo on line*, de 11/01/2015).

O programa Aluguel Social não é uma exclusividade da cidade de Campos dos Goytacazes. No estado do Rio de Janeiro, ele atua desde 2010, quando instituído no artigo 8º, do decreto nº 42.406, de 13 de abril de 2010, pelo Programa Estadual Morar Seguro, o qual define que:

enquanto não estiverem disponíveis as unidades habitacionais para reassentamento da população residente em áreas de risco, o Estado providenciará, diretamente ou através do Município, o acolhimento das famílias removidas em abrigo, ou pagará, através da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, o valor de até R\$ 500,00 (quinhentos reais) por mês a título de aluguel social.

O benefício assistencial temporário é destinado a atender necessidades advindas da remoção de famílias domiciliadas em áreas de risco ou desabrigadas em razão de vulnerabilidade temporária e calamidade pública, por um período de até 12 meses. Para a concessão do benefício, a renda familiar total não pode ultrapassar o valor correspondente a cinco salários mínimos, sendo necessário apresentar laudo emitido pela Defesa Civil Municipal (site da Secretaria de Estado Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH).

Por meio do Cadastro Socioeconômico e Habitacional é possível ter acesso ²³ a dados referentes ao beneficiário, composição e renda familiar, caracterização do imóvel e de seu entorno, situação jurídico-fundiária do imóvel e outros indicadores sociais.

Atualmente, o aluguel social é disponibilizado para os municípios atingidos pelas chuvas na Região Serrana (Areal, Bom Jardim, Petrópolis, Nova Friburgo, São José do Vale do Rio Preto, Sumidouro e Teresópolis), além de Sapucaia, Barra Mansa, Niterói e São Gonçalo. No município do Rio de Janeiro, o auxílio é pago para os moradores de comunidades, como Complexo do Alemão, Manguinhos, Pavão-Pavãozinho, entre outras, que receberam obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

2.4.4 O programa “Morar Feliz”

²³ Através do endereço eletrônico: <http://www.portalaluguel-social.rj.gov.br/>

O programa habitacional Morar Feliz tem, como meta, construir 10.000 casas populares às famílias que vivem em área de risco ambiental e/ou vulnerabilidade social. Ele fora lançado em 2009, na gestão de Rosinha Garotinho, eleita em 2008, após uma campanha política assentada numa forte publicidade de programas estratégicos, de grandes impactos sociais e políticos, como o Morar Feliz, que previa a construção de 10.000 casas populares, ao final de 4 anos.

A previsão era de que as 10.000 casas fossem construídas e entregues na primeira gestão da prefeita Rosinha Garotinho (2009-2012), conforme prometido em campanha política. Entretanto, foram entregues somente 5.426 unidades habitacionais. Ao ser reeleita, em 2012, prometeu construir as 4574 casas restantes, até o final de 2016, quando termina o segundo mandato da prefeita. As figuras 6 e 7 apresentam os bairros onde foram construídos os conjuntos habitacionais do Morar Feliz na primeira fase, e onde estão sendo construídos os conjuntos, nessa segunda fase do programa.

Figura 6: Localidades onde receberam os conjuntos habitacionais na primeira fase do programa



Fonte: Empresa Municipal de Habitação, Urbanização e Saneamento- EMHAB.
Acesso em: 23/01/2015

Figura 7: Localidades onde receberam os conjuntos habitacionais na segunda fase do programa



Fonte: Empresa Municipal de Habitação, Urbanização e Saneamento- EMHAB
Acesso em: 23/01/2015

Os critérios e o procedimento para concessão das casas populares do Programa Morar Feliz ou outro programa habitacional de moradia popular instituído no Município de Campos são regidos pelo decreto N°. 055 /2011. Este estabelece no artigo 3º os critérios para concessão das casas:

Para concessão das casas de que trata este decreto serão priorizadas, na ordem que se segue, as famílias que se encontrem: I - ocupando moradias irregulares em áreas de risco devidamente comprovadas por laudo emitido pela Defesa Civil Municipal; II - vulneráveis socialmente, devidamente comprovadas através de relatório socioassistencial emitido por técnico da Secretaria Municipal da Família e Assistência Social; III - oriundas do Programa SOS Habitação e que não tiveram seus imóveis recuperados, após devida análise socioassistencial feita por um técnico da Secretaria Municipal da Família e Assistência Social (Art. 3º - Decreto N°. 055 /2011).

O programa é encarado pelo poder público municipal como uma política socioassistencial, por promover, além de moradias, acesso aos serviços públicos,

combate à pobreza e promoção da cidadania, através da Secretaria Municipal de Família e Assistência Social. Segundo Geraldo Venâncio, em entrevista concedida à pesquisa:

A gente entende que estamos iniciando todo um trabalho de criação de referenciais nesses condomínios, com construção de comércio, escolas, templos, igrejas, enfim, de evangelização [...] A moradia é o primeiro passo para a apropriação de conceitos, de cidadania, de ética (Geraldo Venâncio, Secretário de Família e Assistência Social de Campos, em 23/09/2014).

As ações são realizadas através de parcerias estabelecidas entre as diversas secretarias do município: Secretaria de obras, atuando na licitação e fiscalização do projeto; Defesa Civil, atuando na remoção das famílias; EMHAB, atuando na localização das áreas para construção dos conjuntos; Secretaria de Família e Assistência Social, atuando no cadastramento e avaliação social das famílias. A empreiteira responsável pelas obras é a Norberto Odebrecht Brasil. A PCE Projetos e Consultorias, do Rio de Janeiro, assina os serviços de gerenciamento, assistência técnica, planejamento e orçamento.

No projeto, os conjuntos do Programa Morar Feliz contam com drenagem, abastecimento de água e esgoto, iluminação, telefonia, arborização, calçadas com acessibilidade e transporte público. As casas possuem 43, 08 m², e são compostas de 2 quartos, sala, cozinha, banheiro, e área de serviço, em construção de alvenaria e laje, com paredes com acabamento em pinturas e revestimento no banheiro, cozinha e área de serviço.

Das casas prometidas, até o final de 2012, 5.426 foram entregues, distribuídas em 14 conjuntos habitacionais, construídos em 10 bairros²⁴ da cidade. Na segunda etapa, iniciada em 2013²⁵, a previsão é que se construa mais 4.574 unidades habitacionais, em diferentes bairros da cidade, inclusive na baixada campista e na zona rural do município, totalizando 10 mil casas populares entregues, todas financiadas com recursos municipais, provenientes dos royalties do petróleo.

Apesar de receberem as moradias, o decreto que trata o Morar Feliz proíbe os moradores modificar a estrutura das casas, bem como vender, doar e alugar o imóvel, conforme evidenciado no artigo 5º:

²⁴ Parque Prazeres, Aldeia, Tapera, Eldorado, Lagoa das Pedras, Santa Rosa, Novo Jóquei, Penha, Travessão e Esplanada.

²⁵ As 900 primeiras casas estão sendo construídas no subdistrito de Ururaí, em 3 conjuntos diferentes.

Haverá a perda do direito de uso do imóvel objeto do programa de que trata este decreto, na ocorrência das seguintes situações, sem prejuízo das demais previstas no Termo de Permissão de Uso: I - constatação de mau uso ou depredação do imóvel concedido, devidamente comprovado pela Empresa Municipal de Habitação - EMHAB, ou ainda a realização de qualquer obra sem prévia autorização da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, II - venda, locação, comodato, cessão de uso ou qualquer outra forma que implique alienação ou transferência, a título gratuito ou oneroso, do bem concedido ao beneficiário; III - conduta que caracterize abandono do imóvel (Art. 5º - Decreto Nº. 055 /2011).

O Morar Feliz é o maior programa já desenvolvido no setor habitacional por um município no Brasil (AZEVEDO et al, 2013, p.2), e ganhou, em 2013, o prêmio Selo de Mérito nas categorias Relevância Social e Grande Impacto Regional, da Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação (Jornal Folha da Manhã *on line*, de 14/07/2013)²⁶. Contudo, mais de quatro anos após o lançamento do programa, muito tem se especulado sobre seu planejamento e sua execução, sendo, por diversas vezes, alvo de críticas e questionamentos.

Um dos motivos para tais, refere-se a desconsideração do programa quanto às áreas destinadas a construção dos conjuntos habitacionais, que estão assinaladas no Plano Diretor. De acordo com Soffiat (2012), o programa tem edificado conjuntos em áreas contíguas a lagoas, como nas de Maria do pilar (Brejo Prazeres), do Taquaruçu (Lagoa dos Prazeres), da Olaria, do Fogo e das Pedras. Segundo ele, as lagoas envolvidas pela malha urbana devem ter uma faixa de 30 metros nas margens a contar do seu leito mais alto, o que se denomina Área de Preservação Permanente (APP). Das lagoas escolhidas para núcleos do Morar Feliz, todas têm, automaticamente, APP.

Outro questionamento feito ao programa refere-se ao fato de que os conjuntos têm sido construídos em áreas periféricas da cidade, distantes da área central, criando assim, outros dois problemas: a falta de mobilidade da população, pois, em muitos conjuntos a falta de transporte público é uma realidade, e o reforço da segregação socioespacial, uma vez que o programa tem expulsado a população pobre das áreas centrais e alocando-a nesses conjuntos. Segundo Azevedo et al (2013: 7), a lógica imposta pelo programa Morar Feliz tem repetido o erro já demonstrado em inúmeros outros assentamentos sociais construídos no país, que é promover a construção de

²⁶Disponível em: <http://www.fmanha.com.br/geral/morar-feliz-obra-por-agora-so-em-ururai>. Consulta em: 18/02/2014.

conjuntos habitacionais em locais distantes dos centros urbanos, em bairros já segregados social e espacialmente.

A falta de qualidade das construções é outro ponto passível a críticas. Em diversas unidades do programa apareceram rachaduras e deteriorização. De acordo com Faria (2012: 14), por conta das rachaduras, duas unidades do Morar Feliz da Penha foram interditadas, e os moradores, removidos para o conjunto habitacional do Novo Jockey, sendo, inclusive, motivo de protestos.

Outra questão levantada é que o processo de reassentamento não tem sido acompanhado por uma política pós-ocupação, que possibilite reintegrar os indivíduos em seus novos espaços de vivência, o que tem resultado num processo de favelização dos conjuntos, pois muitos acabam por modificar a fachada original das construções, criando “puxadinhos”, para aumentar o tamanho das casas, ou para servir de comércio, e até mesmo descuidando das casas, que, ao longo do tempo acabam deterioradas. Ademais, muitos moradores não conseguem se adequar às exigências da nova moradia, como pagamento de contas de água e luz, que antes não fazia parte da realidade dos moradores, aumentando, assim, as despesas das famílias removidas, onde, muitos desses, não possuem recursos financeiros para tal.

Merece destaque nesse projeto, os impactos sociais, econômicos e espaciais decorrentes do processo de remoção instituído pelo programa. Conforme já elucidado a política remocionista é muito presente no Morar Feliz. Esta, por sua vez, pode provocar efeitos profundos e duradouros sobre os que a vivenciam, ao modificar suas representações socioespaciais, suas relações simbólicas e afetivas como os espaços anteriormente ocupados. E quando a remoção vem acompanhada pela dimensão da espera por uma moradia, conforme ocorrido nas ações do Bairro Legal e Morar Feliz sobre a população da favela Inferno Verde, pode criar também uma nova configuração espacial, os “territórios de da espera”, referência teórica para o estudo proposto nesta pesquisa.

CAPÍTULO III:

VIVER NO INTERSTÍCIO ENTRE A REMOÇÃO E O REASSENTAMENTO À ESPERA DE MORAR FELIZ: A TISSITURA DE UM "TERRITÓRIO DA ESPERA"

3.1. A ocupação para fins de moradia da Favela Inferno Verde

As primeiras ocupações da favela Inferno Verde, segundo relatos dos moradores, ocorreram em função das oportunidades de emprego oriundas da fábrica de tecidos *Cia de fiação e tecelagem campista*, que se localizava no bairro da Lapa. Inaugurada ainda em 1885, pelo progressista industrial Francisco Saturnino de Brito, a Campista, como ficou conhecida, deu sustento a várias famílias, e fora responsável pelo assentamento de diversas delas nas áreas adjacentes à antiga fábrica, inclusive na área que se transformou na favela Inferno Verde.

O aumento do número de moradores criou a necessidade de instaurar uma infraestrutura básica no local, que era muito precária. Relatos dos moradores mais antigos dão conta de que, no início da ocupação, as casas eram todas barracos de madeira, desprovidos de água e energia. Necessitados de melhorias, os que ali residiam buscaram, junto ao poder público, a instalação de encanamento de água, realizando um “abaixo assinado” para conseguir que a obra fosse realizada.

Na medida em que as famílias foram crescendo, que uma infraestrutura mínima fora instalada na área e que o processo de ocupação não tivesse sido inibido pelas autoridades municipais, a área foi se expandindo, aumentando o número de residências e constituindo, assim, um “aglomerado subnormal” (IBGE). A figura 8 representa o número de residências existentes na favela ao longo dos anos 1978 -2010.

Figura 8: total de domicílios existente na favela Inferno Verde entre os anos 1978-2010

Número de domicílios existentes na Favela Inferno Verde	
Ano	Total de domicílios
1978*	35
1991**	62
1996**	51
2000**	61
2010***	149

* NOGUEIRA (2006) IBGE 2000/ Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense (2001).

** FARIA, POHLMANN (2011). Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense (2001).

*** IBGE, Censo 2010.

Fonte: Elaboração própria

Como podemos observar na Fig. 8, em 2010, segundo o Censo realizado pelo IBGE nesse ano, a favela contava com um total de 149 residências. Contudo, o número de residências demolidas e famílias removidas da favela Inferno Verde conforme informado pela SFAS, em entrevista concedida para presente pesquisa foi de 72. Em contrapartida, segundo relato dos moradores, haviam 96 domicílios na área. A divergência nos dados apresentados mostra o descompasso entre as informações prestadas pela prefeitura e a realidade vivenciada pelos moradores.

Atualmente, o bairro onde se localizava a Favela Inferno Verde conta com rede de água, esgoto, pavimentação, luz e sinalização de trânsito, em função das ações realizadas pelo programa Bairro Legal. As fotos, a seguir, mostram o bairro antes e depois do programa, evidenciando a área onde se localizava a favela Inferno Verde, que fora demolida e onde está sendo construindo o conjunto de apartamentos do Morar Feliz São João Batista, nome dado, segundo a população, em homenagem a um dos ex-moradores da favela, o primeiro a construir um comércio no local.

Figura 9: a área antes do programa Bairro Legal



Entroncamento da Av. Dr. Adão Monoel Pereira Nunes com a Rua Dr. Miguel Herédia, Lapa, Campos dos Goytacazes, RJ (Antes do Bairro Legal)
Fonte: Google Street View. 30/10/2013

Figura 10: a área depois do Bairro Legal



Entroncamento da Av. Dr. Adão Monoel Pereira Nunes com a Rua Dr. Miguel Herédia, Lapa, Campos dos Goytacazes, RJ. (Após o Bairro Legal).

Foto: Daiana Falcão. 11/02/2014

3.2 A remoção: o programa “Bairro Legal” na favela Inferno Verde

3.2.1 O lançamento do programa

O processo de remoção instituído na favela Inferno Verde fez parte de um conjunto de obras realizadas pelo programa Bairro Legal, que tem, por objetivo, urbanizar os bairros da Cidade de Campos, efetuando a pavimentação de ruas, tratamento de água e esgoto, construção de calçadas, iluminação, paisagismo e sinalização de trânsito.

No bairro da Lapa, o programa contemplou o quadrilátero entre a Av. Dr. Adão Manoel Pereira Nunes, Rua Goitacazes, Rua Riachuelo e Avenida Sete de Setembro (BR 356), conforme mapa abaixo.

Figura 11: Quadrilátero contemplado com o Bairro Legal na Lapa



Fonte: Google maps. Adaptado por Daiana Falcão. Acesso em 23/01/2015

Suas ações incluíram, além das obras de urbanização, a remoção das famílias e a completa demolição da Favela, para a construção do conjunto de apartamentos do Morar Feliz, que, segundo a prefeita Rosinha, contemplará a população com uma moradia no mesmo local onde habitavam.

Depois do conjunto habitacional pronto, todos voltam ao mesmo bairro, mas para viver com suas famílias em moradias dignas, com

mais qualidade de vida (prefeita Rosinha no lançamento do Bairro Legal na Lapa. Jornal Urural on line do dia 28/05/2011)²⁷.

O lançamento do programa na Lapa aconteceu na praça do bairro, no dia 27/05/2011, pela prefeita Rosinha Garotinho, onde a mesma informou a população sobre a construção dos conjuntos habitacionais no local, conforme mostra a figura 12.

Figura 12: Lançamento do Bairro Legal na Lapa



Fonte: Jornal urural *on line* do dia 28 de maio de 2011 às 12:05

Dentre as personalidades que se encontram na imagem acima, da esquerda para direita estão: o Vice-prefeito Chicão; a Prefeita Rosinha Garotinho (ao púlpito); e seu filho, Vladimir Garotinho.

3.2.2 A demolição da favela e a remoção da população

Após o lançamento do programa Bairro Legal, a prefeitura iniciou uma forte pressão sobre a população, a fim de convencê-los a deixar suas casas, realizando reuniões no bairro, visitas de assistentes sociais e até advogados para informá-los sobre a obrigatoriedade de saída, sobre uma série de alegações, conforme relatado pela população:

²⁷ Disponível em: http://ururau.com.br/cidades846_Rosinha_autoriza_obras_no_Bairro_Legal_da_lapa

Primeiro vieram as assistentes sociais dizendo que estavam cadastrando os moradores para dar usucapião das nossas casas. Nas reuniões já falaram que iam derrubar a favela e dar uma casa nova pra gente, um local mais digno, que seria melhor pra gente. Depois que a gente falou que não queria sair, que só precisava reformar as ruas e acabar com o esgoto e as enchentes, eles começaram a dizer que a gente era obrigado a sair porque o terreno não era nosso, era da prefeitura. Depois disso, até advogado veio aqui pra nos ameaçar (Cíntia, 53 anos. Ex-moradora da Favela Inferno Verde, em 05/02/2014).

À medida que a política de convencimento ia sendo executada, as casas iam sendo marcadas para a remoção. Com isso, a pressão exercida sobre aqueles que não aceitaram sair das casas aumentava, a ponto das pessoas não terem outra opção, senão aceitarem a remoção. As figuras 13 e 14 mostram as casas e comércios marcados para demolição. Os locais marcados pela letra “F” representa o número da família a ser removida. Os locais marcados pela letra “C” representa o número do comércio a ser demolido.

Figura 13: casas e comércios marcados para demolição



Entroncamento da Av. Dr. Adão Monoel Pereira Nunes com a Rua Dr. Miguel Herédia, Lapa, Campos dos Goytacazes, RJ.

Fonte: Google Street View. Acesso em 30/10/2013

Figura 14: casas e comércios marcados para demolição



Av. Dr. Adão Monoel Pereira Nunes, Lapa, Campos dos Goytacazes, RJ.

Fonte: Google Street View. Acesso em 30/10/2013

O discurso usado pelo poder público municipal, bem como a marcação das casas acabaram por convencer muitos moradores que, preocupados em não conseguirem casas para alugar, especialmente nas proximidades da antiga favela, como desejado por muitos deles, começaram a abandonar suas casas. Assim, contando apenas com suas próprias forças e com a ajuda dos vizinhos, as pessoas carregavam suas mudanças. Isso, inclusive, foi uma das reclamações da população nas conversas e entrevistas realizadas com a população. Eles evidenciaram a falta de ajuda do poder público municipal na realização da mudança da população.

Nós que saímos primeiro fizemos a mudança sozinho. A prefeitura não ajudou em nada. Cada um que catasse suas coisas e saísse. Ficamos pedindo ajuda um ao outro aqui. Só quem saiu mais tarde, que resistiu, ganhou mais no Aluguel e ainda teve caminhão pra mudança (Selma, 71 anos. Ex-moradora da Favela Inferno Verde, em 05/02/2014).

Cerca de 10 famílias foram mais resistentes às pressões e se recusaram a sair. Contudo, à medida que os outros moradores foram saindo, que as visitas dos assistentes sociais foram aumentando, que a oferta de casas para locação na área foi reduzindo e que as propostas da prefeitura foram melhorando (como o aumento no valor do Aluguel

Social e concessão de caminhão para efetuar a mudança dos moradores) os últimos remanescentes foram removidos.

Muita gente bateu o pé para não sair, mas com o tempo ficaram sem força, porque as assistentes sociais iam nas casas e marcavam elas, dizendo que a remoção ia acontecer. Também a Poliana (assistente social) endoçou a boca dos moradores, jogando mais dinheiro na rodada, aí o povo saiu, e teve até caminhão da prefeitura fazendo mudança (Cíntia, 53 anos. Ex-moradora da Favela Inferno Verde, em 05/02/2014).

Assim, apesar da resistência apresentada por alguns moradores, no final de 2012, a remoção de toda a população aconteceu e a favela fora completamente demolida. As fotos, a seguir, mostram as casas e os comércios da favela sendo demolidos.

Figura 15: casas e comércios sendo demolidas



Fonte: ex-morador da favela Inferno Verde – dezembro de 2012

Figura 16: casas e comércios sendo demolidas



Fonte: ex-morador da favela Inferno Verde – dezembro de 2012

Figura 17: casas e comércios sendo demolidas



Fonte: ex-morador da favela Inferno Verde – dezembro de 2012

Muitos foram os relatos da população sobre como foi difícil passar pelo processo de remoção. Alguns amargam ainda hoje este processo, e sentem na pele as consequências da demolição de suas casas. Relataram sobre como foi difícil deixar para trás anos de histórias, de convivência com familiares e amigos; de ver abaixo casas que durante muito tempo os abrigaram e comércios que sempre os serviram, que frequentavam, muitas vezes, só para bater papo, jogar víspera, encontrar os amigos. Histórias como de Seu Antônio, que ainda hoje, mesmo após dois anos da demolição de sua casa, paga o empréstimo que pegou no banco para reformar a casa e ampliar seu comércio, que também fora abaixo:

Perdi minha casa que eu vivi a vida toda. Até hoje eu não me conformo com isso. Tentei de tudo. Fui no (sic) advogado, consegui laudo que prova que o terreno não é da prefeitura, mas não consegui resolver. Sempre trabalhei duro para ter as coisas. A minha casa era de dois andares, moça! Meu comercio era embaixo e minha casa em cima. Pode perguntar a qualquer um aqui que vai dizer que minha casa era boa, espaçosa. Tinha acabado de reformar ela e equipar meu comércio. Até hoje pago o empréstimo de 180 reais que peguei para reformar. Eu vendia de tudo um pouco, de brinquedo a material hidráulico. Agora vivo nesse bar apertado, sem lugar para minhas coisas. A casa que eu moro hoje num dá para duas pessoas ficarem na sala. Tudo apertado. É muito sofrimento moça, ver sua casa ir abaixo e não poder fazer nada. Só Deus por nós mesmo (Antônio, 80 anos. Ex-morador da favela Inferno Verde, em 19/08/2014).

Momentos difíceis também vivenciados por D. Selma, que até hoje não compreende a necessidade da prefeitura ter demolido a favela, uma vez que, segundo ela, os problemas existentes no local eram apenas de infraestrutura, que poderiam ser resolvidos com a realização de obras, mas sem a necessidade de acabar com a favela.

A maioria das casas que tinham lá era boa, de tijolo, só tinha alguns barracos. Quando chovia, as casas enchiam de água, tinha esgoto nos quintais, mas tudo poderia ser resolvido sem tirar a gente de lá. Eu acho que a prefeita fez isso para se mostrar, porque ninguém pediu casa pra ela. Todo mundo tinha uma casinha aqui, só precisava melhorar as ruas (Selma, 71 anos. Ex-moradora da Favela Inferno Verde, em 05/02/2014).

Casos mais graves de pessoas que sofreram com a remoção e demolição da favela foram relatados pela população. Chamou a atenção a do senhor Giovani, que além de residir na área, ainda possuía um bar no local. Segundo os moradores, os problemas de saúde que ele já possuía foram intensamente agravados por conta da

demolição de sua casa, levando-o a óbito. A família foi procurada durante a pesquisa para relatar sobre o assunto, contudo, ninguém quis comentar.

Outros moradores, no entanto, não se sentem arrependidos de ter saído da favela, e até estão preferindo viver no aluguel, pois acham que a vida melhorou muito depois de saírem de lá. Exemplo disso é a Senhora Maria, que se diz agradecida pela demolição da favela:

Graças a Deus eu não moro mais lá. Vivemos aqui numa casa boa, grande, sem bagunça. Minha família toda está feliz. Lá era uma desorganização e não gostaria de voltar. Se eu pudesse, viveria para o resto da vida no Aluguel Social. Tomara que essa obra demore muito para acabar (Maria, 32 anos. Ex-moradora da favela Inferno Verde, em, 18/08/2014).

Pontos de vista à parte, o processo de remoção - deslocamento forçado - instituído da favela Inferno Verde culminou num outro processo: a espera pela construção e entrega das moradias, pois, apesar das obras do Bairro Legal na área já terem sido concluídas e entregues à população no dia 07/06/2013 (figura 18), o conjunto habitacional prometido no local ainda está sendo erguido, estando em fase de construção dos prédios.

Figura 18: inauguração do Bairro Legal na Lapa



Fonte: site da prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. 07/06/2013

Dentre as personalidades que se encontram na imagem acima, da esquerda para direita estão: Zacarias de Albuquerque, Secretário de Meio Ambiente do município; Paulo Hirano, Secretário Municipal de Saúde; a Prefeita Rosinha Garotinho; e o Vice-prefeito Chicão.

Mesmo após a inauguração da última etapa do Bairro Legal da Lapa, a prefeitura não definiu prazo para a conclusão das obras do conjunto habitacional e entrega das habitações prometidas para a população da antiga Favela Inferno Verde. Quando perguntado sobre o prazo para o reassentamento definitivo da população, em entrevista realizada em 18/11/2014, a Chefe de Apoio e Assistência as Comunidades (CAAC), senhora Raquel Almeida Gonçalves informou o seguinte:

Não temos uma data definida, mas quinzenalmente participamos de reunião com a Secretaria de Obras, PCE, EMHAB e Procuradoria do Município onde nos é passado o andamento das obras (Raquel Almeida Gonçalves, CAAC, em 18/11/2014).

Enquanto as obras não terminam, os antigos moradores da Inferno Verde, forçados a deslocarem-se e colocados em uma situação de espera e de incertezas e tensões que ela engendra, aguardam pelas novas moradias prometidas. Essa espera pode durar mais do que o tempo programado ou esperado (a demolição ocorreu em 2012 e, até maio de 2015 as obras ainda se encontram em andamento, e sem data definida para a entrega) e muitos processos sociais, econômicos, espaciais, emocionais podem se desenvolver. O que acontece neste período de espera? Quais são as práticas e representações sociais que decorrem dela? Como essa espera se inscreve no espaço? Ela é passível de conformar esse espaço num território da espera? São essas questões norteadoras que pretendemos responder nas seções que se seguem.

3.3. A espera de Morar Feliz

De acordo com o dicionário da língua portuguesa (FERREIRA, 2008: 370), esperar significa estar na expectativa; ter esperança em conseguir o que se deseja.

O ato de esperar gera ansiedade, produz uma imobilidade forçada e pode modificar intensamente a vida daqueles que se encontram submetidos à essa situação, especialmente quando o tempo de espera é desconhecido pelos indivíduos ou grupos que a vivenciam.

Imersos neste contexto estão os ex-moradores da favela Inferno Verde que, expulsos de seus lares, muitos construídos com o trabalho de uma vida inteira, foram obrigados a vivenciar um tempo de espera pela construção e entrega das habitações prometidas pela prefeitura de Campos dos Goytacazes. Neste caso, a espera pode

produzir outros efeitos, como a perda da identidade do grupo social, a desmobilização da população, as mudanças nos hábitos de vida e na relação de vizinhança da comunidade, enfim, pode interferir no sentido de habitar desses indivíduos.

E alguns desses efeitos incidiram sobre a população. Houve casos de pessoas que foram morar em outras localidades, onde a família acabou se desmembrando, como a da D. Edna que, depois da remoção, sua nora e netos foram residir em outro bairro da cidade de Campos (Donana), onde o distanciamento familiar acabou ocorrendo com o tempo. Agora pouco se veem, conforme relatado por ela:

Depois que a gente saiu da favela muita coisa aconteceu na nossa vida. Minha nora decidiu ir morar perto da família dela e levou meus netos. Eles moravam no nosso quintal e agora nem vemos mais eles. Ele (o marido), coitado, está na cadeira de rodas, sofre de um monte de coisa. Só ficou nós dois agora (Edna, 70 anos. Ex-moradora da Favela Inferno Verde, em 05/02/2014).

Outro caso emblemático de distanciamento familiar e de vizinhança ocorreu com a família da secretária Damiana que, desde que saiu da favela, está morando numa república de estudantes, enquanto sua mãe e irmãs estão residindo em outro município (São João da Barra). Ela relata que seus laços com a comunidade foram rompidos no momento em que fora removida, pois quase nunca encontra os antigos vizinhos.

Desde que tive que sair dali, nunca mais voltei, nem mesmo para ver meus amigos e familiares. Agora só vejo meus parentes em reuniões de família, ou em alguma festa. A minha mãe, eu vou na casa dela nos fins de semana. Meus vizinhos, eu quase não tenho contato (Damiana, 27 anos. Ex-moradora da Favela Inferno Verde, em 09/10/2013).

É fato que a remoção da comunidade e a demolição da favela impactou consideravelmente na vida dos antigos moradores da Inferno Verde, interferiu nos laços comunitários, ocasionou o distanciamento de algumas famílias, destruiu pontos de encontro dos moradores, como o bar do seu Giovani, que era muito frequentado pela comunidade, onde além de realizar compras, se reuniam para jogar vispa nas tardes de domingo, bater papo, compartilhar do tempo, era o local onde “ a turma se encontrava para distrair a cabeça”, nos dizeres de D. Selma. Neste contexto, além da população ter sofrido com a perda de suas moradias, ainda tiveram referenciais espaciais, sociais e simbólicos afetados.

Mas a espera pode dar sentido não apenas ao espaço, mas também aos indivíduos e grupos que se encontram, voluntariamente ou não, nesta situação.

Um exemplo que ilustra neste processo é o fato de muitas pessoas terem procurado e conseguido locar uma moradia nas proximidades da antiga favela, conforme demonstra a Figura 19, que se encontra a seguir.

Figura 19: Mapa esquemático com a localização de ex-moradores da Inferno Verde

Distribuição dos ex-moradores da Favela Inferno Verde pelo Bairro da Lapa



Fonte: Google Maps. Adaptado por Daiana Falcão. Acesso em 13/08/2014

Certamente a permanência no mesmo bairro e a proximidade entre esses moradores contribuíram para que a maioria mantivesse os laços de vizinhança, possibilitou à população acompanhar de perto o andamento das obras do conjunto habitacional e manter o contato entre eles, enquanto vivenciam, ao mesmo tempo, as tensões e os conflitos da espera, e talvez, fazer emergir uma identidade coletiva nesse grupo de moradores, mesmo que transitoriamente, corroborando para que pudéssemos identificar e analisar este espaço como um território da espera, na perspectiva teórica do TERRIAT.

Assim, nas linhas que se seguem, nos empenhamos a demonstrar como ocorre, no tempo e no espaço, a reterritorialização dos atores e as práticas sociais induzidas pela espera.

3.3.1 O tempo como uma dimensão organizadora da espera

O tempo é um elemento regulador da vida social. Nossa rotina diária é organizada em torno dessa categoria, no entanto não paramos para pensar que ele possui uma concepção subjetiva, marcado por sentidos diferenciados por indivíduos e sociedades, de acordo suas práticas cotidianas.

Nossa sensação é de que o tempo sempre foi marcado de modo como conhecemos hoje (em segundos, minutos, horas, dias, meses) e de que todas as sociedades o marcam dessa forma. Entretanto, cada sociedade cultiva seu sentido de tempo, bem como o representa de diversas maneiras.

Rust (2008: 2), ao abordar sobre as representações do tempo na Idade Média, a partir de Jacques Le Goff, enfatiza que, para este autor, o tempo é um “produto de interações sociais, selado por heranças e dinâmicas culturais, disposto a partir de formas de sociabilidade e intervenções coercitivas, de ambição e de controle e de poder”.

Nesse contexto, “a representação do tempo é uma modalidade da interação humana” (LE GOFF, apud RUST, 2008: 3), o que permite a pluralidade de sua representação. Assim, é possível a coexistência de diferentes representações de tempo numa mesma sociedade, tal como ocorre com os segmentos sociais.

Nesse mesmo sentido, Santos (1989: 22) compreende que, através do espaço, o tempo se qualifica de maneira extremamente diversa para cada ator. Segundo ele, o

espaço permite que pessoas, instituições e firmas com temporalidades diversas, funcionem na mesma cidade, não de modo harmonioso, mas de modo harmônico. Assim, cada indivíduo, cada classe social, cada firma, cada tipo de instituição apresenta formas particulares de comando e uso do espaço, isso porque “há um tempo dentro do tempo, quer dizer, o recorte sequencial do tempo” (SANTOS, 1989: 22).

Da mesma forma, o tempo de espera vivenciado pelos moradores da antiga Favela Inferno Verde compreende uma multiplicidade de formas e dimensões. Essa multiplicidade é sentida no cotidiano desses moradores, nas práticas simples e banais do dia-a-dia, no uso e apropriação do novo espaço de vivência, no acontecer das muitas situações sociais. Para Vidal e Musset, o ato de esperar evoca um intervalo de tempo marcado por uma pausa entre dois momentos distintos, mas complementares: o momento de entrada e saída (VIDAL; MUSSET, 2012, p. 34). É um intervalo composto por muitas incertezas, desconfianças e dificuldades, onde muitos processos podem se desenvolver.

Assim, as respectivas experiências de vida, bem como as condições sociais impostas a cada um dos indivíduos durante a espera, lhes conferem um sentido de tempo diferenciado. Para alguns, o tempo se arrasta e a espera é uma angústia interminável. Pessoas como Seu Antônio que, conforme relatado por ele, não aguenta mais viver nas condições atuais a que se encontram ele e sua família. Está vivendo numa casa apertada. Antes sua casa era bem espaçosa, com bom acabamento, arejada. Os vizinhos afirmam inclusive, que era a casa do seu Artur era a mais bonita da comunidade. Hoje, sua maior angústia é olhar para trás e ver que tudo foi perdido, que a casa não existe mais e que ele está submetido à imposição de uma situação que não tem data para terminar.

Minha maior tristeza foi perder minha casinha. Eu não gosto nem de pensar do tanto que trabalhei pra construir ela. Nem sei se vou viver para ver isso aí (o conjunto habitacional) pronto e também não sei se vai valer a pena voltar. Pelo visto isso vai demorar muito. É uma tristeza que não tem fim (Antônio, 80 anos. Ex-morador da favela Inferno Verde, em 19/08/2014).

Nesse mesmo sentido, destaca-se o relato da senhora Bianca, que se diz insatisfeita e apreensiva com sua atual situação, pois a todo instante se vê obrigada a se mudar devido às dificuldades encontradas nas residências por onde passa (já se mudou três vezes, desde que fora removida), sendo mais angustiante a falta de informações por

parte da prefeitura a respeito do prazo para as habitações ficarem prontas e serem entregues à população. Segundo ela:

Está muito difícil viver desse jeito. Minha família e eu estamos cansados disso, de toda hora ter que procurar uma casa para morar, encontrar uma local perto e que não tenha tantos problemas. Está muito complicado, porque meus filhos vivem doentes, com bronquite, devido essa poeira das obras, ainda mais morando numa casa sem ventilação. O pior é que ninguém fala nada, de quando vão terminar essa obra e entregar os apartamentos. Não vejo a hora disso acabar logo, para ver se melhora um pouco a nossa vida (Bianca, ex-moradora da Inferno Verde, em 01/09/2014).

Na contramão desses sentimentos, encontramos uma família (um dos raros casos que se disse beneficiada com o processo de remoção) que viu, neste processo, uma oportunidade de se mudar, sair da favela e encontrar um lugar melhor para morar. Segundo a moradora Maria, a família está muito satisfeita em ter saído da favela, pois nunca teriam condições de viver numa casa com uma infraestrutura tão boa, diferente da que vivia antes. Para ela:

A demolição da favela foi a melhor coisa que poderia ter acontecido na nossa vida. Eu não suportava mais viver ali, mas não podia sair, porque a gente não tinha como, não tinha dinheiro para pagar um aluguel. A remoção foi a melhor coisa que nos aconteceu. Se pudesse, ficaríamos a vida toda no Aluguel Social. Tomara que demore muito para ficar pronto, porque eu não queria voltar para lá. Nossa vida está muito boa aqui (Maria, 32 anos. Ex-moradora da favela Inferno Verde, em, 18/08/2014).

Conforme relatos apresentados, apesar de compartilharem do mesmo tempo cronológico, os indivíduos em que se encontram em situação de espera pela moradia possuem uma consciência de tempo diferenciada; um tempo individual, o tempo psicológico ou vivido. Assim, devido a alguns condicionantes (distanciamento de familiares, vizinhos e amigos, em função da remoção; moradias provisórias, algumas menos confortáveis que as habitações anteriores; aumento dos custos mensais, em função do aluguel das moradias, como exemplos) para uns, o tempo parece que não passa. Para outros, no entanto, o tempo parece correr.

Nesse contexto, depreende-se que o tempo é relativizado, “de acordo com a forma com que cada indivíduo e cada sociedade vive e está organizada, com ritmos e interações específicas” (ELIAS, 1996: 14-15 apud MAIA, 2000: 80). E, considerando a forma como a espera está sendo vivenciada, da forma como esse tempo tem sido sentido

pelos indivíduos, de como os desafios tem sido enfrentados pela população, as relações sociais que se delineiam neste período e as práticas cotidianas estabelecidas nos espaços onde aguardam, é possível construir um novo sentido de habitar e de lugar, e transformar esse tempo em suspensão (de espera pela construção e entrega das moradias prometidas) em um tempo vivo, imbuído de sentido e significado.

3.3.2 Os desafios da espera: econômicos, sociais, psíquicos.

Uma das questões mais emblemáticas vivenciada por aqueles que aguardam as moradias prometidas está ligada à questão econômica, isso porque ela tem impactado diretamente sobre as condições sociais da população.

Esses problemas estão relacionados, sobretudo ao Aluguel Social. A questão é que o valor repassado pelo benefício, em sua grande maioria, está aquém do valor praticado pelos proprietários dos imóveis na área. Como muitos preferiram, por diversos fatores, continuar a residir no bairro, tiveram que complementar o aluguel com os próprios recursos, o que, para muitos, fica inviável, tendo em vista a falta de condições financeiras.

O valor recebido pelos moradores, segundo informado pela SFAS é de 350 reais, contudo, o valor cobrado pela maioria dos proprietários, segundo informado pelos moradores e é de 400 reais. Há casos, inclusive, de pessoas que pagam 700 reais pela locação de um imóvel na área, na mesma rua onde se localizava a antiga favela. Casos como o do Senhor João, que atualmente reside num imóvel locado por este valor. Quando perguntado a ele sobre a grande diferença de valor entre o recebido no aluguel e o pago pelo imóvel, ele informou:

Minha filha, eu tenho uma família grande. Sempre tive uma casa grande, então eu precisava de um espaço bom para morar. Já fiz as contas e perco mais de R\$ 5.000 reais por ano, mas fazer o que? Tenho que viver nessa vida. E alguém vai me devolver uma casa como a que eu tinha? Não quero nem pensar em quando tiver que morar num aperto que é apartamento. Rezo para isso não virar uma Portelinha²⁸ (João, 63 anos. Ex-morador da Favela Inferno Verde, em 01/09/2014).

²⁸ Conjunto habitacional construído em 2007, a partir do Programa Comunidade Legal para abrigar as famílias que perderam suas casas na enchente que atingiu a cidade, em 2002, e que invadiram o prédio do Matadouro Público desativado, onde viviam em condições críticas. Composto por 15 blocos e 228 apartamentos, sendo 52 desses sobre o domínio do tráfico de drogas, a população deste conjunto sofre intensas batidas policiais, tanto Militar quanto Federal. (FARIA; POHLMANN: 2011)

Outros moradores também relataram sobre a grande diferença cobrada pelos proprietários e o valor repassado pela prefeitura. D. Selma, por exemplo, contou que a casa onde ela está residindo atualmente está locada por R\$ 450 reais. Ela que recebe R\$ 350 reais de aluguel se vira como pode para poder complementar o valor. Isso sem falar nos problemas estruturais que a casa possuía e que ela teve de gastar para consertar, pois, quando chovia, alagava a casa toda, por causa dos buracos no telhado.

Bianca, outra ex-moradora da Inferno Verde, está na mesma situação. Apesar de está recebendo mais de aluguel (R\$ 450, por ter sido uma das moradoras que resistiu à remoção), ela está pagando 600 reais de locação. Diz ela que “não tem parada”, pois já estava morando numa terceira casa, desde que fora removida.

Essa casa que eu estou morando já não tá servindo mais, porque a falta de circulação de ar junto com a poeira que a obra está levantando está afetando a saúde minha e dos meus filhos, que estão sempre com crise de rinite. Eu penso em mudar de novo, mas vamos ver (Bianca, 38 anos. Ex-moradora da Favela Inferno Verde, em 01/09/2014).

Segundo ela, a dificuldade em sair dali se deve ao fato dela ter feito um acordo com o proprietário da casa anterior. Segundo ela, o pagamento do Aluguel Social está sendo repassado para ela pelo proprietário da casa anterior, que recebe uma quantia por isso. Ela, por sua vez, encaminha o dinheiro ao proprietário da casa onde reside atualmente. Não sabe se isso se manteria, caso mudasse para outro lugar. Quando perguntado por que isso está acontecendo, ela informou que é devido à burocracia, de ter de ir à SFAS para mudar o cadastro.

Soma-se a estes casos, os constantes atrasos pelos repasses do aluguel por parte da prefeitura e o fato de os proprietários dos imóveis estarem reajustando os preços dos aluguéis e o valor do benefício não estar acompanhando esses reajustes, o que tem sido alvo de tensões entre os moradores e os proprietários.

Outra dificuldade de cunho econômico relatada pelos moradores diz respeito à necessidade deles terem de arcar com as contas mensais do imóvel, como água, luz e esgoto, contas essas que eles não estavam acostumados a pagar, e que também não possuem a menor condição financeira para tal. Muitos afirmaram que as contas pagas são absurdas e que não dá para continuar a pagar. Segundo a ex-moradora Shaiane:

O povo tá penando para pagar essas contas. A gente não tem dinheiro pra isso não. Eu, por exemplo, estou desempregada e meu pai que tá

me ajudando. Tem gente aqui pagando 1000 reais de água. È um absurdo! Nunca que vamos conseguir pagar isso. A gente não está acostumada a pagar isso (Shaiane, 27 anos. Ex- moradora da favela Inferno Verde, em 11/02/2014).

Caso semelhante fora relatado por D. Cíntia, que também se encontra no Aluguel social e que tem sofrido bastante para pagar as contas da casa. Para ela, a vida na favela “não dava essas dores de cabeça não”, pois ela não tinha que guardar dinheiro todo mês para complementar o aluguel; não tinha essa preocupação de pagar as contas.

Hoje eu tenho que escolher qual conta vou pagar primeiro. Um mês a gente paga a de luz, no outro paga a de água. Quando completar dois meses eu pago a outra, porque senão corta. Não dá para pagar tudo e ainda tem o dinheiro do aluguel que a gente tem que colocar no lugar. Só dá assim mesmo. Pago uma, depois pago a outra (Cíntia, 53 anos. Ex-moradora da Favela Inferno Verde, em 05/02/2014).

Nesse contexto, a espera pela moradia transformou-se numa oportunidade de “fazer dinheiro” para donos de imóveis na área, pois diversos imóveis foram desocupados e oferecidos à população, como alternativa de moradia, alguns desses, na forma de casas improvisada, que antes não tinham a finalidade de moradia. Exemplo disso é a residência da ex-moradora Shaiane, que atualmente vive numa espécie de galpão, arrumado para abrigar sua família (ela e sua filha).

Eu não tinha pra onde ir. Antes eu morava em cima da casa de minha mãe. Como as casas por aqui foram acabando, o dono da padaria aqui do bairro me ofereceu esse imóvel aqui. Não é muito bom, porque nem era casa, mas eu precisava de um lugar pra ficar com minha filha, então aceitei (Shaiene, 28 anos. Ex-moradora da Favela Inferno Verde).

Com base nos relatos ouvidos durante a pesquisa, verificou-se que a espera pela moradia alimentou o mercado imobiliário na área, produzindo uma “economia da espera” e transformando a política do Aluguel Social numa verdadeira fonte de renda para muitos proprietários. Ademais, a remoção instituída pelo programa, bem como esse período de espera, tem afetado consideravelmente o orçamento da população, piorando ainda mais suas condições sociais.

Outro questionamento relatado pelos moradores diz respeito à falta de informações por parte do poder público municipal sobre o andamento do processo, uma previsão de finalização das obras, de quando os apartamentos serão entregues à população. De acordo com os moradores, antes e durante as remoções, as visitas de

assistentes sociais eram constantes. Depois que saíram, a prefeitura não tem enviado ninguém para prestar esclarecimentos, tirar dúvida, saber como estão vivendo enquanto aguardam. Por este motivo, muitas informações desencontradas saem sobre o andamento das obras, o que deixa os moradores ainda mais aflitos.

Volta e meia sai boato de que as obras vão parar. Uns falam que não tem dinheiro pra continuar. Outros dizem que a obra está rachando as casas ao lado da construção. Se ela parar eu vou chamar o povo pra se juntar e vê porque parou, manifestar. Vamos até a casa da prefeita pra saber. É bate-estaca todo dia, mas a gente não vê a obra andar, não vê resultado (Shaiane, 27 anos. Ex-moradora da Favela Inferno Verde, em 11/02/2014).

Quando necessitam buscar informações, os indivíduos devem se dirigir à SMFAS. Lá, estes ainda são colocados em situação de espera, num corredor estreito "equipado" com um banco de madeira (Fig. 20), onde as pessoas devem aguardar para receberem atendimento do serviço de assistência social. Este local (termo genérico usado intencionalmente), destinado previamente a organizar, controlar, fazer aceitar e fazer vivenciar a espera, ou mesmo dar um sentido a ela, (o que normalmente seria uma "sala de espera"), nós imediatamente designamos como "corredor de espera", associando-o ao que o TERRIAT define como "lugares de espera", diferenciando-os dos "territórios da espera". Nestes, nascidos da mobilidade e na mobilidade, a espera (mesmo se forçada) é uma etapa do deslocamento. Naqueles lugares, a espera é sedentária. Ela é marcada pela imobilidade forçada dos indivíduos ou grupos que a experimentam.

Figura 20: corredor de espera da Secretaria Municipal de Família e Assistência Social de Campos, RJ



Fonte: Daiana Falcão. 11/02/2014 ²⁹

Na maioria das vezes a espera é em vão, pois quando se consegue atendimento, a informação é que as habitações estão sendo construídas e que eles devem esperar um pouco mais. Por este motivo, muitos optam por não buscar as informações que necessitam; apenas aguardam sem saber por quanto tempo viverão nessa angústia da espera.

Verificou-se, assim que esse tempo de espera não tem sido acompanhado de uma política pós-remoção, no intuito de garantir o bem-estar da população durante este período, buscando aliviar as angústias da população e amenizar as tensões, os conflitos os impactos causados pela remoção e espera pelas moradias prometidas. Apesar desta constatação, a Senhora Raquel Almeida informou que a prefeitura realiza constante acompanhamento à população pelo serviço social. Quando interrogada sobre como eles estão lidando com os conflitos e tensões dos moradores durante a espera pelas casas, ela respondeu o seguinte:

Através das visitas domiciliares periódicas, o técnico verifica as demandas e as questões levantadas pelas famílias. A partir destes questionamentos são realizadas reuniões técnicas com objetivo de

²⁹ Foto tirada quando fomos a SMFAS, numa primeira tentativa de entrevistar representantes comprometidos com a execução da política habitacional do município. Nós também fomos obrigados a esperar por atendimento, junto à população que buscava informação/atendimento.

solucionar as problemáticas apresentadas (Raquel Almeida Gonçalves Santos, CAAC, em 18/11/2014).

Durante a pesquisa de campo (2013 e 2014), procuramos acompanhar o andamento das obras, realizando observação participante e registrando, por meio de fotografia digital, o ambiente e o desenvolvimento da construção.

No início da pesquisa, a área ainda estava em fase de terraplanagem. Ao longo dos trabalhos de campo, as obras foram timidamente avançando, até que as formas do conjunto começaram aparecer. As imagens a seguir (figuras 21, 22, 23 e 24) apresentam o avanço das obras de construção do conjunto habitacional.

Figura 21: Construção do conjunto em 03/12/2013



Fonte: Daiana Falcão

Figura 22: construção do conjunto em 09/07/2014



Fonte: Daiana Falcão

Figura 23: construção do conjunto em 01/09/2014



Fonte: Daiana Falcão

Figura 24: construção do conjunto em 01/11/2014



Fonte: Daiana Falcão

As obras continuam, mas a finalização delas e a consequente entrega das moradias não tem previsão. Enquanto isso, multiplicam-se os efeitos produzidos pela espera, à medida que ela não tem impactado somente nas condições econômicas da população, refletindo no aumento dos gastos mensais com habitação e na especulação imobiliária na área. Ela afetou também laços familiares, sociais e espaciais, constituídos entre os moradores durante a vida na favela, conforme já elucidados anteriormente.

Sensações e emoções relatadas, gestos e comportamentos expressos por esses diferentes sujeitos, deram conta de que o momento vivenciado por essa situação particular, de espera por moradia, não está sendo indolor. Muitos impactos foram causados na vida desses sujeitos; o espaço antes usado, ocupado, apropriado através do corpo e dos sentidos fora perdido; relações foram desfeitas, a situação econômica piorou, mas a esperança de voltar ao território é o que ainda move muitos deles; é o que alimenta a esperança de um dia ter de volta um lar, reconstruir os elos familiares e comunitários, por ora, dissolvidos.

Espero estar vivo para ver isso pronto (o conjunto habitacional prometido). Gostaria muito que tudo desse certo e que nossas casas fossem entregues logo, para podermos levar nossa vidinha, voltar a ter uma casa sem a preocupação de saber onde morar, se vamos ter dinheiro para pagar o aluguel e está perto dos vizinhos e da família (Antônio, 80 anos. Ex-morador da Inferno Verde, em 19/08/2014).

A espera manifesta muitas sensações e emoções por aqueles que a vivenciam. Com ela, aprecia-se uma nova experiência espaço-temporal. Agora os sujeitos envolvidos habitam uma nova casa, possuem novos vizinhos e novas dinâmicas sociais e espaciais se desenrolam.

Muitos ainda não aceitam a situação imposta, preferiam continuar morando onde estavam, mesmo com todas as dificuldades encontradas durante a vida na favela. Outros acharam que as obras do Bairro Legal foram bem-vindas, mas que não havia a necessidade de demolir a favela, apenas a instalação de infraestrutura. Alguns relataram que a demolição da favela foi necessário, tendo em vista a possibilidade de ganhar uma casa nova e legalizada, aos olhos do poder público.

Há também os incrédulos como Damiana, que declarou:

Acho que não necessariamente eles vão nos colocar no mesmo local de onde a gente saiu. Não temos nenhuma garantia de que voltaremos. Eles podem nos colocar onde quiserem, em qualquer conjunto onde

tiver casa sobrando (Damiana 24 anos. Ex-moradora da Favela Inferno Verde, em 09/10/2013).

Outros, entretanto, conseguem vivenciar este período com mais tranquilidade. Anseiam retornar para o lugar de onde saíram, passam também por dificuldades, sentem saudades do tempo compartilhado na favela, mas estão conformados com as condições atuais. Exemplo disso é a D. Roseane que, apesar de tudo, afirma que está passando bem por este período.

A gente vai levando, né? Vai adiantar falar que tá sofrendo? A gente sofre, mas vai vivendo um dia de cada vez. O Bom é que conseguimos ficar por aqui, dá para encontrar o povo na rua, ir na casa deles. Podia ser pior. Graças a Deus conseguimos uma casinha pra viver nesse tempo. Só resta esperar e rezar para os prédios ficarem prontos logo (Roseane, 41 anos. Ex –moradora da Favela Inferno verde, em 15/04/2014).

Sem dúvida é a esperança que mobiliza e que está na base da construção dos territórios da espera. Destacamos o relato cheio de esperança e confiança de Dona Selma, que espera a reintegração da "comunidade" (os que habitavam na favela), após a entrega do conjunto habitacional.

Espero que esta situação mude e que todos possam retomar as relações de vizinhança de antes. Todo mundo habitando próximo, podendo contar uns com os outros. Estou muito confiante, que tudo vai dar certo e eu vou ter uma casinha novamente (Selma, 71 anos. Ex-moradora da Inferno Verde, em 02/06/2014).

Com esse relato, compreendemos que a esperança de retorno ao território de origem e a reconstrução dos laços de vizinhança, tornam a espera menos árdua. Cria a expectativa, alimenta o desejo de ter de volta uma casa, um espaço próprio, ligado, sobretudo às representações e valores atribuídos por cada um dos indivíduos.

3.3.3 O habitar um lugar: dimensão fundamental para a territorialização e para a conformação de um território da espera

Compreendendo *o habitar* para além de *estar abrigado*, mas estando relacionado à maneira de o sujeito se envolver com o mundo que o cerca, às representações, valores e significados dados ao espaço vivido e aos que dele compartilham, a espera sentida

pelos moradores da Inferno Verde tem sido um tempo de reconstrução do sentido de habitar.

Isso pôde ser constatado em diversos relatos dos moradores, nos gestos e expressões utilizadas para descrever o momento pelo qual estão passando. Nas coisas simples e banais do dia-a-dia de cada um deles, no uso familiar das coisas habituais (STOCK, 2004). Casos como o da Senhora Shaiane, que reclama sempre do piso da casa onde vive, limpando-o quase que obsessivamente, por achar que ele nunca está a seu contento:

Eu limpo esse piso todo dia, mas parece que está sem limpar a tempos. Não adianta, sempre fica parecendo sujo, encardido. Na minha casa eu limpava e sentia que estava limpo, agora aqui, passo pano a todo instante e nada. Nem posso trocar, porque isso aqui não é meu. Enquanto minha casa não fica pronta e vou continuar a esfregar até ficar do jeito que eu gosto (Shaiane, 27 anos. Ex- moradora da favela Inferno Verde, em 07/11/2014).

Esse simples gesto, repetido por diversas vezes (limpar o piso), demonstra a sua necessidade de transformar o local onde vive num lar, num espaço aconchegante, onde ela se sinta bem, que possa habitar com sua família. Ela busca se readaptar ao ambiente onde está residindo, procurando uma maneira de transformá-lo a seu gosto, dando significado ao espaço onde habita.

Do mesmo modo, podemos interpretar este processo no relato de seu Antônio que, apesar de não está satisfeito com o lugar onde reside atualmente, tenta se adaptar à sua nova realidade socioespacial.

No começo eu nem conseguia sentar no sofá e assistir televisão. Se eu ficasse, minha mulher tinha que sair da sala, porque o espaço é muito pequeno e eu ficava muito chateado. Hoje, quando eu fico angustiado, vou para frente de casa ou fico no meu bar e vejo televisão lá. Como sempre aparece alguém para conversar, distrair a cabeça, eu fico mais tranquilo. Pelo menos, muitos conhecidos estão morando por aqui (Antônio, 80 anos. Ex-morador da Inferno Verde, em 19/08/2014).

Outros moradores, no entanto, já se sentem readaptados às novas habitações e, o fato deles terem conseguido locar as moradias perto de parentes e amigos, transformou o tempo de espera menos sofrido e passível de reconstruírem seus laços sociais. Podem, assim, se encontrar pelo caminho, ir à casa uns dos outros, discutir suas angústias, relatar sobre a vida cotidiana. Exemplo disso é a Senhora Cíntia, que, apesar de estar

morando separada de sua filha (que morava no andar de cima de sua casa), consegue estar sempre na casa dela, pois locaram moradias próximas. Segundo ela, isso foi um alento à remoção, bem como a esse momento de espera.

Graças a Deus conseguimos alugar as casas por aqui. Fiquei com muito medo de ficarmos longe uma da outra, porque ela precisa de mim para ajudar a cuidar da filha dela, ficar com ela quando precisa sair para resolver alguma coisa, e eu também preciso dela para me ajudar. A gente também não queria sair daqui, porque aqui ficamos perto de tudo e conhecemos todo mundo. Vivemos aqui a nossa vida toda (Cíntia, 53 anos. Ex-moradora da Inferno Verde, em 05/02/2014).

Exemplos não faltaram de pessoas que buscaram, nos novos espaços de vivência, encontrando um novo sentido de habitar. Casos como o D. Selma, que fez da sua calçada um local para receber os vizinhos, por ora distantes geograficamente, se considerarmos a maior proximidade antes existente nos tempos da vida na favela.

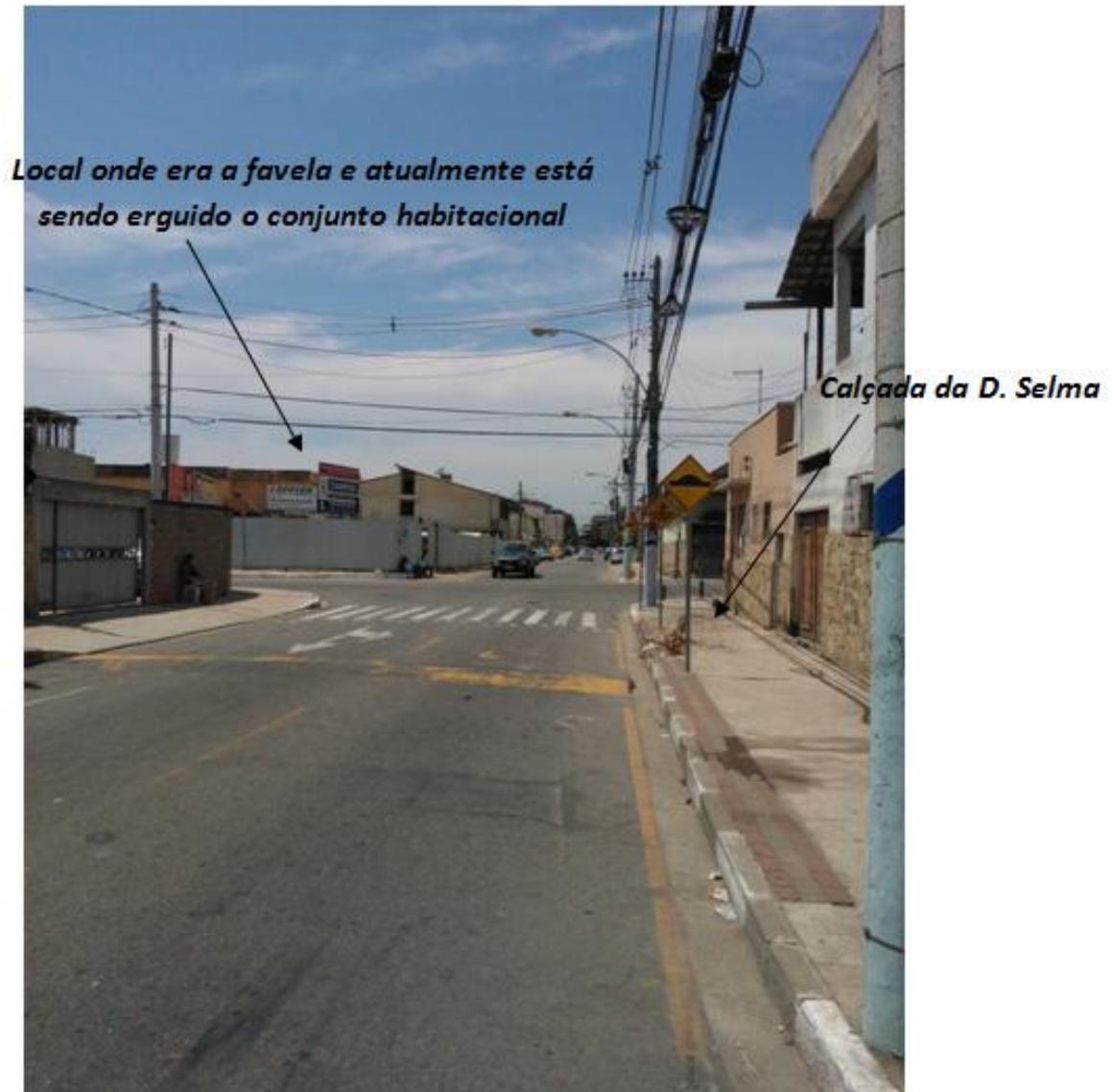
Hoje o espaço de maior dinamismo da comunidade e que nos permite identificar um processo de reterritorialização dos atores e as práticas sociais induzidas pela espera é, sem dúvida, a "calçada da D. Selma". E isso acontece por diversos motivos. Primeiro por sua localização, não por acaso, privilegiada, pois a casa que alugou (aluguel social) e onde reside atualmente, se localiza na esquina entre a Avenida Adão Manoel Pereira Nunes e a Rua Miguel Herédia, as principais ruas onde a população está morando enquanto aguardam. Segundo que, por si só, uma esquina já dá essa sensação de ponto de encontro. Terceiro porque a esquina em questão fica de frente para a construção do conjunto habitacional que está sendo erguido.

Fico aqui todo dia vigiando a obra, vendo como está indo a construção de nossas casas. Ouço o bate-estaca todo dia, e, apesar do barulho incomodar, isso me dá esperança de que a obra vai sair, de que vamos ter nossa casa de volta. Todo dia olho. O povo passa aqui e vigia também. Me chama para conversar, botar o papo em dia, assim ficamos vigiando essa obra. (D. Selma, Ex-moradora da Inferno Verde, em 02/06/2014).

Tudo isso, atrelado à boa receptividade da moradora, que está sempre com sua porta da sala aberta, faz com que a calçada da D. Selma seja esse ponto de encontro e de observação fundamental para a população. É o local onde todos estão sempre passando, onde as pessoas se reúnem nos fins de tarde para acompanhar o andamento das obras, refletir sobre os problemas que vem encontrando neste período de espera, dividir o saudosismo de suas antigas casas, rever os amigos e vizinhos que passam, e que muitas

vezes ficam por horas. Transformou-se num novo referencial espacial, social e simbólico para os moradores. A figura abaixo indica a localização da calçada citada e do conjunto habitacional.

Figura 25: Localização da esquina de D. Selma



Fonte: Daiana Falcão. 13/10/2014

Destaca-se, nas imagens abaixo, alguns momentos vivenciados pelos moradores na calçada da D. Selma.

Figura 26: moradores compartilhando a calçada da D. Selma



Foto: Teresa Peixoto, outubro de 2013.

Esses exemplos demonstram que as pessoas estão buscando todos os dias se readaptarem a seus novos espaços de vivência. Ainda que suas habitações sejam provisórias, os ex-moradores da Inferno Verde buscam criar uma relação de identidade com os novos espaços ocupados, construir novos referenciais espaciais, sociais e simbólicos, formulam, assim, um sentido de habitar. Ademais, por terem conseguido estar tão próximos do território antes habitado, de estarem cotidianamente envolvidos com a construção do conjunto habitacional e manterem uma comunicação entre eles, compartilhando as dificuldades da espera, esse tempo em suspensão torna-se um tempo vivo, imbuído de práticas cotidianas e relações sociais.

A espera imposta, embora experimentada de forma diferenciada pelos indivíduos, foi um fator de ligação e interação entre eles, movendo-os a transformar esse interregno, que poderia ser considerado um tempo "perdido" em um tempo oportuno, a passarem de meros expectadores a atores. Buscaram alugar casas no mesmo bairro e no entorno das obras, o que favoreceu a proximidade geográfica entre muitos deles, e que tem sido um alento à essa espera, tornando possível a interação social, o compartilhar dos sentimentos de angústia, incerteza e medo, mas também de esperança, lhes permitindo enfrentar as dificuldades cotidianas, a reconstruírem, se apropriarem e atribuírem um novo sentido aos espaços de circulação e de moradia, tecendo permanentemente territorialidades e territórios, e desse modo, um verdadeiro território da espera.

O quadro, a seguir, apresenta um resumo das características-chave dos territórios da espera, conforme elucidado pelo TERRIAT, confrontando-se com as características percebidas durante a pesquisa realizada com a população da Inferno Verde, as quais nos permitem empreender a conformação de um território da espera por uma moradia neste estudo de caso.

Figura 27: Quadro-síntese das considerações gerais dos territórios da espera e das observações no terreno de estudo

Territórios da espera: considerações gerais e proposição de estudo (TERRIAT)	Território da Espera: observações no terreno de estudo
<p>- Desde que uma situação de espera (de pausa) se imponha sobre um espaço modificando o seu sentido e uso, de maneira efêmera ou mais durável, nós falamos de territórios da espera.</p> <p>- Mais do que uma leitura clássica de uma articulação entre sociedade e territórios, a investigação deve abordar “os territórios da espera estando utilizados” (M. Santos) pelos grupos em (situação de) espera.</p> <p>- Os territórios da espera não são originalmente marcados por intencionalidades e funcionalidades de espera. Eles nascem da mobilidade, que pode acontecer por diferentes motivos.</p> <p>- Conformam-se a partir do uso inesperado do espaço, por uma circunstância particular imposta.</p> <p>- São espaços intersticiais (entre tempo e espaço), onde populações habitam enquanto aguardam por algum motivo, por alguma limitação.</p> <p>- Induzem a uma alteridade territorial, pois se configuram a partir das práticas sociais produzidas nos espaços apropriados temporariamente, das interações ocorridas, dos comportamentos que se exprimem nessa situação de espera.</p> <p>- Espaços de Restrições e/ou oportunidade, eles convidam a pensar a territorialidade sobre o ângulo do provisório e da incerteza.</p> <p>- Territórios da espera são habitados (temporariamente). Eles são uma ilustração dos problemas da vida, experimentada por pessoas em movimento.</p> <p>- A espera, tal qual se desenrola e se pratica nos territórios da espera deve ser apreciada em suas múltiplas dimensões: sociais, econômicas, psíquicas, espaciais.</p> <p>- Territórios da espera têm sua própria língua. Eles são equipados com um ritmo marcado pelo encontro de várias temporalidades.</p>	<p>- A população da Inferno Verde passou por uma mobilidade forçada, foram forçados a deixar o lugar onde viviam devido à demolição da favela (por conta do programa Bairro Legal).</p> <p>- A população removida se viu obrigada a se instalar em outros espaços, com os quais busca construir relação, criar um novo sentido, movidos pela esperança de terem de volta um lar definitivo para viver.</p> <p>- A população removida vivencia um tempo em suspensão – entre a remoção e o reassentamento - imposto por uma política pública, residindo em habitações provisórias, enquanto aguardam a construção e entrega das moradias definitivas.</p> <p>- Muitos dos removidos conseguiram se instalar nas proximidades da antiga Inferno Verde, possibilitando a interação entre eles, práticas sociais, decorrentes da situação de espera, permitindo a apropriação do espaço e, por conseguinte, de um território da espera.</p> <p>- Nesse período, a população constituiu um novo espaço de interação social, onde podem compartilhar as tensões, incertezas e angústias da espera (a calçada da D. Selma); assim novas territorialidades foram construídas.</p> <p>- Durante a espera, a população vivenciou (e ainda vivencia) uma série de angústias em comum, como as dificuldades financeiras para pagar as contas mensais, os atrasos dos alugueis, o saudosismo de seus antigos lares, o distanciamento familiar de alguns, além de ter alimentado o mercado imobiliário na área.</p> <p>- Nesse sentido, a espera tem sido vivenciada em suas múltiplas dimensões: sociais, econômicas, psíquicas, espaciais.</p> <p>- Várias temporalidades são sentidas pelos moradores. Para alguns o tempo de espera é longo e sofrido; para outros é um tempo de oportunidade, de viver num lugar melhor.</p>

Fonte: elaboração própria

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar a dimensão da espera no processo de remoção/assentamento do programa Morar Feliz implementado na favela Inferno Verde. Do ponto de vista teórico, buscou-se investigar se a situação de espera pela moradia a qual os removidos foram colocados é passível de conformar um “território da espera”, frente à imposição de uma política implementada e a esperança da conquista da casa própria.

Considerou-se, a partir das definições de Di Méo (1999), que o território é engendrado e reproduzido no cotidiano pelas práticas espaciais e pela interação dos atores sociais, o território não se reduz a um espaço político ou a uma representação ideológica.

Os processos identificados na espera pela moradia vividos pelos moradores removidos da Inferno Verde, junto aos quais desenvolvemos a pesquisa e que aqui foram relatados, seguem as descrições apresentadas no artigo *sociedades, mobilidades deslocamentos: os territórios da espera*, de Vidal e Musset (2011), sobre a conformação dos territórios da espera. Os autores compreendem que a espera deve ser apreciada a partir de suas múltiplas dimensões: sociais, econômicas, psíquicas, espaciais, para a conformação de um território da espera.

Para os autores, os territórios da espera se fundamentam a partir das relações estabelecidas entre os indivíduos com os espaços apropriados temporariamente, das interações ocorridas, dos comportamentos que se exprimem nessa situação de espera, dos significados concedidos ao lugar de vivência. Nesse sentido, analisar os territórios de espera é compreender que os indivíduos ou grupos em situação de espera são capazes de se apropriarem dos espaços vividos provisoriamente, criar novas identidades sócio-espaciais, se reterritorializarem.

Essa reterritorialização a qual identificamos, baseadas nas definições de Haersbaert, acontece a partir das experiências cotidianas desse grupo social que espera por uma moradia, da construção de um novo sentido de habitar, das múltiplas dimensões que permeiam a espera.

A noção de espera abarca a ideia de uma pausa, um tempo em suspensão, marcado pela imobilidade, frente a um dispositivo jurídico específico (neste caso à implementação do Bairro Legal, que efetuou a remoção da favela), e a projeção de um

destino, um fim (as moradias prometidas). Contudo, ela não pode ser caracterizada por um tempo morto, visto que atividades sociais se desenvolvem e identidades sociais e espaciais podem ser construídas.

A política implementada pelo Morar Feliz na Inferno Verde impôs uma imobilidade à população, que se viram obrigados à abandonarem seus lares e esperar pela construção e entrega das moradias prometidas. No entanto, esse tempo em suspensão praticado pelos moradores transformou-se num período rico e dinâmico. Rico de relações sociais, de compartilhamento de angústias e conflitos, mas também de compreensão e união entre aqueles que se encontravam em igual situação.

Também fora dinâmico, à medida que a vida deu continuidade, apesar das intercessões da situação, como os atrasos nos aluguéis, as dificuldades financeiras vivenciadas por muitos, o distanciamento de alguns, o desencontro de outros. Muitos processos se desenvolveram e o tempo não foi morto. Eles foram sentidos no cotidiano dessa população, nas práticas simples e banais do dia-a-dia, no uso e apropriação do novo espaço de vivência, nas relações que se formaram, enfim no acontecer das muitas situações sociais.

A "calçada de Dona Selma" passou a ser o local onde as pessoas se reúnem para discutir sobre as situações cotidianas da espera; falam de suas angústias e expectativas; relatam seus problemas, compartilham suas experiências. Contam sobre a vida que tinham antes de saírem da comunidade, vigiam a obra, projetam o futuro nas novas moradias, enfim, tecem suas relações sociais.

Nesse contexto, a partir da imposição da espera, a comunidade encontrou uma nova forma de estar em contato, fundou um novo espaço de vivência, um ponto de encontro, onde possam compartilhar suas experiências da espera. Na esquina em frente à obra podem se reunir, conversar, deixar passar o tempo, monitorar o andamento da construção, matar a saudade da vizinhança, criar um novo sentido de habitar, alimentar a esperança em terem de volta o território, a vida, as relações, o cotidiano que tinham antes, conformando, assim, um território da espera.

Conforme analisado, o histórico das políticas de habitação no Brasil tem mostrado que a remoção de favelas tem sido a opção preferencial dos órgãos públicos no tratamento das questões habitacionais urbanas, em detrimento da provisão de melhorias e instalação de infraestrutura e serviços nesses espaços. O Programa Morar

Feliz não se faz uma exceção. Ele acompanha essa lógica de intervenção, sendo responsável pela extinção de diversas favelas na cidade de Campos, alocando a população removida em conjuntos habitacionais construídos nas áreas periféricas da Cidade.

A remoção de favelas adotada pelo programa Morar Feliz tem sido justificado pelo poder público municipal como forma de tirar a população das áreas de risco e de promover moradia digna à população. O acesso à moradia digna implica numa situação muito mais complexa do que construir e conceder casas populares. Uma série de condições deve ser atendida, antes que um abrigo possa ser considerado como moradia digna, dentre essas destacam-se a segurança de posse, uma localização que garanta a oportunidade de acesso ao emprego, aos serviços de saúde, escolas, creches e outras instalações sociais e a adequação cultural, que respeite a expressão da identidade cultural das populações.

As ações do Morar Feliz mostram que essas condições, quase sempre, são desconsideradas, quando colocadas em práticas, levando muitas pessoas à residirem em áreas periféricas da cidade de Campos, desprovidas de uma infraestrutura mínima. Na favela Inferno Verde, contudo, suas ações pareceram romper com essa lógica predominante, de construção de casas populares nas áreas periféricas das cidades, uma vez que as casas prometidas estão sendo construídas no mesmo local das antigas habitações. Mas, apesar disso, muitos problemas afligiram essa população, que se encontra em situação de espera.

Conforme constatado nesta pesquisa, a espera por moradia tem impactado nas condições econômicas, sociais e espaciais da população, como no aumento das despesas com moradia e com os gastos com contas mensais, na perda de referenciais simbólicos e espaciais, no distanciamento de famílias, nas mudanças nos hábitos e rotinas dos moradores.

Por outro lado, a população buscou encontrar novas formas de interação social, fundou novos espaços de vivência, compartilhou momentos de tensões, mas também de esperança em terem de volta um lar. Nesse sentido, o tempo de espera tornou-se um tempo vivo, repleto de práticas sociais, onde foi possível construir um novo sentido de habitar. A espera materializou-se no espaço, através da apropriação dos novos lugares

de vivência, possibilitando, com isso, conformar de um “território da espera” por moradia.

Depreende-se, assim que, num processo de intervenção habitacional, a noção de habitar não deveria ser negligenciada pelos formuladores da política pública. Ao contrário, deveria ser parte fundamental do processo, tendo em vista que o homem é um ser que age e interage com o espaço onde vive.

Para tanto, é necessário modificar os estereótipos vigentes sobre as favelas e seus moradores, bem como as ações governamentais no tratamento das questões habitacionais urbanas. Dessa maneira, caminharemos para a elaboração de propostas de planejamento e gestão urbanas que prezem pelo desenvolvimento das funções sociais da cidade, garantindo o bem estar de todos os seus habitantes e viabilizando o acesso à moradia digna para a população, sem necessariamente ter que remover a população de seus lares. Consideramos que a remoção de favelas não é a melhor forma de enfrentamento das questões habitacionais, principalmente pelo fato de que este processo pode provocar profundas mudanças na vida da população que passa pela intervenção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGÉ, Marc. ***Não Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade.*** Campinas: Papyrus, 1994. Coleção Travessia do Século.

ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira de. **Política habitacional e remoção de favelas em cidades de porte médio: A experiência do conjunto habitacional Aldeia em Campos dos Goytacazes.** Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais, UENF. Campos dos Goytacazes, 2009.

AZEVEDO, Sérgio. Desafios da habitação popular no Brasil: políticas recentes e tendências. In: CARDOSO, Adauto. **Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX.** Coleção Habitare. Porto Alegre: ANTAC, 2007.

AZEVEDO, Sérgio. TIMÓTEO, Geraldo Márcio. ARRUDA, Ana Paula S.N. Habitação social e segregação espacial: Implicações do programa “Morar Feliz” em Campos dos Goytacazes – RJ. **37º Encontro Anual da ANPOCS**, 2013.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Política Nacional de Habitação.** Brasília, 2004.

BRASIL. Lei Nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm. Acesso em 24/03/2015.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Avanços e Desafios: Política Nacional de Habitação.** Brasília, 2010.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Direito à moradia adequada.** Brasília, 2013.

BREVIGLIERI, Marc. Penser l’ habiter, estimer l’ habitabilité. **Tracés.** n.º. 23-29. Novembro de 2006.

BRUM, Mario. **Ditadura civil-militar e favelas: estigma e restrições ao debate sobre a cidade (1969-1973).** Cadernos metrópole. São Paulo, v. 14, n. 28. p. 357-379, 2012.

CABRAL, Andressa. **Favela-Bairro: 20 anos depois**. Redação Viva Favela | RJ. 22/05/2014. Disponível em: <http://www.vivafavela.com.br/reportagens/513-favela-bairro-20-anos-depois>. Acesso em: 20/01/2015.

CALLAI, Helena Copetti. O estudo do Lugar como possibilidade de construção da identidade e pertencimento. **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra, 2004.

CARDOSO, Adauto L. **Desigualdades urbanas e políticas habitacionais**. Observatório IPPUR/FASE: Rio de Janeiro, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alesandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CAVALCANTE, Márcio Balbino. O lugar no mundo e o mundo no lugar : a Geografia da sociedade globalizada. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia. V. 12. n. 40. Dez/2011.

CORDEIRO, Martha Eleonora Venâncio Mignot. **O sonho da casa própria na Terra Prometida: políticas habitacionais em campos dos Goytacazes (1989- 2004)**. Dissertação de Mestrado em Planejamento Regional e gestão de cidades da universidade Cândido Mendes. Campos dos Goytacazes, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. Série Princípios. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

_____. Espaço: um conceito chave da Geografia. In: Castro et al. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 15-48.

Decreto Nº. 055 /2011. **Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes**. ANO II - Nº CCXV .Segunda-feira, 28 de fevereiro de 2011.

DI MÉO, Guy. Géographies tranquilles du quotidien Une analyse de la contribution des sciences sociales et de la géographie à l'étude des pratiques spatiales. **Cahiers de Géographie du Québec**. v 43, nº 118, p. 75-93. avril de 1999.

DUARTE, Danielle Barros. **A descentralização da política habitacional: o caso de Campos dos Goytacazes**. Dissertação de Mestrado em políticas Habitacionais da Universidade estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes/RJ, 2008.

MEGAEVENTOS E VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NO RIO DE JANEIRO. **Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro**. Maio de 2013.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo editorial, 2008.

FARIA, Teresa P. Configuração do espaço urbano da cidade de Campos dos Goytacazes, após 1950: novas centralidades, velhas estruturas. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, Universidade de São Paulo 2005.

_____. **Justiça espacial como referência para análise de políticas públicas no Brasil?** Estágio pós-doutoral na França, 2012.

FARIA, Teresa P. POHLMANN, Maria Alice O. **Acesso dos pobres a cidade informal e mobilidade residencial nas favelas: características da mobilidade residencial dos pobres e do mercado informal urbano na região Norte Fluminense**. Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico do Centro de Ciências do Homem. Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2011.

_____. **Políticas públicas urbanas no Brasil: a caminho da construção da cidade justa? Reencuentro de Saberes Territoriales Latinoamericano**. Peru, 2013.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, SP: 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa**. Curitiba: Ed. Positivo, 2008. 7ª ed.

FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções recentes do conceito de Lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Revista Território**. Rio de Janeiro. Ano V, nº 9, pp 65-83, jul/dez., 2000.

GOMES, Paulo C. Costa; MUSSET, Alain. Des lieux *d'attente* aux territoires *de l'attente*: Une nouvelle dimension ontologique de l'espace ET du temps. In: VIDAL, Laurent; MUSSET, Alain. **Sociétés, mobilités, déplacements: les territoires de l'attente dans les mondes américains (d'hier à aujourd'hui)**. La Rochele, 2013.

JESUS, Marcos Paulo A. RIBEIRO, Glória Maria F. Considerações sobre o habitar cotidiano no pensamento de Martin Heidegger. **“Existência e Arte”**- Revista Eletrônica

do Grupo PET - Ciências Humanas, Estética e Artes da Universidade Federal de São João Del-Rei - Ano III - Número III – jan./dez. de 2007.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 5ª ed.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**- 20 a 26 de março de 2005 - Universidade de São Paulo.

LEAL, Giuliana Franco. COSTA, Rafael Nogueira. Sentido de moradia e do “bairro”: estudo de caso de uma comunidade face à possibilidade de remoção. **Boletim do observatório ambiental Alberto Ribeiro Lamago**. V. 6 n. 1. jan/jun. 2012.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

LEITE, Adriana Figueira. O lugar: duas acepções geográficas. **Anuário do Instituto de Geociências**. UFRJ, v. 21, p. 9-20, 1998. Disponível em: WWW.anuario.igeo.ufrj.br/anuario1998/vol21. Acesso em: 15/03/2014.

LIMA, Adson C. Bozzi Ramatis. **Habitare e habitus – um ensaio sobre a dimensão ontológica do ato de habitar**. Rio de Janeiro: arquitextos 091, 2007.

MAIA, Rui Leandro. Espaços de vivência e diferentes concepções do tempo: um discurso entre a Sociologia e a História. **Antropológicas**. n. 4, 2000.

MARQUES, Eduardo. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. In: MARQUES, Eduardo, TORRES, Haroldo. **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

MELO, Marcus André. **Crise federativa, guerra fiscal e “hobbesianismo municipal”**: efeitos perversos da descentralização. *São Paulo em Perspectiva*, 10(3), 1996.

MENDES, Isabel Cristina Reis. **Programa Favela-Bairro: uma inovação estratégica? Estudo do Programa Favela-Bairro no contexto do Plano estratégico da Cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação de mestrado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Geografia: pequena historia critica*. São Paulo: Hucitec, 2005.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa- características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**. São Paulo, v. 1, nº 3, 2º Sem./ 1996. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>. Acesso em: 18/01/2015.

OLIVEIRA, Júlio Cezar Pinheiro de. **Estado Local como produtor e modelador do espaço urbano. Um estudo de caso das políticas municipais habitacionais de habitação em Campos dos Goytacazes – RJ**. Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais, UENF. Campos dos Goytacazes, 2009.

PERLMAN, Janice. **O mito da marginalidade**. Favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PIEIDADE, Lalanda. Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica. **Análise Social**. vol. XXXIII (148), 1998 (4.º), 871-883.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: Fase, 1997.

ROCHA, Samir Alexandre. Geografia humanista: história, conceitos e o uso da paisagem percebida como perspectiva de estudo. **R RA'E GA**. Curitiba, n.º 13, p. 19-27, 2007. Disponível em: ojs.c3.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/download/.../9077.

ROLNIK, Raquel. **Habitação no centro é um problema de justiça e política pública**. Entrevista concedida a rádio CNB no dia 31/03/2012.

RUST, Leandro Duarte. Jacques Le Goff e as representações do tempo na Idade Média. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**. Vol. 5. Ano V. n. 2. abr./maio/jun. de 2008. ISSN: 1807-6971. Disponível em: www.revistafenix.pro.br. Acesso em: 12/07/2014.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

_____. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987, 142p.

_____ O tempo nas cidades. **Conferência na mesa redonda O tempo na Filosofia e na História.** Grupo de Estudos sobre o Tempo do Instituto de Estudos Avançados da USP, em 29 de maio de 1989.

_____ O retorno do Território. **OSAL: Observatório Social da América Latina.** Ano 6. nº 16, 2005.

_____ **A urbanização brasileira.** 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, Carlos. Território e Territorialidade. **Revista Zona de Impacto**, ISSN 1982-9108, v. 13, ano 11, set-dez de 2009.

SOFFIATI, Arthur. **Morar Feliz?** Matéria publicada no Jornal *O Rebate* em 09/08/2012. Disponível em: <http://www.jornalrebate.com.br/site/colunistas-249/arthur-soffiati/9125-morar-feliz>. Acesso em: 11/01/2014.

SILVA JÚNIOR, Luís Régis Coli. **O programa Favela-Bairro e as políticas habitacionais do Banco Interamericano de Desenvolvimento.** Mestrado em Planejamento Urbano e Regional – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

STOCK, Mathis. **L’habiter comme pratique des lieux géographiques.** EspacesTemps.net, Travaux, 18.12.2004. Disponível em : <http://www.espacestemp.net/articles/lrsquoahabiter-comme-pratique-des-lieux-geographiques/>. Acesso em : 10/04/2014.

TEIXEIRA, Maria Cristina Villefort. **Espaço projetado e espaço vivido na habitação social: os conjuntos Goiânia e Araguaia em Belo Horizonte.** Tese de doutorado em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, 2007.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da Favela. Do mito de origem a favela.com.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 204 p.

VIDAL, Laurent. MUSSET, Alain. VIDAL, Dominique. **Sociedades, mobilidades, deslocamentos: os territórios da espera. O caso dos mundos americanos (de ontem a hoje).** Confins, 2011.

ANEXOS

**ANEXO 1- ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS REPRESENTANTES DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAMÍLIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**



Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais

Instrumento de coleta de dados

Tema da pesquisa:

**A ESPERA DE MORAR FELIZ
ENTRE A REMOÇÃO E O REASSENTAMENTO DO PROGRAMA HABITACIONAL
MORAR FELIZ, UM TERRITÓRIO DA ESPERA.**

Roteiro da entrevista

Data da entrevista-----/-----/-----

Local da entrevista-----

Nome do entrevistado-----

Cargo do entrevistado-----

Morar Feliz de modo geral

- Qual o principal objetivo do programa Morar Feliz?
- Quais as estratégias de atuação do programa?
- Como é efetuada a escolha das áreas para construção dos conjuntos?
- De que maneira é realizada a escolha dos grupos a serem removidos?
- Como foram executadas as remoções dos moradores?
- Como lidou com as resistências dos moradores a saírem das casas?
- Quais os critérios da escolha dos conjuntos onde as famílias serão realocadas?
- De que maneira é realizada a escolha dos conjuntos onde as famílias serão realocadas?
- Quais os impactos espaciais, sociais e econômicos esperados com a extinção de favelas?
 - Espaciais

- Sociais
- Econômicos

- Quais foram os impactos espaciais, sociais e econômicos esperados com a construção dos conjuntos?

- Espaciais
- Sociais
- Econômicos

- Ações realizadas pelo programa enquanto a população espera por uma casa.

- Quais os critérios adotados para a concessão do Aluguel ?

- O valor do Aluguel Social é diferenciado? Se sim, qual o critério para a diferenciação?

No caso da Inferno Verde

- Número de famílias/moradias que moravam antes da remoção;

- Quantas unidades estão sendo construídas na área?

- Quantas famílias foram cadastradas e terão direito a um apartamento no conjunto que está sendo construído?

- Quais os critérios adotados para considerar se um família/indivíduo tem direito a casa;

- Quantos recebem o Aluguel Social;

- Os valores são diferenciados? Se sim, quais critérios considerados na diferenciação?

- Número de comércios demolidos;

-Número de comerciantes que recebem o auxílio-comércio;

- A prefeitura procura saber onde está a população que foi removida?

- É importante saber onde está morando a população?

- Como lidar com os conflitos e tensões dos moradores durante a espera pelas casas;

- Prazo para o reassentamento definitivo da população removida da Favela Inferno Verde;

**ANEXO 2- ROTEIRO DAS CONVERSAS E ENTREVISTAS COM A
POPULAÇÃO REMOVIDA DA FAVELA INFERNO VERDE**



Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais

Instrumento de coleta de dados

Tema da pesquisa:

**A ESPERA DE MORAR FELIZ
ENTRE A REMOÇÃO E O REASSENTAMENTO DO PROGRAMA HABITACIONAL
MORAR FELIZ, UM TERRITÓRIO DA ESPERA.**

Pesquisador:-----

Data da entrevista-----

Local da entrevista-----

1- Sexo -----

2- Idade-----

3- Escolaridade-----

4- Ocupação-----

5- Local onde residia-----

6- Cidade de origem-----

7- Quantas pessoas moravam com você?-----

8- Quanto tempo morava no bairro que sofreu o processo de intervenção?-----

9- Como você foi morar naquele bairro?-----

10- Problemas encontrados no bairro anterior?-----

11- Problemas encontrados na casa anterior?-----

12- Descreva o local onde você morava (tipo de habitação, relação de vizinhança,
comércio)-----

13- Como era sua vida no antigo espaço de habitação (facilidade pela proximidade do
centro)?-----

14- você percebeu que houve um aumento na quantidade de residências depois da
notícia de que aqui seria construído um conjunto habitacional da prefeitura?-----

15- De que forma você recebeu a notícia sobre o processo de remoção?-----

16- Você recebeu algum tipo de notificação da prefeitura ou órgãos afins?-----

17- Quanto tempo levou entre a notificação e a remoção?-----

18- Você recebeu a visita de assistentes sociais antes e/ou durante a remoção?-----

19- A comunidade se organizou durante esse processo? Se sim, como?-----

20- Você participou de alguma reunião da comunidade ou organizada pela prefeitura?---

21- Outros familiares também foram removidos?-----

22- Como você e sua família vivenciaram a remoção?-----

23- Como ficaram os laços de vizinhança? Mantêm algum contato?-----

24- Como ficou a relação familiar após a remoção?-----

25- Em algum momento a prefeitura ouviu a opinião de vocês sobre a remoção ou
construção do conjunto habitacional?-----

26- Você foi imediatamente cadastrado no aluguel social ou encaminhado para algum
setor responsável?-----

27- Qual o valor do aluguel social?-----

28- Quanto tempo levou entre a remoção e o recebimento do aluguel?-----

29- Foi imposto algum critério para recebimento do alugue social? Se sim, quais? -----

30- Você recebeu a visita de assistentes sociais após a remoção?-----

31- Como ocorre a escolha da casa e o pagamento do aluguel?-----

32- Você foi informada sobre por quanto tempo o aluguel social será pago? Se sim, por quanto tempo? -----

33- É preciso renovar o cadastro (atualizando dados)? Se sim, por quanto tempo?-----

34- Foi dado algum prazo para o reassentamento da sua família? Se sim, qual?-----

35- Foi dada alguma garantia de que você será reassentada no mesmo local de origem? Se sim, qual?-----

36- Quais são suas expectativas para o reassentamento? -----

37- você tem recebido propostas de ganhar uma casa em outro lugar? -----

38- Você aceitaria receber a casa em outro lugar?-----

39- Sua família pretende retornar ao local de onde foi removida? Se não, o que

pretendem fazer com a casa?-----

40- Você acredita que terá melhoras na sua qualidade de vida após o reassentamento?

Se sim, quais?-----

41- Você acha que seus laços afetivos com o espaço anteriormente ocupado foram perdidos/modificados?-----
